ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO 1 CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. 2 Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se de 3 forma presencial o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a 4 presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA 5 MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Aasha Hafa Macêdo 6 Ferreira, Anderson de Souza Sant'Ana, André Kaysel Velasco e Cruz, André Martins 7 Biancarelli, Ângelo Roberto Biasi, Anna Christina Bentes da Silva, Anne Caroline Bronzi, 8 Ariovaldo José da Silva, Arlindo Alemão Gregório, Arnaldo César da Silva Walter, Augusto 9 César da Silveira, Bruno Gomes Ximenes, Bruno Sanches Masiero, Cesar José Bonjuani Pagan, 10 Claudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Claudio Saddy Rodrigues Coy, Daniel 11 Martins de Souza, Dirceu Noriler, Eduardo Gurgel do Amaral, Elaine Cristina de Ataíde, Elaine 12 dos Santos José, Emilson Pereira Leite, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto 13 de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco da Fonseca Rodrigues, Francisco Hideo 14 Aoki, Glaucia Maria Pastore, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Hernandes Faustino de 15 Carvalho, Ivan Felizardo Contrera Toro, João Marcos Travassos Romano, José Antonio Rocha 16 Gontijo, José Leonardo de Oliveira, José Luis Pio Romera, Juliana Freitag Borin, Karina 17 Gonzales Silvério Ruiz, Leandro Aparecido Villas, Leonardo Lorenzo Bravo Roger, Luiz 18 Seabra Junior, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Alberto Torsoni, Marcos César de 19 Oliveira, Maria Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, 20 Michel Nicolau Netto, Noel dos Santos Carvalho, Odilon José Roble, Paulo José Rocha de 21 Albuquerque, Petrilson Alan Pinheiro da Silva, Rachel Meneguello, Rafael de Jesus Soudre, 22 Rafael Silva Marconato, Renê José Trentin Silveira, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, 23 Rodolfo Jardim de Azevedo, Rodrigo Gonçalves Pagnano, Rodrigo Ramos Catharino, Samuel 24 Rocha de Oliveira, Sandro Dias, Silvia Cristina Franco Amaral, Simone Appenzeller, Verónica 25 Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, 26 compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Ana Maria Frattini Fileti, Cristiane 27 Maria Megid, José Alves de Freitas Neto, Maria Silvia Viccari Gatti, Miguel Juan Bacic, Paulo 28 César Montagner, Ricardo Dahab e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Fernanda Lavras 29 Costallat Silvado; e os senhores Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, 30 Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram 31 ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Hugo Enrique Hernández Figueiroa, sendo 32 substituído pelo conselheiro Bruno Sanches Masiero; Flavio Henrique Baggio Aguiar, sendo 33 substituído pela conselheira Karina Gonzales Silvério Ruiz; Andréia Galvão, sendo substituída 34 pelo conselheiro Michel Nicolau Netto; Mônica Alonso Cotta, sendo substituída pelo 35 conselheiro Marcos César de Oliveira; Márcio Antônio Cataia, sendo substituído pelo 36 conselheiro Emilson Pereira Leite; Ricardo Miranda Martins, sendo substituído pela 37 conselheira Anne Caroline Bronzi; Joana Fróes Bragança Bastos; Josely Rimoli, sendo 38 substituída pelo conselheiro Rodrigo Gonçalves Pagnano; Dirce Djanira Pacheco e Zan, sendo 39 substituída pelo conselheiro Noel dos Santos Carvalho; Muriel de Oliveira Gavira, sendo 40

substituída pela conselheira Glaucia Maria Pastore; Paulo Eduardo Ferreira Velho, sendo 1 substituído pela conselheira Heloise de Oliveira Pastore Jensen; Adilce Joelma Veiga Ferraz; 2 Kellen Natalice Vilharva, sendo substituída pelo conselheiro José Leonardo de Oliveira; 3 Maiane Junqueira Teixeira Neto; Eliana da Silva Souza; e Ignacio Maria Poveda Velasco. 4 Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Octogésima Segunda 5 Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada 6 de forma presencial. Informa que a partir deste mês de agosto, as reuniões do Conselho 7 Universitário e de suas Câmaras, Cepe e CAD, serão exclusivamente presenciais. Diante disso, 8 a plataforma Zoom deixa de ser utilizada e um novo sistema, desenvolvido pela Secretaria 9 Geral, passa a ser adotado para as votações das atas e dos itens das pautas. Foi deixado sobre 10 cada notebook da sala um passo a passo para acessá-lo. Quando os conselheiros estiverem 11 logados, todos os cadeados dos documentos ficarão abertos e aparecerá uma autorização de 12 notificação, devendo esta ser permitida. Durante a reunião, para fins de votação nesse novo 13 sistema, é imprescindível que os conselheiros utilizem os computadores da sala e que 14 mantenham a página de sessões sempre aberta, podendo ser utilizada outra guia do navegador, 15 preferencialmente o Chrome, para eventual acesso a e-mail ou outras páginas institucionais de 16 internet. Caso a cédula de votação não apareça na tela de algum conselheiro, ele deve aguardar 17 a finalização da votação em curso e, em seguida, pedir a palavra para declarar seu voto. As 18 votações serão abertas, sendo que os conselheiros poderão conferir seu voto, após a divulgação 19 do resultado, rolando para baixo a barra de rolagem da tela. Para manifestação, os conselheiros 20 deverão levantar a mão e respeitar o limite temporal de cinco minutos para a Ordem do Dia e 21 três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente deve ser realizada por meio do 22 livro de inscrições que se encontra sobre a mesa lateral à sua direita. Por fim, após o intervalo 23 para o almoço, solicita que ocupem os mesmos assentos que estão ocupando neste momento. 24 Informa que estão disponíveis no site da Secretaria Geral os pareceres CLN referentes aos itens 25 26 4 e 5 da Ordem do Dia e itens 1 a 4 do Adendo à Ordem do Dia. Informa também que a proposta de alteração regimental e estatutária que constou do Expediente do Consu de 30 de maio 2023 27 para ciência, apresentada pelo conselheiro Matheus Alves Albino, referente a adequações na 28 composição do Conselho Universitário, está em fase de finalização e por essa razão não foi 29 possível sua inclusão na pauta. Informa ainda que no item 04 do Experiente, referente à 30 indicação de membros CAI/Consu, de acordo com a indicação da bancada docente, onde se lê: 31 titulares professor doutor Peter Alexander Bleinroth Schulz - FCA, leia-se professora doutora 32 Luciane Miranda Guerra - FOP; e onde se lê suplentes professora Rosmari Aparecida Ribeiro 33 Cotil leia-se suplentes professor doutor Peter Alexander Bleinroth Schulz - FCA. Em seguida, 34 dá as boas-vindas ao conselheiro Ariovaldo José da Silva, novo diretor da Faculdade de 35 Engenharia Agrícola e ao conselheiro Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, novo diretor 36 do Instituto de Artes. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima Octogésima 37 Primeira Sessão Ordinária de 2023, realizada em 30 de maio de 2023, e sua continuação, 38 realizada em 6 de junho de 2023, consultando se há observações. Não havendo, submete à 39 40 votação a referida Ata, que é <u>aprovada</u> com 14 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 20 itens,

e ao Adendo à Ordem do Dia, com 4 itens, informando que há destaque obrigatório nos itens 1 01 – Proc. nº 22-P-14197/2023 – e 07 – Proc. nº 01-P-9162/2023 e Proc. nº 01-P-9164/2023 – 2 da Ordem do Dia e no item 02 do Adendo à Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-11259/2022. Consulta 3 se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro CLAUDIO SADDY RODRIGUES 4 COY destaca o item 04 - Proc. nº 02-P-26239/2010. O Conselheiro FRANCISCO DA 5 FONSECA RODRIGUES também destaca o item 04. O Conselheiro PETRILSON ALAN 6 PINHEIRO DA SILVA destaca o item 03 - Proc. nº 01-D-46495/2023, da Coordenadoria 7 Integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação, e o item 01 do Adendo à Ordem do 8 Dia – Proc. nº 01-P-11485/2017. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO ROGER 9 destaca o item 08 - Proc. nº 18-P-9014/2020 -, de Renato Carajelescov Nonato. A Conselheira 10 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ destaca o item 02 da Ordem do Dia 02 – Proc. 11 nº 15-D-22147/2023, do Hospital de Clínicas. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO 12 REITOR submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia e do Adendo à Ordem 13 do Dia, sendo aprovados, com 01 abstenção, os pareceres que subsidiaram os seguintes 14 processos: D - Prêmio Egresso Destaque da Unicamp - Para Aprovação - 05) Proc. nº 01-P-15 28560/2023, proposta de Deliberação Consu que cria o Prêmio Egresso Destaque da Unicamp 16 e estabelece seu regulamento - Parecer PG-1970/23 e Despacho PG-3581/23. E - Perfil 17 Acadêmico - Para Aprovação - Artigo 6º da Deliberação Consu-A-27/2014 - 06) Proc. nº 01-18 P-2355/1986, proposta de Deliberação que dispõe sobre o perfil dos professores para 19 mobilidade funcional por promoção por mérito ou para inscrição em concurso para obtenção 20 do Título de Livre-Docente, revogando a Deliberação Consu-154/2003 - Homologação da 21 aprovação ad referendum pela Congregação em 25.05.23 – Pareceres PG-1491/23, PG-2160/23 22 e CIDD/CCRH-143/23. G - Recursos ao Consu – Para Deliberação - Revalidação de Diploma 23 Estrangeiro - Graduação - Artigo 48, inciso I, alínea "s", do Estatuto da Unicamp - Deliberação 24 Consu-A-13/1991 e artigo 111, §4º da Deliberação Consu-A-16/2011 - 09) Proc. nº 01-P-25 15431/2022, recurso apresentado por Aécio Bruno Floriano de Souza contra a decisão da 26 Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação do 27 diploma de "Médico Cirujano", obtido na Universidad Católica Boliviana San Pablo - Bolívia 28 - Pareceres FCM/FCMREV-01/22, PG-1635/23 e Cepe-01/23. Será votado o Parecer Cepe-29 01/23, favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da 30 FCM/FCMREV-01/22, contrário à revalidação pleiteada. 10) Proc. nº 01-P-15726/2022, 31 recurso apresentado por Arina de Oliveira Dantas Floriano contra a decisão da Comissão de 32 Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação do diploma de "Médico 33 Cirujano", obtido na Universidad Católica Boliviana San Pablo – Bolívia. Será votado o Parecer 34 Cepe-02/23, favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da 35 FCM/FCMREV-02/22, contrário à revalidação pleiteada. 11) Proc. nº 01-P-15201/2022, 36 recurso apresentado por Franciele Taís Guimarães Coelho Freire contra a decisão da Comissão 37 de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação do diploma de 38 "Médica Cirujana", obtido na Facultad de Ciencias de La Salud – Universidad Internacional 39 Tres Fronteras – Paraguai – Pareceres FCM/FCMREV-54/22, PG-1485/23 e Cepe-03/23. Será 40

votado o Parecer Cepe-03/23, favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de Diplomas 1 Estrangeiros da FCM/FCMREV-54/22, contrário à revalidação pleiteada. 12) Proc. nº 01-P-2 15833/2022, recurso apresentado por Arianne Cristina de Jesus Santos contra a decisão da 3 Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação do 4 diploma de "Médica", obtido na Udabol - Universidad de Aquino - Bolívia - Pareceres 5 FCM/FCMREV-03/22, PG-1618/23 e Cepe-04/23. Será votado o Parecer Cepe-04/23, 6 favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da 7 FCM/FCMREV-03/22, contrário à revalidação pleiteada. 13) Proc. nº 01-P-22593/2022, 8 recurso apresentado por Edina Jacinto da Silva contra a decisão da Comissão de Revalidação 9 de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação do diploma de "Médico Cirujano", 10 obtido na Udabol - Universidad de Aquino - Bolívia. Pareceres FCM/FCMREV-34/22, PG-11 1632/23 e Cepe-05/23. Será votado o Parecer Cepe-05/23, favorável ao Parecer da Comissão 12 de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM/FCMREV-34/22, contrário à revalidação 13 pleiteada. 14) Proc. nº 01-P-26331/2022, recurso apresentado por Michel Matheus Ferreira da 14 Silva contra a decisão da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, 15 referente à revalidação do diploma de "Médico", obtido na Facultad de Ciencias de La Salud -16 Universidad Autonoma San Sebastián de San Lorenzo – Paraguai. Pareceres FCM/FCMREV-17 27/22, PG-1492/23 e Cepe-06/23. Será votado o Parecer Cepe-06/23, favorável ao Parecer da 18 Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM/FCMREV-27/22, contrário à 19 revalidação pleiteada. 15) Proc. nº 01-P-27005/2022, recurso apresentado por Andressa Silva 20 de Morais contra a decisão da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, 21 referente à revalidação do diploma de "Médica", obtido na Facultad de Ciencias de La Salud -22 Universidad Sudamericana – Paraguai - Pareceres FCM/FCMREV-29/22, PG-1493/23 e Cepe-23 07/23. Será votado o Parecer Cepe-07/23, favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de 24 Diplomas Estrangeiros da FCM/FCMREV-29/22, contrário à revalidação pleiteada. 16) Proc. 25 26 nº 01-P-28210/2022, recurso apresentado por Otonildo Sérgio Conceição Oliveira contra a decisão da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação 27 do diploma de "Médico", obtido na Universidad Autónoma San Sebastián de San Lorenzo -28 Paraguai - Pareceres FCM/FCMREV-30/22, PG-1634/23 e Cepe-08/23. Será votado o Parecer 29 Cepe-08/23, favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da 30 FCM/FCMREV-30/22, contrário à revalidação pleiteada. 17) Proc. nº 01-P-30011/2022, 31 recurso apresentado por Adejailton Silva de Morais contra a decisão da Comissão de 32 Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação do diploma de 33 "Médico", obtido na Facultad de Ciencias de La Salud - Universidad Sudamericana - Paraguai 34 - Pareceres FCM/FCMREV-30/22, PG-1500/23 e Cepe-09/23. Será votado o Parecer Cepe-35 09/23, favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da 36 FCM/FCMREV-45/22, contrário à revalidação pleiteada. 18) Proc. nº 01-P-28255/2022, 37 recurso apresentado por Jorge Renato Gomez Gonzales contra a decisão da Comissão de 38 Revalidação de Diplomas Estrangeiros da FCM, referente à revalidação do diploma de 39 "Médico", obtido na Facultad de Ciencias de La Salud - Universidad Autónoma San Sebastián 40

de San Lorenzo – Paraguai - Pareceres FCM/FCMREV-42/22, PG-1758/23 e Cepe-10/23. Será 1 votado o Parecer Cepe-10/23, favorável ao Parecer da Comissão de Revalidação de Diplomas 2 Estrangeiros da FCM/FCMREV-42/22, contrário à revalidação pleiteada. H - Proposta de 3 Logotipo - Portaria GR-34/95 - 19) Proc. nº 18-P-25265/2023, da Faculdade de Engenharia 4 Química – Proposta de novo logotipo da Faculdade de Engenharia Química – Aprovação pela 5 Congregação em 26.05.23 – Ofício FEO-23/23 e Parecer PG-2076/23. I - Convênios, Contratos 6 e Termos Aditivos - Para Homologação da Aprovação Ad Referendum do Reitor - Deliberação 7 Consu-A-16/2022 - 20) Proc. nº 07-P-22587/2023, do Instituto de Biologia - Acordo de 8 9 Colaboração - Partes: Unicamp/Funcamp e University of Exeter - Reino Unido - Executores: Rafael Silva Oliveira e Raquel Gomes Hatamoto - Data de Assinatura: 29.06.23 - Vigência: 10 30.06.27 - Recursos: £ 1,104,950.00 - Resumo do Objeto: Regulamentar os termos e condições 11 para o desenvolvimento do projeto de pesquisa "Casper: Carbon Storage in Pasture through 12 Ecological Restoration" (Casper: Armazenamento de Carbono em Pastagens através da 13 Restauração Ecológica) - Parecer: Cacc. Adendo à Ordem do Dia - C - Valor da Refeição -14 Restaurantes Universitários - Deliberação Consu-A-01/2023 - 03) Proc. nº 01-P-17846/1994, 15 proposta de Deliberação Consu que prorroga a suspensão temporária da aplicação do art. 4º da 16 Deliberação Consu-A-35/17, que estabelece a nova sistemática para o preço a ser pago pela 17 refeição servida no sistema de Restaurantes Universitários e dá outras providências - Parecer 18 PG-2487/23, Despachos PRDU-76/23 e do Reitor-717/23. D – Delimitação de Área do Parque 19 Científico e Tecnológico da Unicamp - Para Aprovação - 04) Proc. nº 01-P-9930/2020 20 (Acompanhado do Proc. nº 01-P-14198/20), proposta de alteração da Deliberação Consu-A-21 34/2020, que estabelece a delimitação da área física do Parque Científico e Tecnológico da 22 Unicamp (Parque) – Parecer PG-2411/23, Oficio Depi/PD-06/23, Manifestação Depi datada de 23 12.07.23, Parecer do Conselho Superior do Parque Científico e Tecnológico da Unicamp, 24 Anuência da Coordenação da Implantação do HIDS Unicamp e Informação Inova-191/23 e 25 Despacho do Reitor-711/23. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 – Proc. nº 22-P-26 14197/2023 –, que trata de proposta de concessão do título honorífico de Professor Emérito, 27 nos termos dos artigos 158 e 159 dos Estatutos da Unicamp, ao Professor Doutor Wilson 28 Suzigan, apresentada pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de 29 Geociências; e da homologação da designação de comissão especial, composta pelos 30 professores doutores Miguel Juan Bacic (presidente), Clélio Campolina Diniz e Itala Maria 31 Loffredo D'Ottaviano. A matéria exige maioria qualificada dos votos para aprovação. O 32 Conselheiro EMILSON PEREIRA LEITE agradece à Reitoria por dar encaminhamento a esse 33 assunto, designar a comissão especial para fazer a análise da proposta encaminhada pelo IG e 34 trazer hoje aqui para votação na reunião do Consu. Terão hoje uma oportunidade de coroar a 35 carreira do professor Wilson Suzigan, com a possível aprovação desta proposta de concessão 36 de título de professor emérito. Professor Suzigan foi colaborador do IG de 2004 a 2022, vindo 37 do Instituto de Economia, e deixou um legado de contribuições muito importantes, de bastante 38 destaque, muito originais, nas áreas de história econômica, política industrial, economia 39 industrial e da inovação. Deixou uma vasta lista de publicações relevantes nessas áreas, com 40

uma importante influência acadêmica. Agradece à comissão especial que foi indicada pela 1 portaria GR para analisar a concessão desse título ao professor Suzigan, professores Miguel 2 Bacic, Itala D'Ottaviano e Clélio Campolina, da UFMG. Essa comissão emitiu um excelente 3 parecer, bastante coerente com a trajetória do professor Wilson Suzigan, e coerente também 4 com o relato detalhado que foi apresentado em reunião da congregação do IG por um conjunto 5 de professores do DPCT e um professor do Instituto de Economia. Então enaltece a iniciativa 6 dos professores André Furtado, Leda Gitahy, Mauricio Compiani, Renato Dagnino, Ruy de 7 Quadros, Sérgio Salles, Sérgio de Queiroz, todos do DPCT do IG, e do professor Renato Garcia, 8 9 do Instituto de Economia, pelo encaminhamento à congregação da proposta de concessão de título ao professor Suzigan, onde foi aprovada por unanimidade. Entende que esta proposta 10 merece apreciação aqui no Consu com bastante carinho, e espera que a votação seja favorável, 11 acompanhando o parecer da comissão. O Professor MIGUEL JUAN BACIC diz que foi uma 12 honra fazer parte da comissão que estudou e fez o parecer para o título de professor emérito do 13 professor Suzigan, um professor respeitadíssimo e queridíssimo, tanto no Instituto de Economia 14 como no Instituto de Geociências. Trabalhou por muitos anos com ele e pode dizer que é um 15 acadêmico de uma produção muito importante para quem pensa o desenvolvimento do Brasil, 16 a política industrial, a história econômica e o estudo da importância da Universidade para a 17 sociedade. Ele fez um conjunto de estudos pensando no desenvolvimento do Brasil, no papel 18 das instituições, tanto em nível de política econômica, política industrial e das instituições de 19 ensino e pesquisa, mostrando a funcionalidade e os resultados dessas instituições para o 20 desenvolvimento e a ciência no Brasil. Não vai repetir o parecer, nem fazer a síntese excelente 21 que foi feita pelo diretor associado do IG, mas observa que da comissão foram parte a professora 22 Itala D'Ottaviano e o professor Clélio Campolina Diniz, que é professor emérito da 23 Universidade Federal de Minas Gerais, da qual foi reitor. O professor Clélio foi também 24 Ministro de Ciência e Tecnologia em 2014 e 2015, e ele mencionou que já era tempo de a 25 Unicamp reconhecer a contribuição do professor Suzigan. A comissão deliberou por 26 unanimidade, em nenhum momento houve qualquer restrição. Consideram merecido que a 27 Unicamp reconheça a trajetória de um acadêmico brilhante, discretíssimo, que tem um papel 28 fundamental na formação de recursos humanos e também para mostrar para a sociedade a 29 importância das instituições e das universidades públicas para o próprio país. O Conselheiro 30 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que, em nome do Instituto de Economia da Unicamp, 31 apoia e abraça a proposta dos sete colegas do DPCT do IG e mais o professor Renato Garcia, 32 do IE, que assinam a proposta. Os professores Emilson e Bacic resumiram bem a trajetória do 33 professor Suzigan, que tem uma contribuição nesses campos, como está bem explicado no 34 parecer, tanto da história econômica, seus estudos pioneiros sobre industrialização no Brasil, 35 inclusive com a construção de bases de dados fundamentais em um período em que as 36 estatísticas são difíceis. Ele é referência fundamental no estudo de formação econômica do 37 Brasil, no campo da política industrial e da economia da inovação, da economia da indústria. E 38 uma trajetória longa, muito marcante e discreta, como disse o professor Bacic, de apoio, de 39 40 dedicação institucional primeiro no IE e nos últimos anos no IG. Acha que tanto a carta inicial

quanto o parecer da notória comissão estão bem elaborados, então o Instituto de Economia 1 abraça com entusiasmo esta homenagem. Parabeniza o IG e o professor Suzigan. O 2 MAGNÍFICO REITOR diz que também teve uma passagem pelo Instituto de Economia, tendo 3 feito um doutorado lá, e atesta a importância para o pensamento econômico no país do professor 4 Wilson Suzigan. Acha que esta concessão tem um aspecto adicional que é importante neste 5 momento em que o Brasil está procurando retomar o rumo do desenvolvimento, e a questão 6 industrial, a questão da inovação, da ciência e tecnologia têm um papel essencial nisso, 7 associado a uma instituição como a Unicamp, que batalha para gerar conhecimento e para que 8 esse conhecimento tenha impacto no desenvolvimento da sociedade. Então, quando falam de 9 política industrial, de economia industrial e de economia da inovação, obviamente na Unicamp, 10 em termos de uma concentração de esforços de investigação nisso, ressalta o Instituto de 11 Economia, que sempre teve essa preocupação com a questão do desenvolvimento econômico 12 do país. E também o DPCT, que tem uma história de pensar política científica e tecnológica. 13 Houve a iniciativa do IG, promovida inicialmente pelo DPCT, que tem essa história grande, 14 específica, muito particular da institucionalidade da Unicamp, mas que teve um papel 15 importante em pensar a política científica e tecnológica no país. E abraçada também pelo 16 Instituto de Economia, que tem essa história de pensar uma economia do desenvolvimento, 17 portanto o professor Suzigan é alguém que sintetiza essas duas instituições da Universidade. 18 Também se solidariza à proposta, parabeniza o IG pela iniciativa e o IE por ter tido esse 19 professor na sua história documentando momentos importantes da batalha da Unicamp pelo 20 desenvolvimento econômico do país. Não havendo mais observações, submete à votação a 21 matéria de forma nominal, sendo aprovada por unanimidade, com 63 votos favoráveis, 22 conforme lista anexa. Parabeniza o IG, o IE, a Unicamp, agradece ao professor Bacic e solicita 23 que ele transmita os agradecimentos à professora Ítala e ao professor Clélio por esse trabalho. 24 Passa ao item 2 da Ordem do Dia – Proc. nº 15-D-22147/2023 –, do Hospital de Clínicas, que 25 trata da antecipação de recursos do Governo do Estado no valor de R\$19.653.950,69 para 26 custeio de atividades de junho a agosto de 2023. O item foi destacado pela professora Verónica. 27 A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ solicita um esclarecimento muito 28 breve, porque na documentação consta um compromisso de suplementação do Governo do 29 Estado de São Paulo de R\$40 milhões para o mês de julho, e não entendeu se ela chegou a 30 ocorrer. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que quando aprovaram o assunto na COP, as 31 negociações já tinham se iniciado junto à Secretaria, essas negociações permanecem; o recurso 32 ainda não entrou, mas as negociações não foram encerradas. Isso geralmente demanda mais 33 tempo do que preveem, as negociações estão em aberto e certamente não envolvem apenas 34 esses valores. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE esclarece que essas 35 negociações realmente estão acontecendo entre a superintendência do HC, a Deas e a Secretaria 36 do Estado de São Paulo. Enviaram para eles um plano de expansão do atendimento à Oncologia, 37 pois essa é uma necessidade premente, então estão em negociações, mas há vários passos a 38 serem seguidos. Estão no último passo antes de ser assinado, com previsão de até setembro 39 darem o aval final. Tanto a Superintendência quanto a Deas estão indo atrás, juntamente com a 40

Reitoria, para resolver isso o mais rápido possível, e a sinalização é de que em agosto ou 1 setembro isso já aconteça. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO submete à votação 2 a matéria, que é aprovada com 62 votos favoráveis e 01 abstenção. Passa ao item 03 – Proc. nº 3 01-D-46495/2023 –, da Coordenadoria Integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação 4 (Citic), que trata da disponibilização de recursos do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), 5 no valor total de R\$92.510.788,79, para contemplar diversas demandas institucionais na área 6 de Tecnologia da Informação da Universidade. O item foi destacado pelo professor Petrilson. 7 O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que às folhas 3, o documento 8 menciona alguns investimentos, incluindo a renovação de licença do Google Space. Pergunta 9 se esse valor de R\$1,8 milhão é uma licença anual, pois não há especificação do tempo da 10 licença. E também um outro esclarecimento, no item 3.5.2.2, que cita os storages para 11 repositórios institucionais. Lá diz que existe um projeto da Fapesp, então se esse projeto for 12 aprovado não há necessidade de suplementação desse recurso. E parece que é o recurso mais 13 alto desse montante total. Então pergunta se vão esperar o resultado da Fapesp e aprovar depois, 14 e se existe uma perspectiva de data para aprovação desse projeto. E também uma dúvida em 15 relação a esses storages, se todas as unidades que necessitarem de equipamentos de 16 armazenamento de dados para seus projetos institucionais podem utilizá-los. O Professor 17 RICARDO DAHAB esclarece que a renovação de licenças Google Space é por 36 meses, e o 18 valor é mais ou menos o que pagam hoje. Há uma perspectiva de redução, os valores que estão 19 na tabela são previsões, precisam reservar uma certa quantia quando abrem uma licitação, mas 20 tem havido uma redução substancial em quase todas as licitações feitas. Então, esperam uma 21 redução, nesse caso não muito grande, mas, por exemplo, para a atualização da nuvem da 22 Unicamp estavam previstos na tomada de preços R\$16 milhões, e o pregão resultou no melhor 23 lance de R\$8 milhões. Sobre *storages*, esclarece que esse projeto foi submetido no ano passado, 24 portanto estão indo para um ano de espera do parecer da Fapesp. Ele passou pelos estágios 25 preliminares, foi um edital de equipamento multiusuário voltado para a área de arquivística e 26 coleções. Como possuem hoje uma capacidade de storage que também está sendo ampliada 27 com a nova nuvem, esse pedido da Fapesp, em grande parte, vai para satisfazer essas demandas 28 da área da arquivística, pois são muitos documentos e muito extensos. Vão aguardar o resultado 29 da Fapesp para só então empenhar esse valor de R\$12 milhões. Possuem uma capacidade e vão 30 precisar de mais armazenamento; vão ter de se adaptar a esses contratos de 36 meses, porque 31 eles preveem uma capacidade de armazenamento menor do que a que hoje ocupam no Google. 32 Quando essa questão com a Google se iniciou, a ideia era que havia uma capacidade de 33 armazenamento ilimitada no Google Drive, e isso não é mais verdade. Terão de se contentar 34 com muito menos, estão fazendo essa adaptação, mas também contratando mais storage de 35 outras fontes. Isso não está colocado no documento, mas quando as negociações com a Google 36 finalizarem e tiverem a resposta da Fapesp, terão uma ideia um pouco melhor de quanto 37 armazenamento vão precisar comprar. Se compram em outra nuvem, se compram localmente, 38 há várias decisões que precisam ser tomadas, que têm a ver com os interesses estratégicos 39 40 também. Se são coisas para projetos internos, talvez seja melhor terem uma capacidade interna

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 de armazenamento; se forem para área administrativa, podem ser contemplados com soluções em nuvem. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES diz que vai se referir ao item 3.42 do documento da Citic, que se refere à contratação para desenvolvimento de sistemas adotando metodologia ágil. Chama-lhe bastante a atenção, porque da maneira como está apresentado, trata-se de uma simples terceirização: estão contratando uma empresa para manter três equipes à disposição da Universidade por dois anos, sem escopo definido. No documento de justificativa para a contratação, a Citic justifica pela evasão de profissionais de TI, então fica claro que o quadro da Universidade precisa ser complementado. Já há um concurso em vias de ser homologado, com muitos aprovados, e o próprio documento da Citic deixa claro que a contratação de servidores Unicamp é mais barata do que essa terceirização. Dessa forma, não vê motivos para essa contratação, solicita a retirada do item de pauta e que essa demanda seja atendida com contratação de servidores Paepe. Aproveita ainda para se referir ao item 3.46, edital de modernização do Smartcard, cujo valor é expressivo e vai gerar uma contratação de equipamentos por apenas 30 meses. Acabaram de passar por um momento de restrição orçamentária grave, e equipamentos desse tipo são usados para segurança patrimonial da Unicamp. Pergunta o que aconteceria se em um momento de restrição orçamentária esse contrato acabasse; hoje há equipamentos que funcionam há 10, 12 anos e continuam funcionando bem. Então lhe chama atenção um contrato com valor tão alto por apenas 30 meses. O Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS diz que faz coro ao conselheiro Bruno na solicitação de retirada de pauta do item 3.42. Fizeram uma ampla discussão na COP e na CAD quanto ao tema, e ressalta que não há informações no documento de quantos projetos vão ser atendidos, quais são os sistemas que serão desenvolvidos. A ideia é que seja uma proposta piloto, então por falta de parâmetros, por falta de conhecimento do que se pretende depois, solicita a retirada de pauta. Aproveita também para colocar o item 3.6.1, que é a reforma do estúdio da SEC. Acha que a SEC não pertence à área de TIC da Universidade, estão falando da área de comunicação, talvez esteja ligada muito mais à área audiovisual, à área de artes. E a reforma em si acha que deveria ser submetida à Copei, para que ela fizesse toda a análise, mas não possuem as informações concretas de que a Copei precisa, acha que falta um pouco de informações. Isso já foi aprovado na COP, mas observa que os equipamentos apontados ali não são equipamentos de TIC, são equipamentos de audiovisual, então não vê razão de serem aprovados dentro desse item. Acha que poderia ser submetido em outro local, não junto com a área de TIC, por isso também solicita a retirada de pauta. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que gostaria de fazer uma discussão neste item de para onde a Unicamp está apontando nessa questão da Informática. Na década de 1990, início dos anos 2000, a Unicamp tinha um protagonismo importante na questão da informática baseado no Centro de Computação. As universidades inclusive sediaram o início da internet no Brasil; em 2000 o primeiro lugar no Brasil a testar o Wi-Fi foi aqui na Unicamp, no Centro de Computação. Criou-se uma carreira de Informática na época e existia uma lógica de domínio e de proteção dos dados da Universidade em relação a ataques que ocorrem normalmente. Tratase de um investimento substancial, inicialmente eram R\$200 milhões, estão colocados R\$92

milhões, e não consegue entender qual é a lógica que está sendo colocada em relação a isso. 1 Houve concurso interno na época para a carreira de Informática; ficou afastado durante 16 anos, 2 e quando voltou soube que a carreira estava em extinção, só havia ele e mais seis pessoas na 3 carreira de Informática. A Universidade em algum momento tomou a decisão de partir para as 4 empresas privadas, como Google, por exemplo. Quando os e-mails institucionais foram 5 baseados no Google, houve um amplo debate em relação à proteção dos dados de pesquisa da 6 Universidade. Sobre a questão da terceirização, chegam a ser absurdos os salários que são pagos 7 aqui pelas empresas terceirizadas. Na sexta-feira, foi encaminhado oficio à Reitoria informando 8 que uma empresa terceirizada no HC de ascensoristas está há dois meses sem realizar o 9 pagamento dos trabalhadores. O STU está fazendo denúncia no Ministério Público do Trabalho. 10 Não está dizendo que isso vai acontecer com o setor de Informática, porque nesse caso é o 11 contrário. Estava havendo uma grande procura até antes das demissões em massa feita pelas 12 big techs, então voltam a ter profissionais disponíveis no mercado. Pensa que essa é uma 13 discussão importante para a Universidade fazer, até porque, depois da pandemia, o sindicato 14 está recebendo pressão para discutir o home office. Sabem dos problemas existentes em adotar 15 o home office, do problema de ter a terceirização, agora com a nova lei trabalhista, para a 16 atividade-fim. Inclusive os docentes podem ser terceirizados, por vídeo aula, a lei permite. 17 Então é uma discussão importante que tem a ver com esse domínio, a fronteira da informática 18 de aqui para diante. Acha que a Universidade, ao entrar nessa grande empresa de software 19 proprietário, está abrindo mão do seu protagonismo nesse setor. O Conselheiro RODOLFO 20 JARDIM DE AZEVEDO diz que esteve presente na COP que discutiu esse tema, e esses pontos 21 também foram lá destacados. Especificamente na questão da SEC, a votação na COP resultou 22 em empate, e houve o voto de Minerva do presidente da COP, professor Fernando Sarti. A 23 questão da SEC é que todos os membros da COP acreditam que se trata de um pleito da Copei. 24 Não é questão do mérito, mas lhes pareceu que era o local errado para fazer o pleito; todos 25 acharam meritório, mas há inclusive reforma física do espaço, portanto parecia claramente algo 26 sobre a Copei. Sobre o storage, na COP o professor Dahab mostrou uma linha do tempo, que 27 até esperava que estivesse no documento da pauta de hoje, com o investimento para os próximos 28 três anos. Houve na COP também discussão sobre o SmartCard, e em relação à terceirização, 29 pergunta se há legalidade em contratar pessoas sem escopo definido. Acredita que isso não 30 possa ser feito legalmente do ponto de vista de uma licitação, uma vez que existem profissionais 31 aqui na Unicamp nos cargos exatamente alinhados com esses desenvolvedores. Compartilha da 32 ideia, no caso específico, por exemplo, de Google Workspace, em que a Unicamp não precisaria 33 se envolver no cenário de um serviço já comum para *e-mail*, então ao contrário do que o senhor 34 José Luis mencionou, é favorável a ter esse cenário, mas do ponto de vista de sistemas como 35 um todo, acredita que precisam ter sistemas específicos para poder conseguir licitar 36 corretamente e não simplesmente licitar uma coisa genérica, uma equipe. Solicita 37 esclarecimento se é possível legalmente licitar pessoas, sem mencionar as atividades que elas 38 desenvolveriam. Também solicita que esses três itens sejam votados separadamente, para que 39 possam direcionar a votação. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz, sobre a 40

questão dos contratos de pessoas terceirizadas, que existe uma característica no HC de que 1 algumas especialidades não preenchem as vagas de concursos, ou as pessoas não se inscrevem 2 ou já pedem demissão logo que assumem. Nesse panorama, não conseguem dar assistência por 3 conta da concorrência do mercado externo. Então, para situações pontuais como essa, o Hospital 4 vem abrindo a possibilidade de contratação por pessoa jurídica para conseguir oferecer um valor 5 um pouco mais atrativo, e com isso dar sequência à condução do atendimento dos pacientes. 6 Hoje possuem vários contratos com empresas e têm feito licitação e capacitação; no edital 7 colocam tudo o que o Hospital espera que aquele especialista tenha para poder oferecer, e tem 8 dado relativamente certo até então. Foi feito um estudo junto com a PG, e por não terem 9 funcionários para assistência, existem prerrogativas legais para contratarem uma equipe ou 10 pessoas jurídicas individuais por credenciamento. O Professor RICARDO DAHAB diz que 11 essa é uma demanda que está colocada; pode enumerar aqui sistemas nas pró-reitorias, sistemas 12 na DGA, sistemas nas unidades. Existe um enorme passivo, um enorme débito técnico na área 13 de sistemas na Universidade. A Unicamp perdeu muitos profissionais, o CCUEC tem somente 14 um ou dois dedicados ao desenvolvimento de softwares, e precisam dar conta dessa demanda. 15 E decidiram dar conta dessa demanda da forma como é feita modernamente; já que vão se 16 manter na vanguarda, acha que precisam fazer do jeito certo, como a vanguarda hoje faz, que é 17 contratar uma empresa que traz uma equipe. Ninguém está contratando pessoas 18 individualmente aqui. Existe um custo para isso, que é o custo de contratar a empresa, a empresa 19 vai pagar os seus programadores, seus desenvolvedores, seus analistas, que não são 20 funcionários juniores. Comparar o salário hoje de um funcionário júnior na Unicamp, R\$7 mil, 21 R\$8 mil de entrada, com o de um profissional sênior da área de desenvolvimento de software 22 não é uma comparação justa. Além do mais, R\$8 mil é só o salário que chega na mão dessa 23 pessoa, há também encargos desses funcionários. Então não é uma terceirização, é uma 24 contratação por dois anos para suprir uma demanda reprimida com uma tecnologia que hoje é 25 a mais usada, a mais rápida e mais correta para fazer desenvolvimento de software. Vão alocar 26 essas pessoas aqui em projetos que primariamente vão ser projetos da PRP, de onde veio a 27 primeira demanda, que são os sistemas Faepex, Pibic, que estão bastante defasados, inseguros, 28 antigos, muito ruins. Existe também uma demanda imediata da DGA que certamente 29 consumiria essas três equipes de uma só vez, mas vão verificar quais são os sistemas mais 30 urgentes, talvez convênios. No entanto, isso não é motivo para não fazer esse movimento de 31 contratação, que foi espelhado em um modelo de contratação que o Governo Federal faz hoje. 32 E o Governo Federal está muito mais adiante que o Governo Estadual quando se fala em 33 informática; essas coisas não pararam no Governo Federal nos últimos anos. Então toda essa 34 forma de contratação foi feita com apoio de profissionais que vieram aqui, ensinaram os 35 profissionais da Unicamp como fazer o edital anterior, de contratação de uma plataforma para 36 ajudar no desenvolvimento de *software*, e que passou praticamente liso na PG. A segunda parte 37 é a contratação das equipes em si. Primeiro, contratam uma plataforma que é chamada 38 plataforma de gestão de APIs, para dar suporte às atividades de desenvolvimento dessas 39 equipes. Não é uma terceirização, é uma coisa por dois anos que vai trazer uma metodologia de 40

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 desenvolvimento para a Universidade, e os profissionais da Unicamp vão acompanhar isso. Não é possível desenvolver um sistema para o interesse da Universidade, com as suas características, sem o suporte do pessoal de TI local e o pessoal de negócios local. Então vai haver um legado de aprendizado e de treinamento, pois estão lançando uma trilha de treinamento dos profissionais de TI da Universidade, contratando a plataforma Alura, provavelmente, e complementando essa plataforma com aulas dos profissionais daqui, já que alguns deles possuem formação para isso, para poder aproveitar essa experiência que vai ser feita. Caso contrário, teriam de primeiro treinar essas pessoas nessa metodologia, e não fazem isso sem auxílio externo, com treinamento hands-on. Segundo, teriam de deslocar esses profissionais de suas atividades atuais; eles possuem tarefas e há poucos profissionais para fazer muitas coisas, para manter esses temas que hoje são caros de manter, porque usam tecnologia defasada. Então, deslocariam essas pessoas, e com isso iriam introduzir mais problemas na Universidade por querer desenvolver sistemas. Observa que a Unicamp estava na vanguarda há 30 anos, mas desenvolver sistema hoje não é mais vanguarda. O programador de chão de fábrica vai ser substituído pelo Chat GPT, e não vai demorar muito; essas rotinas simples de programação vão ser feitas automaticamente. A Universidade precisa deixar de achar que a sua atividade-fim é desenvolver softwares, porque não é. Ensinar alunos a desenvolver softwares é atividade-fim e é tarefa dos cursos de graduação e pós-graduação, mas desenvolver softwares para o seu consumo não é atividade-fim da Universidade, é atividade meio. Vão desviar a Universidade das suas atividades-fim se insistirem muito nisso, fazendo com tecnologia defasada, competindo com o mercado completamente voraz por profissionais que não conseguem contratar de outra forma. A contratação da metodologia ágil é feita de acordo com a lei hoje que o Governo Federal segue, portanto não tem a menor dúvida da legalidade disso. Outro item que os conselheiros levantaram com bastante veemência foi a readequação do estúdio da Rádio e TV, que contempla equipamentos de audiovisual, mas tem equipamentos de comunicação também. A Unicamp está pedindo uma estação de rádio para ser incorporada à Universidade, e as obras civis que acompanham a readequação do estúdio são para poder acomodar esses equipamentos que serão comprados. A Copei apreciou essa demanda alguns meses atrás, depois foi para a COP e CAD, e talvez ela não seja exatamente uma demanda TIC, mas é uma área de tecnologia de comunicação, os equipamentos são equipamentos de tecnologia de comunicação e de radiodifusão. Estão pedindo um sistema para o Cepagri também, um satélite etc., o que talvez também não seja exatamente TIC, mas prefere discutir se a demanda tem mérito ou não e se ela cabe no PPI. A parte civil, como disse, é para adaptar as necessidades dos equipamentos que estão sendo comprados. Se a SEC merece ou não ser uma Secretaria de Comunicação mais moderna e com equipamentos modernos que dê conta do recado de fazer comunicação institucional com eficiência, com versatilidade, com qualidade, isso é algo que podem discutir. O equipamento é de comunicação, portanto tomaram a decisão de trazer para cá, em um pacote grande de modernização da Universidade. O SmartCard foi resultado de um GT liderado pela DEA e pelo CCUEC, que concluiu seu trabalho alguns meses atrás e recomendou essa solução. E ele não é simplesmente um sistema que vai substituir o SmartCard agora, tem autenticação

via vários dispositivos, autenticação facial, vai fazer interface com os sistemas de pagamento, 1 vão ser trocadas as leitoras, e no final esse GT concluiu que a melhor solução seria de locação 2 por 30 meses, ao custo de R\$21 milhões, que deve cair depois do primeiro contrato. Pergunta 3 se querem uma coisa assim ou vão continuar com problemas com os SmartCards, vão continuar 4 com problemas com tecnologia defasada. Devem dar um passo para frente e trazer uma 5 tecnologia nova, afinal querem continuar na vanguarda e essa é uma boa oportunidade de 6 continuarem na vanguarda com um estudo sério feito por um GT, que incluiu várias pessoas, 7 discutiu em vários fóruns e chegou à conclusão de que essa seria a melhor solução. A 8 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que talvez boa parte da confusão colocada aqui é 9 porque há um pacote que engloba vários itens. Alguns desses itens são contratuais, podem até 10 se tornar contratos recorrentes, ou seja, seria um recurso orçamentário, alguns são de fato do 11 PPI, e neste caso na COP deveriam ter um status de quais são os projetos que já estão inseridos 12 ali e quais não. Isso ajuda na tomada de decisão. Existem outros que talvez devessem ou não, à 13 medida que ocorra a discussão, tomar o caminho da Copei ou da COP. Então, nesse aspecto, 14 acha que não é só a caracterização de ser um desembolso de uma única vez. Existem outras 15 demandas na Universidade que também são desembolso de uma única vez, as carreiras tanto de 16 docentes quanto de funcionários estão demandando alguns reconhecimentos que seriam 17 desembolsos de one time. Há vários pontos aqui de trabalho extensivo, de mérito, outros que 18 estão sendo questionados de maneira legítima, mas talvez o grande ponto de confusão seja ter 19 colocado tudo no mesmo pacote. Lembra que em uma COP anterior o professor Dahab fez uma 20 prévia apontando um montante muito maior do que esse que aqui está. Então ficaram no meio 21 do caminho sem entender muito bem o que seria PPI, o que seria orçamentário, o que seria um 22 investimento realmente à la Copei. Portanto, talvez para as demandas futuras dividir isso muito 23 bem seja um caminho menos polêmico. A Conselheira GLAUCIA MARIA PASTORE diz que 24 de fato é nevrálgica a questão da informatização da Universidade. O professor citou que a PRP 25 tem problemas em seus sistemas, e observa que isso já acontecia na época em que estava na 26 pró-reitoria. Houve três invasões bastante graves, porque ali tinham os valores das bolsas, os 27 relatórios aprovados e não aprovados, e foi bastante difícil. Então acha que essa preocupação é 28 extremamente legítima e devem ficar muito atentos. E também sentiu falta, não sabe se isso já 29 foi discutido em outras instâncias, de alguma coisa relacionada a desenvolvimento de recursos 30 audiovisuais para docência. Sente que estão utilizando hoje muito mais o sistema áudio visual 31 e ainda estão, em geral, nos slides, na forma unidimensional, e veem o que está acontecendo no 32 mundo, quais são os programas para motivar a turma, já que a metodologia de ensino também 33 está mudando drasticamente. Então acha importante mesmo trabalhar, ter os recursos para fazer 34 isso. Sobre a terceirização, considera que uma forma de minimizar essa dependência da 35 Universidade é justamente o que foi dito pelo professor Dahab, ter treinamento dos funcionários 36 da Unicamp junto com as equipes de tal forma que consigam dar um nível de qualificação 37 importante para seguirem com autonomia. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz 38 que acompanhou a discussão na CAD sobre esse tema e votou favoravelmente a que 39 40 aprovassem esse grande esforço, que faz parte de uma avaliação muito cuidadosa que foi feita.

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

A respeito das demandas de tecnologia da informação e da comunicação, pensa que o material apresentado justifica plenamente o investimento que precisam fazer neste momento. E considera muito positivo que possam aprovar um grande pacote de renovação e atualização da infraestrutura que a Unicamp necessita para essa área. Entende que a Universidade está em um momento de afluência, é importante que possam fazer os investimentos necessários exatamente neste momento, que não sabem, infelizmente, até quando durará, mas entende que devem e acha que todos os colegas que fazem parte da vida cotidiana da Universidade sabem que continuam a ter problemas neste âmbito da tecnologia da informação, do desenvolvimento de sistemas. Há muito o que avançar nos sistemas que utilizam na Universidade, então acha que o voto favorável aqui é um voto também de confiança a um trabalho que foi realizado com muito cuidado. É muito melhor quando recebem uma proposta aqui de 40 páginas do que quando fazem a compra de elementos separados, que às vezes passa até despercebido no andamento orçamentário. Portanto, valoriza a ideia dessa compra conjunta, desses recursos que estão justificados aqui plenamente, e que fazem parte de uma avaliação sobre a atual situação dos equipamentos, das redes, da infraestrutura da Universidade e que entende que devem ser aprovados em conjunto. Parabeniza o professor Ricardo Dahab e equipe por essa proposta e manifesta seu voto favorável à proposta. O Conselheiro MICHEL NICOLAU NETTO parabeniza pela proposta, diz que olhou rapidamente o documento e não viu nenhuma informação sobre a questão de acessibilidade digital, que é um tema bastante relevante, tendo em vista que as pessoas com deficiência têm encontrado bastante dificuldade. Aponta a necessidade de avançarem nessa direção, e se não puder ser incluído nessa proposta, que seja incluído em algum momento. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que sempre foi muito avesso à ideia de terceirizar serviços na área pública, mas nesse caso não é uma terceirização, é uma abordagem de um problema importante que atende a uma defasagem por tempo limitado. Esse tipo de intervenção realmente não é barato, mas é importante por várias razões que já foram colocadas aqui. Quando pensam em termos de profissionais de informática, ao fazer a contratação, não vão deixar de atender os serviços de rotina da Universidade, que certamente demandaria muito mais horas de trabalho das pessoas, coisa de que provavelmente não dispõem. A Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, por exemplo, tem perdido profissionais para o mercado, professores em início de carreira que estão migrando para o mercado, que está voraz. Portanto, se têm vontade de progredir e de ter um sistema informatizado com melhorias necessárias em vários aspectos, agora é o momento, por isso seria importante aprovar essa proposta para caminharem adiante. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E CRUZ diz que faz coro com a fala do professor Michel em relação à questão da acessibilidade, um tema para o qual havia se inscrito para falar no Expediente. Mas, aproveitando a menção, diz que é um problema sério que particularmente tem de enfrentar e que poderia ser resolvido no atual pacote de serviços e sistemas da Universidade, mesmo defasado como ele é. Certamente, em um novo patamar, como o que essa proposta pretende atingir, e acha que é louvável que assim seja, que possam contar com os serviços de tecnologia da informação o mais avançados possível, não haverá nenhuma razão para que a acessibilidade

não seja plenamente atendida. No atual patamar, mesmo defasado, ela poderia já ser plenamente 1 atendida, e não está sendo. Então, nessa renovação, solicita particular atenção à equipe de 2 tecnologia de informação da Universidade a esse aspecto, porque os programadores de 3 informática procuram pensar nas soluções mais sofisticadas, e é bom que assim o seja, mas 4 esquecem o óbvio. Esquecem que há pessoas que não enxergam e utilizam os sistemas, e às 5 vezes soluções muito triviais poderiam facilitar muito a vida de alguém como ele, que hoje está 6 simplesmente impossibilitado de usar, por exemplo, o sistema da DAC. Para aquilo que todos 7 aqui fazem muito facilmente, que é lançar notas e frequências, precisa de um secretário ou 8 secretária do seu Instituto fazendo para ele, pois sozinho não consegue fazer praticamente nada 9 no sistema da DAC. Portanto, que seja bem-vinda a renovação, mas que venha com aquilo que 10 já é disponível hoje e não está sendo feito. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA 11 diz que não é da área de informática, nem de tecnologia, então possui um pouco de dificuldade 12 de acompanhar essa discussão mais técnica, mas ficou muito satisfeito com a explicação do 13 professor Ricardo, que foi muito suficiente e convincente. Observa que dentre esses sistemas 14 que foram citados, o da DAC e a sua comunicação com os demais, por exemplo o do SAE, 15 mereceriam talvez uma atenção especial, já que também estão preocupados que essa iniciativa 16 venha a atender as atividades-fim da Unicamp, e parece que esses dois sistemas são centrais 17 para isso. Um exemplo é que possuem muitas disciplinas de estágio e não conseguem fazer com 18 que essa carga didática migre para o RAD, é sempre um trabalho manual. Então, parece uma 19 solução simples para quem é da tecnologia, mas faz anos que reivindicam isso e até hoje não 20 foi obtido. Então lhe parece que modernizar esses sistemas é mais do que urgente, 21 absolutamente necessário para que tenham não só mais eficiência, mas também para que 22 consigam ocupar melhor o tempo com aquilo que realmente importa para eles. Reforça a defesa 23 da acessibilidade, e enquanto o professor André Kaysel falava, lembrou-se de que acessou 24 recentemente um documento do Governo Federal intitulado "Plano país para a infância e 25 adolescência", e quando o abrem há um QR Code para a versão acessível do mesmo documento. 26 Parece-lhe uma solução simples que a Universidade poderia adotar em diversas situações. O 27 Professor RICARDO DAHAB agradece a todos que fizeram pedidos de esclarecimento, pois é 28 importante que as pessoas que não estejam esclarecidas possam ser esclarecidas aqui. Sobre 29 acessibilidade, compromete-se a dar uma atenção e incluir na próxima solicitação de recursos, 30 pois ainda não possuem um estudo feito sobre o que poderiam trazer para toda a Universidade 31 em termos de tecnologia, de *hardware* e de *software* e também dos novos sistemas. Os *websites* 32 são apenas uma das coisas que têm de ser usadas para melhor acessibilidade. A professora 33 Marisa mencionou que levou para uma das COP anteriores uma solicitação, mas na verdade era 34 mais uma descrição do trabalho de levantamento de demandas da Universidade. Essas, sim, são 35 da ordem de R\$230 milhões. Decidiram trazer esse primeiro pacote exatamente para não chegar 36 com um número que seria muito difícil de discutir, então trouxeram somente aquelas demandas 37 que tivessem impacto em toda a Universidade e não só para determinados órgãos, e aquelas 38 compras que eram basicamente um item ou dois itens, mas que compusessem um item 39 40 integrado. Para as próximas demandas, haverá um item que está sendo consolidado pela Citic,

que é o da compra de desktops, notebooks, esses equipamentos que têm agora por força da lei 1 da licitação serem comprados de forma integrada, de forma única. Não podem mais comprar 2 um desktop hoje e outro no mês que vem; precisam fazer uma ou duas compras no máximo por 3 ano, com planejamento. Então, no próximo pedido, terão de apreciar essa questão, se vão alugar 4 ou comprar os desktops e por aí em diante. Sua atuação na Citic tem sido marcada por uma 5 ampliação das áreas de escuta das demandas dos órgãos da Universidade. Há hoje comitês 6 consultivos com representantes de TIC de toda a Universidade e que acolhem as demandas. 7 Todos os órgãos, sejam unidades de ensino e pesquisa, sejam órgãos da Administração, sejam 8 da assistência, possuem uma pessoa responsável pela área de TI que representa a sua unidade, 9 seu órgão, no comitê consultivo respectivo. Existem três comitês e eles são a forma primordial 10 que estão encontrando para discutir as demandas e achar formas de solução para elas, que 11 possam integrar os vários profissionais de áreas correlatas. O Conselheiro FERNANDO SARTI 12 diz que quando esse plano estratégico de TIC da Universidade foi amplamente discutido dentro 13 da Citic com o CCUEC, ele foi apresentado à Copei como um projeto estratégico, e também foi 14 colocado no expediente da COP, dada a complexidade que é um pacote desse de investimento. 15 Quem é da área sabe explicar bem a importância. Vários desses pontos que foram levantados 16 aqui foram apontados, a começar pela questão da prioridade e da defasagem. Então, sim, houve 17 um estudo profundo, uma discussão profunda sobre o plano estratégico de TI. Também é 18 verdade que a primeira demanda que veio e permanece - o professor Ricardo Dahab hoje não 19 detalhou porque não é isso que está em aprovação, as demandas na área de TIC da Universidade, 20 até por essa rapidez da obsolescência tecnológica e mesmo das demandas por áreas - supera e 21 muito o que estão aprovando aqui hoje. Os valores passam de R\$250 milhões, dependendo de 22 que incluam. A Aeplan e a PRDU solicitaram uma priorização absoluta para que o que fosse 23 possível ser investido ainda em 2023 e 2024. O professor Ricardo Dahab fez referência a um 24 dos itens que ficaram de fora desse pleito, por exemplo, a compra de equipamentos. Sabem que 25 há uma desatualização também na Universidade, mas também há um estudo que não está 26 fechado dentro da Citic, dentro do CCUEC, com relação a quanto deveriam adquirir dessas 27 máquinas, o quanto deveriam fazer na forma de aluguel e de leasing. A própria área técnica os 28 convenceu de que esse é um setor onde há uma obsolescência tecnológica muito intensa, muito 29 rápida, e talvez o sistema de leasing ou de aluguel possa ser melhor, ou uma combinação de 30 ambos. Em todo o caso, é prioritário, mas dentro das prioridades que foram apontadas do ponto 31 de vista de infraestrutura, do ponto de vista do pacote de serviço, ela pôde esperar. Então, é 32 maior do que os R\$90 milhões, mas vai ficar para uma próxima oportunidade. Respondendo à 33 professora Marisa, diz que é complexo mesmo, pois estão falando do investimento em TIC que 34 envolve serviço. A assinatura é às vezes por 36 meses, às vezes é por anos, assim como é 35 fundamental a infraestrutura, o backbone da Universidade, as nuvens. Também envolve, como 36 envolveu nos outros pacotes aprovados do PPI, obras e reformas. Lembra que aprovaram 37 reforma de 42 "pinotinhos", que envolvia o conserto do telhado, pintura, acessibilidade, tudo 38 isso foi feito dentro do PPI. Portanto, o PPI envolve também obras e reformas, e não vê por que 39 40 tanta preocupação em relação a isso. Uma questão que o preocupa, e que surgiu na COP, na

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 CAD e aqui, é a seguinte: não entende que parceria seja terceirização. Estão falando de um setor com um dinamismo muito intenso, onde a obsolescência é muito rápida e que é absolutamente crucial para as atividades da Universidade. Dependem da TI para as atividades administrativas, para as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, e um setor onde uma universidade de ponta como a Unicamp não pode ficar atrasada. O que estão propondo, e lhe parece muito claro na fala do professor Ricardo Dahab, é compor uma parceria em que vão buscar sinergia, complementaridade. Não há nenhum menosprezo aos servidores da Unicamp, sejam eles docentes ou não docentes, pelo contrário. Quando a Universidade sai de um patamar de investimento de R\$4 milhões anuais para R\$40 milhões, a primeira atitude pode ser a de contratar engenheiros. Mas é uma demanda que sabem que não vai ser permanente por 10 anos, por 20 anos, então fizeram uma parceria com uma instituição que talvez tenha a maior expertise em obras no país, que é a Caixa Econômica Federal. Pergunta se, ao fazer isso, estão desprezando os engenheiros da Universidade, os arquitetos da Universidade, os servidores que trabalham com manutenção em obras da Universidade. Isso é uma parceria; equívoco seria contratar diante de uma demanda que está elevada, como é agora, quando há uma demanda elevadíssima na área de TIC. Devem contratar, mas não em um pico, devem contratar e fazer uma complementaridade, uma sinergia com esses parceiros. Levar em conta o fluxo de demanda e essa complementaridade faz parte de planejamento. Outro exemplo é na Depi: havia uma demanda represada na Universidade, e quando assumiu a PRDU havia uma crítica muito pesada sobre o Sipex, um programa desenvolvido internamente na Universidade há décadas e cuja linguagem, segundo os especialistas no assunto, não é mais uma linguagem atual. Pergunta se ao migrar do Sipex para o Lattes, que não é uma plataforma da Universidade, mas do Governo Federal, do CNPq, estão fazendo terceirização. Há coisas que precisam ser analisadas com um pouco mais de cuidado. Pergunta se quando, na área da Saúde, contratam alguns anestesistas por PJ, estão fazendo terceirização e se isso significa trazer qualquer questionamento sobre a Instituição, sobre os docentes, sobre os funcionários. É preciso separar as coisas e ver que a demanda leva a essa questão importante. Há uma defasagem tecnológica importante e há um planejamento por trás para a solução desse problema. Não vê realmente isso como uma terceirização, não vê como um menosprezo ao desenvolvimento interno; essa parceria, na verdade, promove muito mais os servidores da Universidade do que qualquer outra coisa. O MAGNÍFICO REITOR diz que se preocupa também com essa visão que fortalece a ideia de que há uma terceirização. O exemplo que o professor Fernando Sarti deu é muito valioso. Há muitos engenheiros civis na Unicamp que estão desempenhando funções administrativas, e não consegue imaginar outra razão que não seja a seguinte: eles entraram como engenheiros para conduzir obras na época de bonança financeira, e quando veio a crise, eles não tinham o que fazer e foram deslocados para outras funções. Se expandirem muito o número de funcionários para algumas áreas, poderá acontecer a mesma coisa. Precisam ter uma lógica de gestão que valorize um conjunto de docentes e servidores, que sejam bem remunerados, mas que se concentrem nas principais atividades da Universidade, e deixar uma margem de ajuste. Os químicos chamam isso de tampão, de buffer ou alguma coisa assim. Devem trabalhar com a

ideia de ter uma margem de ajuste nessas coisas, porque o orçamento da Universidade não está 1 sob o controle dela, está sob controle da economia e depende de ter o apoio em nível estadual. 2 Há uma demanda premente, uma defasagem grande, mas se encherem de pessoas da área de TI, 3 daqui três ou quatro anos podem estar em uma situação em que essas pessoas estarão 4 desempenhando funções de escritório. Então, essa é uma preocupação que tem toda a lógica do 5 ponto de vista da gestão, e se desejam ter bons profissionais com boa remuneração aqui, 6 precisam se preocupar com isso. Não podem ficar pondo gente para dentro, porque pagam o 7 salário e pagam aposentadoria das pessoas também, e a Universidade não quer contratar CLT. 8 O cobertor tem tamanho e não podem analisar essas coisas como se ele fosse infinito. É fácil 9 fazer uma demanda, mas não olhar as coisas sistemicamente. Área de TI é das áreas que mais 10 tem inovação tecnológica; se olharem qualquer empresa de TI, verão quantos PHD eles têm, 11 quantas pessoas envolvidas em pesquisa. É impossível disputar em todas as questões com essa 12 área, estar na fronteira tecnológica com todas essas coisas. Pergunta por que então não criaram 13 o Chat GPT, por exemplo; existem limites nessa disputa e devem saber focar onde podem 14 produzir coisas que sejam disruptivas e não sejam coisas em que o próprio mercado e as 15 empresas do mercado têm um interesse brutal. A Universidade precisa atender, por exemplo, 16 demandas sociais, possuir sistemas que peguem a inteligência artificial e atuem na área da 17 Saúde, por exemplo, e nisso ela pode fazer uma brutal diferença. Devem focar em construir 18 coisas que caracterizem a Universidade como algo diferente, e não querer ficar garantindo 19 basicamente interesse corporativo. A função da Unicamp é falar para a sociedade, é pegar aquilo 20 que é demanda não preenchida e atender. Algum tempo atrás deu um depoimento sobre o 21 CQMED, que fez uma ação junto com uma empresa para desenvolver testes rápidos; já fizeram 22 para Covid, estão fazendo para chikungunya e para dengue. Isso é espaço que podem preencher 23 com muito mais qualidade, isso vai falar para a sociedade de forma muito mais positiva. As 24 pessoas reclamam muito da comunicação da Unicamp; ela tem melhorado, mas precisam de 25 recursos. As pessoas querem que modernizem, querem que resolvam os problemas, mas 26 passaram, por exemplo, 20 anos reclamando do Sipex. Essas coisas não fecham; ou tomam a 27 iniciativa e decidem empregar recursos, resolver as coisas, ou então fica difícil. É a mesma 28 discussão que tiveram no caso da aquisição do terreno da moradia nas últimas reuniões. Surge 29 a oportunidade de enfrentar o problema, mas alguns alegam que é muito dinheiro, não pode, 30 não está tudo detalhado, que aparentemente há alguma coisa escondida. Pede um pouco de 31 confiança, que cobrem o resultado; não tem medo de cobrança, mas solicita que deem a 32 oportunidade de a gestão realizar as coisas, não fiquem travando tudo. Devem ser mais 33 propositivos e positivos, até porque possuem um enorme desafio como Universidade que é 34 enfrentar a questão da nova lei de licitações. Vão fazer absolutamente tudo centralizado, e com 35 isso precisam de sistema, precisam de coisa moderna que faça face a esses desafios. Portanto, 36 pede encarecidamente a este Conselho que não retirem nada de pauta, que votem em bloco e 37 aprovem este item. E que cobrem; não tem medo de cobrança, mas cobrem a partir de conceder 38 a oportunidade de realizar. Não havendo mais observações, submete à votação a retirada de 39 pauta, que é rejeitada com 48 votos contrários, 11 votos favoráveis e 04 abstenções, totalizando 40

63 votos. Então o item continua em pauta e vão votar separadamente cada um dos itens. O 1 Conselheiro RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO diz que releu o item da SEC e está escrito 2 na primeira página que há R\$1,5 milhão de reforma física e R\$1 milhão de equipamentos. 3 Então, infelizmente, ao contrário do que o professor Dahab falou, a reforma é maior do que a 4 primeira parte. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que, como já mencionou, dentro do PPI 5 fizeram obras, reformas em vários lugares, como no caso dos "pinotinhos". Não está 6 entendendo porque obras e reformas não possam fazer parte de um bloco de investimento. A 7 posição do professor Rodolfo, pelo que entendeu, seria retirar de pauta o item da SEC. O 8 9 MAGNÍFICO REITOR submete à votação se decidirão com voto em bloco, votação única, ou separadamente os itens, sendo aprovada, com 47 votos favoráveis, 14 votos contrários e 02 10 abstenções, a votação em bloco. Em seguida, submete à votação a matéria, que significa a 11 possibilidade de utilização dos recursos, de acordo com a proposta em pauta, que é aprovada 12 com 53 votos favoráveis, 01 voto contrário e 08 abstenções. Passa ao item 04 – Proc. nº 02-P-13 26239/2010 –, que trata da proposta de alteração da Deliberação Consu-A-08/2012, que cria o 14 Programa Pesquisador em Medicina, que permite que alunos de graduação do curso de 15 Medicina da Unicamp se matriculem em disciplinas de programas de pós-graduação stricto 16 sensu da Universidade. Destaque do professor Coy. O Conselheiro CLAUDIO SADDY 17 RODRIGUES COY diz que esse programa de MD-PhD possibilita que alunos de graduação 18 em Medicina interrompam o curso durante 12 a 36 meses para fazer um curso de pós-graduação 19 de escolha. É um programa que tem tido muita procura nos últimos anos, foi incentivada pelos 20 últimos coordenadores de comissão de pós-graduação da Faculdade a divulgação entre os 21 alunos e houve uma grande demanda. O motivo de ele estar aqui é porque na ementa constavam 22 duas vagas e está sendo solicitado aumento para cinco vagas. Esse aumento é em função da 23 demanda e em função de uma avaliação internacional que pedia esse aumento de vagas. 24 Obviamente, a Faculdade é favorável a esse aumento, mas a sua proposta é que deixem o 25 número de vagas a critério da unidade, para evitar que qualquer alteração futura precise ser 26 trazida para aprovação do Conselho Universitário. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO 27 diz que a sugestão da ampliação advém exatamente dos argumentos que o professor Coy já 28 colocou. Isso veio da coordenação de pós-graduação da FCM para a CCPG já com esse número 29 definido, mas acredita que não seria um problema, já que a própria Faculdade, que sugeriu o 30 aumento do número de dois para cinco, está pedindo a sua retirada para deixar em aberto. É um 31 programa importante, que tem estimulado alunos já na graduação a entrar na dinâmica da pós-32 graduação, mas não são muitas vagas, de duas para cinco é um número pequeno. Trazem o 33 assunto neste momento porque o edital está para ser aberto para nova seleção; particularmente 34 a PRPG não vê nenhum problema, mas ressalta que essa foi uma sugestão que veio da própria 35 CPG da FCM. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES diz que era 36 exatamente essa sugestão que iria dar, que o número de vagas e até os critérios de seleção 37 pudessem ficar em um edital que a unidade divulgaria. Os critérios de seleção por causa da 38 própria evolução acadêmica, tecnológica, que poderia mudar os critérios, e o número de vagas 39 que fosse estabelecido anualmente por edital. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE 40

AZEVEDO diz que sua sugestão é a mesma feita pelo professor Francisco. O Conselheiro 1 CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz, aproveitando essa iniciativa da FCM, que vai levantar 2 uma questão que tem décadas, que tem a ver com informática, mais uma vez. Quando foi 3 coordenador associado de graduação, os alunos trouxeram na avaliação de curso o problema da 4 pré-matrícula nos cursos de pós-graduação. Oferecem disciplinas da pós-graduação como 5 eletivas na graduação, então o estudante pode ter o crédito dele na graduação, mas também 6 ganha o crédito na pós-graduação. Tem tudo a ver com a questão da FCM, que está fazendo um 7 esforço para ter alunos de pós-graduação, oferecendo as disciplinas de pós-graduação para os 8 estudantes e eles poderem aproveitar os créditos. No entanto, o Regimento Geral da Pós-9 Graduação prevê que as pessoas façam uma pré-matrícula, e isso inclui, infelizmente, os alunos 10 de graduação. Eles trouxeram essa demanda, conseguiram resolver uma vez, mas depois não 11 mais. Seria muito interessante se pudessem, claro que primeiro alterando o Regimento Geral da 12 Pós-Graduação para permitir isso, facultar ao aluno, com a concordância da CPG local, no 13 momento da matrícula, manifestar que deseja aproveitar os créditos para a pós-graduação. 14 Porque senão o aluno começa o semestre e descobre que ele poderia ter se inscrito também na 15 pós-graduação, mas não tem mais o que fazer, porque a pré-matrícula aconteceu no semestre 16 anterior. Conversou com a secretária da CPG da Feec, que já foi secretária também da 17 graduação, e ela relatou que os alunos simplesmente não entendem porque que não conseguem 18 aproveitar os créditos, afinal eles estão fazendo a disciplina com o professor como uma 19 disciplina eletiva e não conseguem aproveitar o crédito porque a burocracia da Universidade 20 não permite. Dessa forma, na mesma linha da Faculdade de Ciências Médicas de trazer os seus 21 alunos para fazer cursos de pós-graduação, a Universidade em geral tem de encarar esse 22 problema. Faz 10 anos que aconteceu isso, foi na avaliação de curso do primeiro semestre de 23 2013 que os estudantes trouxeram essa questão, conseguiram resolver algumas vezes, mas 24 precisam encarar essa questão, porque assim como a FCM está trazendo esse esforço, há outras 25 coisas que a Universidade pode fazer para facilitar este acesso. O Conselheiro CLAUDIO 26 SADDY RODRIGUES COY diz que em uma congregação anterior foi aprovado que os alunos 27 continuassem matriculados no curso de graduação, porque anteriormente eles teriam de trancar 28 a matrícula, fazer as matérias pós-graduação e depois fazer novamente a matrícula no curso de 29 graduação. Hoje em dia isso não é necessário, ele continua matriculado no curso, foi um 30 entendimento inclusive da PG. Ele faz a pós-graduação no curso da Medicina, como é integral 31 ele tem de interromper o curso, mas não tranca a matrícula. Isso foi um incentivo a mais para a 32 adesão ao programa. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO observa que esse programa da 33 FCM poderia ser replicado em outras unidades, a depender do desenho que a unidade quiser 34 dar. Essa discussão sobre alunos em graduação fazerem cursos de forma eletiva na pós-35 graduação e aproveitarem os créditos, quando ingressarem na pós-graduação, é uma discussão 36 muito antiga e as áreas pensam de maneira diferente. Então não é uma trava no sistema, não é 37 uma questão burocrática, não é algo de software ou de TIC, é algo que depende da concepção 38 dos programas ou das unidades. Então esse desenho é possível desde que ele tenha esses 39 40 condicionantes colocados em um programa. Não dá para o Regimento Geral da Pós-Graduação

dizer que então agora todos podem fazer durante a graduação uma disciplina eletiva na pós-1 graduação e seu crédito será aproveitado. Essa é uma sugestão que pode vir de uma CPG da 2 Feec, por exemplo, para a CCPG e a discussão vai acontecer ali, mas são discussões que já 3 fizeram no Conselho Universitário, os problemas são substantivos, não são burocráticos ou 4 administrativos. Ou seja, não é possível simplesmente fazer uma mudança no regimento da pós-5 graduação para permitir isso, tem muito mais coisa envolvida. O Conselheiro CESAR JOSÉ 6 BONJUANI PAGAN diz que na sua fala colocou isso: se mudar o regimento da pós-graduação 7 e a CPG local concordar. No caso da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, há 8 9 interesse, mas é claro que existe o encaminhamento. Quis trazer essa questão aqui porque acha que ela não é uma questão só da Feec, e ela não tem voltado aos fóruns de debates, pelo menos 10 não tem notícias nos últimos 10 anos. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que é 11 possível que, de fato, essa seja uma discussão represada por alguma definição que a discussão 12 do passado teve, mas sugere que a CPG da Feec reinicie essa discussão com uma proposta que 13 14 vai ser encaminhada para a CCPG, e ali a discussão vai acontecer entre as muitas unidades. O MAGNÍFICO REITOR diz que talvez seja interessante retomar essa discussão, mas seria 15 interessante que ela fosse motivada por alguma, ou algumas CPGs. Há uma discussão grande a 16 ser feita, acha que a FEM tinha um programa forte de pegar alunos em final de curso e já 17 iniciarem o mestrado, e existe uma discussão se essas disciplinas não deveriam ser eletivas da 18 graduação e então há algum impacto, a graduação teria de discutir isso de alguma forma. 19 Portanto, há várias possibilidades de integrar e talvez valesse a pena estimular alguma conversa 20 a respeito. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO diz que houve uma discussão 21 quando o professor Geromel era coordenador da pós-graduação da Feec e foi aprovado um 22 programa de formação integrada, que acha que não foi descontinuado. Esse programa foi 23 inclusive discutido quando a FCM levantou a possibilidade do MD-PhD, que o professor Coy 24 colocou agora. As melhores universidades do mundo têm programas similares a esse, e é algo 25 muito interessante. Na Medicina, são seis anos de curso, dois ou três anos de mestrado, quatro 26 anos de doutorado, então o aluno muitas vezes durante a graduação tem interesse pela formação 27 em pesquisa e aguarda quase 10 anos para finalizar o seu doutorado. Esse programa, para 28 aquelas pessoas que têm talento para pesquisa e para docência, é muito importante. Isso poderia 29 ser estudado em todas as áreas, ou seja, poderiam voltar àquela discussão do PIF, sendo que já 30 existe na Universidade toda uma regulamentação para isso. Acha que é muito importante uma 31 universidade tida como de pesquisa ter essa discussão. O MAGNÍFICO REITOR diz que a 32 discussão é meio paralela ao assunto, mas está deixando correr porque ela gera algum impacto 33 no futuro. O Conselheiro DIRCEU NORILER diz que, salvo engano, o PIF continua 34 funcionando na Unicamp, inclusive a FEQ tem ingresso de PIF todo semestre. Sua dúvida ficou 35 em relação ao pedido do professor Coy, porque ele pede que não sejam restritas as vagas de 36 PIF, ou que seja escolha das unidades. Seu entendimento e a compreensão da FEQ é que sempre 37 foi decisão da unidade o número de vagas, então seria o programa específico da FCM que limita 38 vagas, o PIF não traz limitação nenhuma dentro do seu regulamento. O MAGNÍFICO REITOR 39 confirma esse entendimento, porque há as particularidades do curso de Medicina, pelo próprio 40

peso do curso de graduação. Aparentemente, vão formalizar isso e deixar para a unidade esse 1 poder de decisão, pois parece que não houve nenhum questionamento em relação a isso. Acha 2 importante a discussão porque existe uma diversidade de situações. Quando foi diretor da FEA, 3 não havia na graduação nenhuma disciplina eletiva, então isso gerou dois problemas, um para 4 quem ia para o exterior no Ciência sem Fronteiras, que tinha dificuldade de conseguir validação 5 das disciplinas externas, porque isso amarrava muito. E nesse programa também dificultava 6 porque às vezes o aluno poderia utilizar a disciplina da pós-graduação como uma eletiva. Então 7 a grande questão aqui é até onde querem ir para estimular que alunos excepcionais, destacados 8 da graduação, já iniciem a pós-graduação ainda na graduação. E essa discussão não vai envolver 9 só a pós-graduação, ela tem de envolver a graduação também. O Conselheiro DIRCEU 10 NORILER concorda e diz que a FEQ tem tratado o PIF exatamente dessa forma. Em geral os 11 alunos de graduação que participam do PIF terminam o mestrado em um ano; eles fazem todas 12 as disciplinas, alguns já iniciam atividade em pesquisa e no máximo em um ano terminam o 13 14 seu mestrado. A maior dificuldade que possuem não é utilizar as disciplinas eletivas no mestrado, é o contrário, é aproveitar os créditos da graduação. O aluno faz uma disciplina 15 eletiva de pós-graduação e no momento de fazer a validação dos créditos na pós-graduação há 16 dificuldade, tem de fazer justificativa, entrar no sistema. O MAGNÍFICO REITOR diz que é 17 esse problema que devem enfrentar se quiserem estimular isso. Não sabia do caso da FEQ, sabia 18 do caso da FEM, em que a média de conclusão é de mais ou menos um ano também, o que é 19 extremamente positivo para o desempenho dos mestrados. Sugere que as CGs e CPGs discutam, 20 é preciso ter uma ação conjunta, e as unidades que forem favoráveis deveriam fazer isso. No 21 caso da FEM, existem bolsas que vêm de empresas, e às vezes o aluno de graduação ganha uma 22 bolsa para iniciar o mestrado, o que é uma coisa bastante positiva. A Conselheira RACHEL 23 MENEGUELLO diz que devem retomar algumas dessas discussões, e acha que seria muito 24 bom se viesse uma motivação da unidade já pensando em como fazer essa retomada, mas a 25 CCPG vai colocar esse ponto, vai trazer essa discussão para ser pelo menos retomada. E não 26 pode ser isoladamente em uma das pró-reitorias, porque estão falando de grades curriculares, 27 não só de vontade dos estudantes de ir para a pós-graduação. Trata-se de aumentar a grade 28 curricular da graduação e diminuir o tempo da pós-graduação. São negociações diárias de 29 conhecimentos, de equidades, por isso não é tão fácil assim, mas vão fazer. O Conselheiro 30 ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER diz que, como o senhor Reitor já mencionou, é 31 uma parceria muito bem-sucedida, que existe há vários anos. Existem critérios para que os 32 alunos de graduação sejam candidatos, de acordo com CR e CP, há vários candidatos, alguns 33 que cursam as disciplinas, e na média o mestrado é finalizado em um ano. O MAGNÍFICO 34 REITOR diz que vale a pena que as outras unidades que não tenham essa experiência 35 conversem com a FCM, com a FEQ, com a FEM, avaliem internamente e motivem essa 36 discussão. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, contemplando a 37 proposta do professor Coy, que não recebeu nenhum questionamento, de o número de vagas ser 38 definido pela congregação da FCM, sendo aprovada com 61 votos favoráveis e 01 abstenção. 39 Passa ao item 07 - Proc. nº 01-P-9162/2023 e Proc. nº 01-P-9164/2023 -, que trata da 40

composição das comissões para as eleições de representantes discentes da graduação junto ao 1 Consu, CCG e CCE; e da pós-graduação junto ao Consu, CCPG e CCE, para cumprimento de 2 mandatos de 01 ano, a partir de 1º.01.24. As comissões da graduação e da pós-graduação devem 3 ser compostas por um diretor de unidade, um representante docente e um representante discente 4 da graduação e da pós-graduação, respectivamente. Passa a palavra à doutora Ângela, que já 5 fez uma conversa prévia com os conselheiros. A Doutora ÂNGELA DE NORONHA 6 BIGNAMI diz que a comissão de graduação ficaria composta pelo professor Odilon José Roble, 7 representando os diretores, pelo professor Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, representando 8 a bancada docente, e estão aguardando a indicação da bancada discente de graduação. A 9 composição da comissão de pós-graduação seria também os professores Odilon José Roble e 10 Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho e, como representante discente, o acadêmico José 11 Leonardo de Oliveira. Portanto, estão só aguardando a indicação da bancada da representação 12 discente da graduação para poder depois publicar. Não havendo observações, o MAGNÍFICO 13 REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 57 votos favoráveis e 01 abstenção. 14 Passa ao item 08 - Proc. nº 18-P-9014/2020 -, de Renato Carajelescov Nonato, que trata de 15 recurso de nulidade interposto pelo interessado contra o resultado do concurso público para 16 provimento de cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, RTP, áreas de Fenômenos e Operações 17 Unitárias de Transferência de Calor e de Engenharia de Bioprocessos, Departamento de 18 Engenharia de Materiais e de Bioprocessos, junto à Faculdade de Engenharia Química. Adianta 19 que na pauta houve um erro, no qual repararam mas já não havia mais tempo de consertar, e 20 não sabe se seria esse o motivo do destaque feito pelo professor Leonardo: o processo é da 21 Faculdade de Engenharia Química, e não da Faculdade de Tecnologia. Pergunta ao professor 22 Leonardo se ele tem mais algo a acrescentar. O Conselheiro LEONARDO LORENZO BRAVO 23 ROGER diz que era exatamente esse o motivo do seu destaque. O Conselheiro DIRCEU 24 NORILER diz que foi um recurso impetrado por um dos candidatos, a banca emitiu parecer 25 com bastante clareza e detalhe, a PG avaliou, entendeu que o recurso deveria ser denegado. A 26 FEQ entende que o concurso foi realizado dentro dos procedimentos corretos e não há nenhum 27 motivo para nulidade do concurso. O MAGNÍFICO REITOR submete à votação os pareceres 28 da Unidade e da PG, que são aprovados com 57 votos favoráveis e 03 abstenções. Passa ao item 29 01 do Adendo à Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-11485/2017 –, que trata da proposta de alteração 30 da Deliberação Consu-A-32/2017, que dispõe sobre os sistemas de ingresso aos cursos de 31 Graduação da Unicamp. O item foi destacado pelo professor Petrilson. O Conselheiro 32 PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que considera bastante interessante a proposta 33 de utilização do Saresp, mas observa que tanto o artigo 5º quanto o artigo 11-A mencionam que 34 o estudante deve ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, de uma maneira 35 geral, ao passo que o oficio enviado pelo Secretário de Estado ao Reitor define que os estudantes 36 tenham cursado integralmente o ensino médio na rede estadual de São Paulo, portanto algo mais 37 específico. Acha que devem homogeneizar isso, porque pode dar divergência nos casos em que 38 a pessoa venha de escola pública de rede municipal ou de outro estado. Além disso, sugere que 39 no artigo 11-A, em vez de "ofereça vagas de graduação", a redação seja "ofereça vagas em 40

cursos de graduação". O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que o 1 vestibular paulista inicialmente foi pensado para os alunos das escolas públicas estaduais de 2 São Paulo, mas já existe um parecer da Procuradoria Geral do Estado estabelecendo a 3 necessidade de abrir para escolas públicas de todo o Brasil. O exame vai ser feito em São Paulo, 4 então esse aluno teria de se deslocar para São Paulo, o que é algo mais difícil, mas é o que vai 5 acontecer pelo menos neste primeiro momento. O MAGNÍFICO REITOR diz que há um 6 amparo jurídico de que não poderiam colocar fronteiras para alunos de outros estados entrarem 7 aqui através desse procedimento de seleção. Ele só teria de fazer a prova aqui no Estado de São 8 Paulo, porque ela vai ser aplicada nas escolas. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO 9 observa que o artigo 5º se refere ao Enem, não é à vaga do provão paulista. Portanto, a redação 10 dele continua valendo, a alteração que está acontecendo é apenas a mudança de 10% para 5% 11 das vagas. O artigo 11-A, como já foi explicitado aqui, tem a ver com essa questão, e sua 12 redação deixa bastante amplo que são estudantes de escola pública, porque inclusive isso vai 13 incluir alterações e oscilações que virão com o tempo, considerando que essa é a primeira edição 14 e haverá talvez os colégios técnicos, as Etecs etc. O documento enviado pelo Secretário 15 menciona a rede pública do Estado de São Paulo oficialmente, mas o sistema está se ampliando 16 de tal forma que os próprios colégios técnicos das universidades poderão participar, assim como 17 as Etecs e as redes municipais. Então a redação feita pela Unicamp é mais generosa e mais 18 inclusiva, mas o edital será construído pela Secretaria de Educação ano a ano. A Conselheira 19 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que fará uma pergunta de caráter mais de fundo, 20 porque não acompanhou muito essa discussão, e gostaria de ouvir um pouco o professor José 21 Alves sobre o impacto do tipo de avaliação que vai ser feita, que será diferente da avaliação da 22 Unicamp. Estão, em um certo sentido, abrindo mão do tipo de avaliação que a Unicamp faz em 23 relação aos seus estudantes. Já consideram o Enem, por exemplo. Pergunta quem vai elaborar 24 essa prova, quais são os critérios; observa que a Unicamp tem uma prova de vestibular com 25 uma concepção muito diferente das provas existentes, inclusive em relação ao Enem. Sem 26 dúvida nenhuma é interessante, terão provavelmente perfis de alunos diferentes, mas gostaria 27 de ouvir sobre os impactos que isso vai ter. Serão apenas 5% dos alunos, o que também significa 28 que haverá bastante disputa, já que a prova será aberta a todas as redes públicas do país. A 29 Conselheira GLAUCIA MARIA PASTORE diz que ficou bastante intrigada com essa questão. 30 Já entendeu os objetivos, no entanto pergunta qual é a vantagem, o que vão ganhar com isso em 31 termos educacionais. Ao limitar aos alunos de São Paulo, o que agora vai cair, felizmente, dá a 32 impressão de que o estado possui o melhor ensino fundamental e médio, o que absolutamente 33 não é verdade. Então deixam de olhar para o Brasil como um todo para fixar em uma coisa que 34 não sabe o que é; pergunta qual é o objetivo por trás, é mostrar o quê; o que vão ganhar com 35 isso. Isso é muito importante, porque, como disse a professora Anna, o vestibular da Unicamp 36 é uma coisa muito séria, muito pensada, muito discutida, muito evoluída. Então pergunta o que 37 isso vai trazer de beneficio nessa nova seleção. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE 38 AZEVEDO diz que a primeira pergunta que faria já foi respondida, era sobre outras escolas, 39 em especial Cotuca e Cotil. Declara desde já que é favorável a essa iniciativa, pois ela aumenta 40

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 a base de pessoas concorrendo à Unicamp. Considera esse um ponto bem importante para a Unicamp como um todo, ter uma base muito maior de potenciais candidatos, levando agora para todos os alunos que estão concluindo o ensino médio. Agora haverá várias opções de ingresso e alunos passando em mais de uma delas, então pergunta qual é a ordem que vão colocar, ou se isso será definido em edital, porque o aluno pode ser aprovado quatro vezes na Unicamp. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO diz que ontem ocorreu o lançamento do vestibular e foi questionado por que não utilizam o Enem. Fez uma defesa enfática e apaixonada do vestibular da Unicamp, acha que poucas pessoas são tão apaixonadas por essa prova quanto ele. De qualquer forma, o Saresp é um sistema que existe há muito tempo e essa é uma briga interna da Secretaria, por parte do corpo técnico, houve uma espécie de resistência à criação do provão, porque muda o sistema que era de avaliação do sistema de ensino para ser uma prova classificatória. Algo muito parecido com aquilo que o Enem passou a ser quando ele mudou para ser o sistema de ingresso para as universidades federais, sobretudo. Então, nesse sentido, haverá uma transição. O Saresp tem uma matriz diferente da matriz tanto do Enem quanto do vestibular; a minuta de criação do Provão Paulista menciona as referências do Saresp. Objetivamente, será uma prova bem mais simples do que a prova do vestibular da Unicamp, e também potencialmente mais simples do que aquilo que é feito no Enem. Isso não significa que não terão capacidade de filtrar, julgar e avaliar esses candidatos. A Vunesp ganhou a licitação, ela fará a prova, e tanto a Comvest quanto a Fuvest indicaram nomes para compor as bancas. A prova já está marcada para os dias 22 e 23 de novembro, durante a aula, portanto todos os 320 mil alunos que estão matriculados no último ano do ensino médio farão esta prova. Assim, potencialmente todos eles estarão concorrendo às vagas. Houve uma proposta da USP de que as universidades fizessem um rodízio das áreas, uma ficaria com Biológicas, outra com Humanas, outra com Exatas; discorda disso, porque, obviamente, traz características e vícios distintos. Prefere ter a comissão integrada por Unicamp, USP, Unesp em cada uma das áreas para poder chegar a um caminho intermediário. Porque não pode ser o vestibular da Unicamp, não pode ser o vestibular Fuvest, Unesp ou Vunesp, tem de ser exatamente uma prova diferente. Estão participando do processo passo a passo, junto com a Vunesp, e acreditam que vai sair uma prova bem feita. Talvez sem nenhuma das ousadias que o vestibular Unicamp propõe, mas com as temáticas relacionadas, e a maior vantagem será chegar ao maior número possível de estudantes de escola pública. É uma luta imensa da Comvest tentar chegar cada vez mais a estudantes de escola pública; aproximadamente 45% dos inscritos hoje são de escola pública, mas do total geral dos inscritos no vestibular, patinam sempre nos bons anos em 30% do total de inscritos apenas de escola pública. Em números diretos, são 20 mil pessoas, e estarão agora em um universo que pode chegar a 300 mil pessoas. Estão negociando, mas pelo menos nos acordos e protocolos há total autonomia acadêmica para a realização da prova. Estão muito mais seguros agora com a Vunesp vencendo a licitação, mas no documento que está sendo votado existe uma questão de que, havendo qualquer divergência acadêmica ou administrativa que ocorra eventualmente em algum ano, a Unicamp pode não oferecer vagas. Isso é uma salvaguarda, porque no futuro pode vencer o processo licitatório uma empresa qualquer, que

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40

esteja fazendo uma prova sem nenhuma das habilidades. A Vunesp nunca perdeu a licitação do Saresp, ela tem isso a favor dela, concorrendo com outras grandes empresas que fazem essas provas, como Cesgranrio, Fundação Carlos Chagas e assim por diante. Estão votando algo que os protege nesse sentido, porque essa licitação é anterior ao edital e a Universidade será consultada para oferecer as vagas anualmente. Então já sabem que este ano a prova é Vunesp e a Unicamp participará, mas acredita que no futuro, se não considerarem a empresa idônea, a própria Comvest tem competência para poder sugerir que a Universidade não ofereça vagas eventualmente um ano. Isso obviamente criará atritos, mas é para deixar bem claro que não estão oferecendo vagas como um cheque em branco. Respondendo à professora Glaucia, esclarece que estão dividindo as vagas que são do Enem. Atualmente, 75% dos inscritos no sistema Enem são paulistas, e eles poderão continuar a concorrer tanto pelo Enem quanto pelo Provão Paulista. Portanto estão, na prática, com a mesma base de candidatos, só que tendo duas provas. Há uma limitação no Provão Paulista de ser exclusiva para o aluno concluinte do terceiro ano do ensino médio. Um candidato que sai da escola este ano só poderá concorrer usando o Enem ou vestibular no ano que vem, e no caso do Provão Paulista pegarão um aluno de transição imediata, que saiu do terceiro ano do ensino médio e já ingressará em alguma universidade estadual paulista sem passar por cursinho, sem nada. Respondendo ao professor Rodolfo, informa que o desenho de preenchimento já existe. Esse sistema em questão é um sistema à parte, e estão planejando que na mesma plataforma em que o candidato vai ter os seus dados de inscrição ele vai poder indicar até cinco opções, tendo de escolher no mínimo duas universidades diferentes. Só que isso vai acontecer por um número limitado de chamadas e depois o candidato vai ter de declarar interesse em uma universidade. Depois as universidades recebem os dados desses candidatos e podem passar a chamá-los, se ainda houver vagas disponíveis, o que dará maior autonomia e maior agilidade no preenchimento das vagas. Sabe que todos possuem uma grande expectativa de que cursos de baixa demanda sejam contemplados, mas seu receio é que isso não aconteça, por conta de que os estudantes continuam a ter os mesmos desejos de cursos que tradicionalmente a sociedade valoriza. Então, embora o intuito seja esse, precisam também ter a perspectiva de que talvez dos 300 mil inscritos, a maior parte queira concorrer exatamente nos cursos que já são tradicionalmente os mais concorridos, como Medicina, Direito, algumas Engenharias e assim por diante. Só conseguirão saber conhecendo como será o sistema, mas de qualquer forma terão acesso a isso. Atualmente, a ordem de preenchimento na Unicamp é a seguinte: se o candidato passa em todos os sistemas, ele ocupa primeiro a vaga do vestibular Unicamp, para poder favorecer as políticas de inclusão. Então ele vai em uma sequência: vaga do vestibular Unicamp, depois vaga do Enem, e assim vai percorrendo o caminho. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz, respondendo à professora Anna, que não vão tirar nenhuma vaga do vestibular Unicamp. Estão diminuindo 50% das vagas do Enem, do qual já não têm controle da prova, são em torno de 340 vagas no total. Lembra que esse é um exame seriado; este ano será aplicado para o terceiro ano do ensino médio, mas a ideia é que seja aplicado para os três anos e que daqui a alguns anos a nota do aluno seja uma média dessas três notas, ao contrário do vestibular,

em que o aluno precisa ter todo o seu desempenho em um dia. Pelo menos o aluno terá mais 1 chance de ter sucesso nas provas. Uma outra coisa importante é que o governo do estado se 2 comprometeu a pagar bolsas permanência para os alunos que entrarem por esse tipo de ingresso. 3 Isso para a Unicamp vai ser muito bom, aumenta a chance de ajudar na permanência. A ideia 4 da Reitoria não é economizar recursos com isso, pelo contrário, é alocar mais verbas para mais 5 pessoas. O professor José Alves já comentou que terão um controle da prova, que será feita 6 pelas universidades paulistas, o que é muito bom, aumenta também a proximidade com as outras 7 universidades e fornece uma garantia da qualidade da prova. Acha que vai aumentar o diálogo 8 9 das universidades com o ensino médio do estado, vão entender melhor o que o aluno está aprendendo, no que podem ajudar, o que precisam modificar nas licenciaturas. E em médio e 10 longo prazo, vão melhorar a graduação, vão receber alunos com uma base de ensino melhor. 11 Portanto, acha que há uma série de vantagens. É um sistema novo, ainda não conhecem todos 12 os detalhes, mas estão achando que, em relação ao Enem, vai ser um exame muito melhor. O 13 MAGNÍFICO REITOR diz que participou bastante dessa conversa, juntamente com os 14 professores Ivan e José Alves, e diz que há a possibilidade de terem no ano que vem, depois de 15 aplicar pela primeira vez, uma comparação provável entre o desempenho Enem o desempenho 16 nessa prova. Com isso, conseguirão ter uma base factual, estatística, para saber se houve piora 17 ou melhora de desempenho. Algumas coisas já parecem claras, por exemplo que o alcance será 18 muito maior. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO diz que tem havido uma queda 19 no número de inscritos no vestibular, da mesma maneira que no Enem. Há um desinteresse dos 20 estudantes em relação ao acesso à carreira universitária nas universidades públicas. O recorde 21 de inscritos no vestibular da Unicamp foi em 2018, foram 83 mil; no ano passado, foram 61 mil 22 inscritos. Durante o período da pandemia, caíram de uma média de 70 mil, que era um patamar 23 histórico, e no ano passado prorrogaram o prazo para não ficarem abaixo dos 60 mil. Essa queda 24 também aconteceu na USP e na Unesp, talvez não na mesma proporção, porque obviamente 25 isso joga com cursos mais prestigiados que também agregam inscritos e que a Unicamp não 26 possui. De qualquer forma, no ano passado, pelo sistema Enem, foram 18 mil pessoas inscritas, 27 e pelo vestibular foram cerca de 24 mil pessoas. O MAGNÍFICO REITOR diz que o primeiro 28 impacto brutal é que, se esse exame atinge 320 mil do ensino médio, mais algo na faixa de 40 29 mil do ensino técnico do estado associado às Etecs, além dos colégios técnicos da Unesp e da 30 Unicamp, ampliam muito a base, e a chance de ter uma seleção melhor obviamente aumenta. 31 Garantida a qualidade, considerando que há questão da Vunesp, dessa comissão, estariam talvez 32 atendendo bem ao principal gargalo que está no horizonte da Universidade. Como o professor 33 José Alves disse, desses 20% de vagas, 3/4 são Enem já do Estado de São Paulo; estarão 34 disponibilizando, das 100% de vagas do Enem, só 50% para isso. Alguns do Estado de São 35 Paulo entrarão pelo Enem, não por essa prova. Então, do ponto de vista do impacto na população 36 estudantil ser de fora de São Paulo ou de São Paulo, o efeito provavelmente será pequeno. As 37 negociações que estão em andamento são de uma bolsa de R\$800, o que não os impediria de 38 dar complementos, porque o pacote completo é maior do que isso, mas a bolsa seria de R\$800. 39 40 E os critérios de vulnerabilidade seriam os mesmos, porque eles são iguais nas três

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 universidades, 1,5 salário mínimo per capita. Então, nesse aspecto também não haveria prejuízo, ao contrário, poderiam ampliar a política de permanência. Algo adicional, que provavelmente será fechado separadamente, é um envolvimento dos alunos de licenciatura junto ao ensino do Estado de São Paulo. Portanto, é um pacote; também acha que há um elemento de aproximação das universidades com o ensino do estado, e essa interação mais forte é importante para fortalecer as instituições estaduais, para criar laços mais fortes com a comunidade. Serão cerca de 300 mil estudantes e suas famílias envolvidas em um processo de seleção, e quando isso se concluir completamente, a pessoa vai compor a nota a partir dos três anos do ensino médio, será algo seriado. Ainda não decidiram qual seria a ponderação, provavelmente o terceiro ano teria um peso maior, mas a ideia é que isso atraia a pessoa a evadir menos do ensino público. Terão um diálogo com um número grande de estudantes e suas famílias, e isso pode ter uma repercussão de suporte social também para as universidades, já que são recursos do Governo do Estado que estão sendo envolvidos. E tem o canal contrário: várias vezes destacam que a Unicamp teve uma interferência no ensino médio via vestibular, e podem ter uma influência no ensino médio via essa prova também. São, obviamente, expectativas, mas tudo indica que estão seguindo um bom caminho. E tem o elemento já destacado de que é uma ação compartilhada pela USP, Unesp e Unicamp, também envolvendo a Univesp e as Fatecs, o Centro Paula Souza. Então isso cria um espírito de que o ensino superior estadual está compartilhando essa ação, o que também é bom do ponto de vista institucional. O Conselheiro CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que estava na comissão do vestibular e há cerca de 10 anos houve um esforço por parte pessoal que estava na época em diminuir o tamanho do vestibular, que era denominado Vestibular Nacional Unicamp. Ele encolheu, houve uma reação dentro da câmara deliberativa da Comvest que foi memorável e parou de diminuir. Ficou só com uma capital fora, acha que foi só Brasília, e agora estão com cinco, o que é muito bom. Faz aqui uma provocação de que voltem o nome Vestibular Nacional, porque isso é uma questão ideológica que aponta para a não exclusividade. Sugere voltar ao nome de origem do vestibular, que foi durante décadas o Vestibular Nacional Unicamp. A Conselheira AASHA HAFA MACÊDO FERREIRA diz que a representação discente fez uma reunião ontem para trazer algumas dúvidas que possuem com relação a esse processo do vestibular seriado. Evidentemente, ainda não têm muita noção das implicações mais a longo prazo que isso pode trazer. Tiveram o apoio dos responsáveis pela Comissão Central de Graduação, que está debatendo o vestibular seriado já há algum tempo, e a apresentação feita ajudou a tirar um pouco dessas dúvidas. No entanto, há ainda algumas questões. Primeiro, se existe alguma garantia, porque no momento a ideia é que esse vestibular seja financiado pelo governo, mas pergunta se existe uma garantia mais sólida de que isso vai prosseguir todos os anos ou se tem uma chance de ele ser financiado pelo estado no início, mas depois de um tempo isso ficar a cargo das universidades estaduais. Tinham dúvida com relação a como isso ia impactar nas vagas, mas pelo que entendeu, não é proposta nenhuma criação de vagas novas, apenas uma realocação das vagas que viriam pelo Enem, mas quem fizer o vestibular seriado vai ter condição de também fazer a prova do Enem. O Conselheiro IVAN FELIZARDO

CONTRERA TORO reitera que não há criação de vagas novas, vão pegar uma parte das vagas 1 do Enem. A garantia é um decreto do governo do estado que vai ser publicado, e que pode ser 2 revogado, com certeza, mas como o professor José Alves já explicou, a Unicamp pode sair 3 desse sistema quando quiser e voltar com todas as vagas pelo Enem. O decreto, no seu artigo 4 4°, menciona a bolsa permanência, e aproveita para acrescentar que a Unicamp tem uma política 5 de permanência que não é ideal, mas ela é muito boa em relação às outras universidades, porém 6 não conseguem fazer essa informação chegar para os alunos do ensino médio. Há muito 7 estudante no ensino médio que nem se candidata a ser aluno da Unicamp porque ele não sabe 8 das políticas de permanência, e uma das ideais desse vestibular seriado é ajudar na divulgação 9 desse tipo de política. A Conselheira AASHA HAFA MACÊDO FERREIRA pergunta se houve 10 algum estudo com relação ao novo ensino médio, porque principalmente as escolas estaduais 11 de São Paulo estão com um programa de novo ensino médio já bem implementado. O 12 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que foi oportuna a fala da conselheira Hafa, 13 que vem ao encontro também da fala que o senhor Reitor fez. Precisam apontar um ganho 14 importante, que é exatamente essa oportunidade de chegar aos 645 municípios do Estado de 15 São Paulo, que sempre foi uma demanda, uma preocupação da Unicamp e da Comvest. Ao 16 mesmo tempo, esse acordo que estão fazendo com o Governo do Estado de São Paulo tem uma 17 espécie de contrapartida, que é a validação que estão fazendo do Saresp, o sistema de avaliação 18 das escolas públicas do Estado de São Paulo que vem desde a década de 1990. Acha positivo 19 que a Universidade se valha desse sistema de avaliação para trazer estudantes da rede pública 20 para a Universidade. No entanto, a conselheira Hafa lembrou muito bem que estão passando 21 por um processo de alteração do ensino médio há alguns anos, inclusive aqui no Estado de São 22 Paulo. Se não está enganado, eram 17 itinerários formativos e foram reduzidos para dois na 23 atual gestão. É interessante que possam aproveitar essa oportunidade como um momento de 24 reflexão sobre o próprio ensino médio no Estado de São Paulo, e o quanto a Unicamp, com a 25 expertise do seu vestibular, do qual tanto se orgulham, pode pensar na volta dessa iniciativa. As 26 escolas particulares se organizam no ensino médio para os vestibulares, portanto o vestibular 27 induz o modo como se organiza o ensino médio na educação privada, talvez nem tanto na 28 educação pública, por enquanto, mas pode ser que estejam inaugurando algo que seja positivo 29 no sentido de pensar que tipo de estudante está sendo formado no ensino médio público paulista. 30 Então acha que essa é uma discussão interessante de fazer, porque de um lado estão também, 31 de certo modo, aceitando que o estudante típico do ensino público paulista no ensino médio 32 deve prestar Unicamp, USP, Unesp. Acha que por um lado isso é positivo. Por outro lado, não 33 necessariamente quando trazem o ensino técnico a respeito disso, que, em tese, poderia ser um 34 ensino terminativo. Só está colocando essas preocupações aqui porque acha importante não 35 apenas aprovarem essa pauta aqui, mas também que reflitam sobre isso como Instituição, com 36 a sua responsabilidade perante o ensino público paulista no ensino médio. A Conselheira 37 SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL diz que colocará mais uma reflexão, talvez 38 complementando aquilo que o professor Wagner colocou. Não sabe se é possível já pensarem 39 40 sobre isso, mas trabalha com política pública na educação física, que é mais difícil ainda, e vem

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 percebendo uma precarização das políticas públicas educacionais. Tem uma crítica ferrenha ao novo ensino médio, que cria itinerários para precarizar mesmo a escola pública. Estava conversando com a professora Anna Bentes, e tem uma preocupação de como será que essa nova prova, que não tem talvez um sarrafo de um vestibular, pode direcionar toda uma formação da escola pública do Estado de São Paulo. Talvez precarizando ainda mais. Entendeu que existe uma preocupação, um acompanhamento, mas pergunta se essa ideia do ensino médio como uma formação para a sociedade, para a vida, para a cidadania, uma cultura geral, não vai se perder, se tudo vai ser direcionado para essa prova. Traz isso como uma reflexão, ressaltando que não é contrária à prova, só que precisam tomar muito cuidado para não aprofundar mais ainda as carências com que os alunos estão chegando à universidade. Todos os professores aqui sabem da dificuldade que possuem de os alunos lerem uma obra completa, escreverem. A Conselheira SIMONE APPENZELLER lembra que, em relação às ações afirmativas e às bolsas, a Fapesp agora permite manter as bolsas de ação afirmativa junto com a bolsa de iniciação científica. É um outro mecanismo em que antigamente tinham dificuldade, porque a bolsa de iniciação científica às vezes era menor do que o auxílio que o aluno recebia. Então, agora pode acumular os dois auxílios, o que é importante para auxiliar na formação dos alunos. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que, a despeito do aspecto desastroso do novo ensino médio, foram apontados também aqui alguns aspectos que podem ser positivos nessa proposta, que acha que são importantes. Sugere que o fato de as universidades participarem das bancas possa ser também um fator de estímulo à própria crítica ao ensino médio, como uma forma de mostrar a insuficiência dessa escola para atender às necessidades. Acompanhou um pouco, mesmo que à distância, a reformulação do vestibular da Unicamp lá atrás, quando ele se tornou o Vestibular Unicamp, desvinculando-se da Fuvest. E ali se pensava muito no perfil de alunos que a Unicamp desejava receber. A prova era inteiramente dissertativa, não havia testes, e a redação tinha um peso muito grande. Então, se pensava em um aluno que fosse capaz de pensar criticamente, exercer a criatividade, uma perspectiva mais generalista do aluno que ingressa aqui. Isso já não se faz mais possível, parece-lhe, por várias razões, econômicas inclusive, mas também abrem mão um pouco, quando adotam essas outras estratégias de ingresso, do estabelecimento desse perfil. Não controlam mais tanto o perfil do aluno que ingressa. Acha que isso também faz parte, e tem um ganho por outro lado que é a possibilidade de ampliar o acesso, democratizar um pouco mais e incluir um pouco mais, mas isso também faz com que sejam obrigados a estar preparados para esse aluno que vai entrar. Então, a permanência não pode ser só econômica; devem criar também mecanismos que permitam que o aluno acompanhe corretamente os cursos e tire daqui o proveito que desejam que ele tire. Portanto, chama a atenção para o fato de que é uma prova que não vão controlar totalmente, vai ser uma prova menos exigente do que as demais. Apesar do aumento da concorrência, em termos estatísticos, terão mais chance de ter alunos mais bem preparados pelo número dos que vão participar, e mesmo assim precisam tomar cuidado com a forma como vão receber esses alunos. A Universidade tem adotado várias políticas aqui de ingresso, de inclusão, que são fundamentais e precisam ser ampliadas, mas é preciso cuidar para que esses estudantes possam fazer o curso

de maneira adequada. O ProFIS é uma experiência interessante, porque a Unicamp, quando 1 pensou em incluir mais estudantes da escola pública, já imaginou uma forma de compensar 2 eventuais carências que eles trouxessem de lá. Nesse caso, parece que não haverá, mas acha 3 que seria importante se prepararem também para esse novo público que vão receber. O 4 Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz que é representante discente da pós-graduação, 5 membro da APG central da Unicamp e também do GT de cotas. Diz ao professor José Alves 6 que é campineiro e a sociedade campineira reconhece o seu trabalho. Tem trabalhado sob a sua 7 coordenação no vestibular organizado pela Comvest e tudo funciona perfeitamente; parabeniza-8 o e agradece pelo trabalho realizado. Os alunos da pós-graduação estão perguntando como 9 ficam as ações afirmativas com esse vestibular seriado, se vão ocorrer distorções no resultado 10 da inclusão, e também a importância da ampliação de acesso para além de estudantes de escolas 11 técnicas e da elite da Unicamp, como os cursinhos comerciais. Há escolas públicas 12 diferenciadas e com estudantes de situação socioeconômica melhor que as demais, então 13 perguntam se pode haver distorção no futuro de estudantes de escola particular saindo delas e 14 indo para o ensino médio de algumas boas escolas públicas para tentar vagas. É um risco que 15 correm, então perguntam qual aluno querem dessas escolas na Unicamp; é importante pensar 16 nisso e ter preocupação com as distorções. O Conselheiro ANDRÉ KAYSEL VELASCO E 17 CRUZ diz que são compreensíveis as desconfianças. Primeiro, pelo fato de a proposta vir do 18 governo do qual vem, e acha que não precisa dizer mais nada a esse respeito. Segundo, pelo 19 retrospecto recente da educação no país, marcado, como muito bem qualificada pelo professor 20 Renê, pela desastrosa reforma do ensino médio. Isso posto, a proposta neste delicado quadro de 21 reconstrução do país em condições muito difíceis que estão vivendo, em que tudo está sendo, 22 de alguma maneira, repactuar, um momento em que inclusive o orçamento da Universidade 23 será muito em breve repactuado em função da reforma tributária. E em uma situação de crise 24 profunda do ensino médio no país pós-pandemia e pós-obscurantismo, acha que a proposta é 25 positiva, e é positivo que adiram a essa nova forma de ingresso como uma decisão política – e 26 nesse sentido a fala do professor Wagner o contempla muito –, para disputarem e incidirem 27 sobre o ensino médio paulista. Coisa da qual durante muito tempo as universidades paulistas se 28 desobrigaram, se acostumaram, naturalizaram a ideia de que a sua clientela "natural" era do 29 ensino médio privado. Teve de ouvir, quando era representante discente da pós-graduação, em 30 2012, na congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, um 31 professor de Filosofia dizer que não lhes cabia discutir o ensino médio paulista. Então acha que 32 é bem-vinda a possibilidade de poderem, claro, com limites, e acha que o professor José Alves 33 deixou bem claro quais são esses limites, não só aumentar o recrutamento no ensino médio 34 público, mas poder também estabelecer um diálogo maior com a rede. E não deixar a 35 formulação do que deve ser um ensino público apenas para as fundações empresariais, que tanto 36 no âmbito estadual, como no âmbito federal têm dominado e seguem dominando a agenda do 37 que os jovens e adolescentes no Brasil devem ou não aprender. Nesse sentido, seu voto 38 favorável a essa proposta é também um voto de confiança ao trabalho do professor José Alves, 39 40 que conheceu em 2018, quando o convidou para dar uma palestra sobre a reforma de Córdoba,

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 na ocasião do centenário desse episódio, que é um dos mais luminosos da história latinoamericana. No final de sua intervenção, ele passou a falar do presente e disse que a universidade vive uma crise de legitimidade, e que a aposta tinha de ser por aumentar o recrutamento entre os setores populares, entre os setores mais desfavorecidos da sociedade paulista, como forma de defenderem sua legitimidade. Acha que é nesse espírito que devem aderir a este programa e, se for o caso, no futuro, deixá-lo, caso ele não atenda mais a esse espírito que tem orientado as políticas de ações afirmativas e de ampliação do recrutamento na Unicamp. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO agradece aos conselheiros pelas manifestações, diz que as preocupações são todas legítimas e também são as dele. Respondendo ao professor César, diz que não vê problema nenhum em voltarem a utilizar a nomenclatura Vestibular Nacional. Para terem uma ideia, em 2017 tiveram 1.628 candidatos inscritos e apenas 13 matriculados de outros estados. Em 2018, quando assumiu a direção da Comvest, decidiram voltar a fazer a prova em outros lugares. Entende por que a Unicamp fez esse movimento de se fechar, em razão da concorrência com o Enem, e de fato em alguns lugares faz pouco sentido. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem tantas universidades, que fazer a prova lá, no sentido do esforço, do risco, não compensa, então tudo é muito estudado. Voltaram a fazer prova em cinco outras capitais, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Brasília, que já tinha, e no vestibular do ano passado tiveram 14.600 inscritos e 431 matriculados, ou seja, 13% dos alunos da Unicamp são oriundos de outros estados. Chegaram a ter apenas 0,4% de alunos de outros estados. Então isso muda um pouco esse perfil, ainda mais com o vestibular indígena e com vagas do Enem e tudo o mais, esse número é um pouco maior. Essa abrangência é importante, pois uma universidade da estatura da Unicamp não pode se restringir a ser uma universidade regional, acha que isso é bem claro para todos aqui. Dito isso, passa aos embates relacionados a essa entrada. Concorda com as preocupações em relação ao fato de criarem um sistema de prova para os estudantes de escola pública. E respondendo ao conselheiro Ângelo, esse é um sistema que vai prejudicar os cursinhos no sentido de que só vai entrar o aluno que está no terceiro ano do ensino médio daquele próprio ano, e tradicionalmente, mesmo usando nota do Enem, há várias pessoas que fazem um ano, dois anos de cursinho para poder acessar cursos mais competitivos. A reflexão sobre o novo ensino médio está na pauta junto com a Vunesp e com a Fuvest, pois se questionam como vão fazer uma prova seriada se os alunos não têm os conteúdos seriados. Então, essa foi a primeira pergunta do ponto de vista inclusive jurídico do que poderia ser contestado nesse resultado, mas obviamente que a USP e seu arsenal de procuradores estudou a questão, inclusive o presidente da Fuvest é professor da Faculdade de Direito. Será uma prova com as disciplinas clássicas tradicionais, um primeiro dia de prova com 20 questões de Linguagens, 4 de Inglês, 24 questões de Ciências da Natureza, 8 de Biologia, 8 de Química e 8 de Física. Um segundo dia de prova com 20 questões de Matemática, sendo 22 em Ciências Humanas, 7 de Geografia, 7 de História, 4 de Filosofia, 4 de Sociologia e a prova de Redação. O arcabouço da prova está em cima das disciplinas clássicas tradicionais, inclusive Filosofia e Sociologia, que estarão na prova do vestibular da Unicamp agora de maneira explícita, para valorizar disciplinas que foram sendo apagadas no novo ensino médio. E isso constará, portanto, do programa. As

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 universidades estão abrindo as vagas, mas o edital de seleção é feito pela Secretaria de Estado de Educação ou sua empresa, que vai ser a própria Vunesp. De qualquer maneira, essa é a estrutura da prova, com características já mencionadas aqui, um pouco diferentes. Compartilha de boa parte das preocupações no sentido do risco de terem uma orientação, uma diretriz para que os candidatos tenham resultado nesta prova, mas de qualquer maneira haverá um sistema de seleção. E se conseguirem induzir que nesse sistema de seleção se valorize leitura, interpretação e contextualização, acha que já será um grande ganho. Acredita que esse seja o papel da Unicamp do ponto de vista do que o seu vestibular sinaliza, claro que com gradações muito mais sofisticadas do que vai ser essa prova. De qualquer maneira, não vão abrir mão disso, e o peso que a prova de Redação da Unicamp tem é algo pelo qual estão lutando na composição dessa nota final, que se não está enganado, nas negociações até agora, está em torno de 25%. O que indica, evidentemente, que não é apenas o candidato aprender a responder múltiplas escolhas. Porque, obviamente, isso é uma de suas críticas também, e é por isso que o vestibular da Unicamp foi criado, mas ele mudou por causa do próprio gigantismo, já que não é possível fazer provas abertas para 70 mil, 80 mil pessoas e avaliar criteriosamente. Inclusive essa é uma questão que gera suspeitas em relação à maneira como o Enem é corrigido, sobretudo na sua prova de Redação. Coisas suspeitas que não ocorrem com a Vunesp, nem com a Fuvest e menos ainda com a Comvest. Poderiam não participar e ver as coisas se desenrolarem sem a presença da Unicamp ou, a despeito das críticas que possuem, as coisas acontecerem com a participação da Unicamp. Nesse sentido, considera valorosa a ação das três universidades, e de fato concorda que surpreende a todos que a proposta parta desse governo, o que pode ser um exercício de legitimação, mas ao mesmo tempo as três universidades têm um cabedal de leitura crítica, de produção científica e acadêmica que não atestará qualquer tipo de prova ou qualquer tipo de orientação e de questão que apareça ali. A questão sobre o tipo de estudante das escolas públicas gera uma preocupação para todos na Universidade, e sua reflexão vai além de falar que é o aluno do Enem ou o aluno do Provão Paulista que virá, ele vem também pelo próprio vestibular. Porque no vestibular não adianta fazerem uma prova idealizada com um candidato real inexistente; só pode fazer a prova com os candidatos reais existentes e nas condições educacionais que eles viveram nos últimos anos, inclusive com os impactos da pandemia e aquilo que vai ficar de uma maneira que vai permanecer por décadas. Afinal de contas, o comprometimento que os alunos tiveram nas séries iniciais de seus letramentos será carregado por eles por muito tempo. Sabem que na educação muita coisa é possível ser atualizada, podem perder em uma coisa e ganhar em outra, mas também sabem que algumas coisas ficam de uma maneira perene na formação dos jovens. E acha que a reflexão fica para o próprio Conselho Universitário, para a Universidade, se as graduações não deveriam também passar por um exercício de reflexão mais intenso, recuperar um espírito de formação básica mais geral. Acha que o ProFIS talvez seja um parâmetro. Se não dá para todos chegarem até ali, porque há os custos, as condições todas que impactam, minimamente alguma reflexão deve ser feita dentro desse perfil. Acha que poderiam fazer um seminário sobre esse assunto, que não é o ponto do Conselho Universitário. Agradece aos conselheiros pelas palavras de confiança no trabalho que

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

é feito pela Comvest, pela equipe e por todas as coordenadorias, pelo apoio da Reitoria, do professor Ivan ao trabalho que fazem lá. Respondendo ao conselheiro Ângelo, diz que as ações afirmativas continuam as mesmas, porque estão mudando só o percentual de 20% do Enem para 10% Enem e 10% Provão Paulista, sendo que desses a metade é para pretos e pardos. Então não haverá nenhum prejuízo dentro dessa questão. Quanto ao preenchimento, se não preencher um dos grupos, continua dentro do Provão Paulista e se não preenchidas as vagas, e aqui está pensando nos cursos com pouca demanda, transfere-se para o Enem dentro desse mesmo espírito de que essas vagas são as vagas dos estudantes de escola pública. Só em última circunstância, em que não tenha nenhuma vaga, ela vai para a ampla concorrência, que pode chegar a um estudante de escola particular. Não acha que haverá distorção por conta de ser um sistema seriado, e quiçá mais alunos, mais gente de classe média frequente a escola pública, porque isso seria sinal de melhoria da escola pública. Porque a virada de costas da classe média para a escola pública ajudou a contribuir para construir essa imagem de que é uma escola que não precisa ter qualidade, que é uma escola de pobres, nesse sentido muito perverso da desigualdade social brasileira que se consolida dentro desse sistema. Não podem se esquecer de que 85% dos matriculados no ensino médio estão nas escolas públicas, e estão fazendo mais uma ação aqui para tentar estar próximos desses candidatos. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz, comentando uma fala do professor Renê, que o alunado já possui um déficit de base muito grande. Existem algumas iniciativas exitosas, e cita duas que conhece, do Imecc e do IFGW, que dão algum tipo de apoio para esses alunos, mas convoca todos os diretores a pensar sobre isso. Têm discutido isso na CCG, precisam ter algumas outras iniciativas para recompor o que esse aluno que chega do ensino médio não sabe, porque senão ele acaba não acompanhando o curso de graduação. Este semestre tiveram um número de abandono e de desligamento maior do que o normal, e estão tentando saber a causa disso. A pandemia com certeza é um dos fatores, mas não é o único, e precisam ter uma pró-atividade das unidades para tentar recuperar isso. Estão preocupados, mas acha que com o Provão Paulista talvez isso seja acentuado. A Conselheira GLAUCIA MARIA PASTORE diz que este é um dos momentos mais interessantes para a Unicamp olhar seu papel como universidade. Lembra de ter visto na primeira página de uma universidade canadense o seguinte mote: "A universidade que o mundo precisa". Mal comparando, diria que a Unicamp é a universidade que o Brasil precisa. Sua preocupação quando discutem ingresso no ensino superior é se não seria uma perfumaria frente ao grave problema dos ensinos fundamental e médio. A diferença entre ensino público e privado nesses níveis hoje é imenso, em relação aos recursos, à metodologia, e isso reflete nos alunos que chegam à Universidade, como a professora Silvia mencionou agora há pouco. Sua preocupação é que gastem tempo e energia na seleção, em algo que não seja tão fundamental e importante para o país agora; foi dito aqui que essa é uma chance de que os professores da Unicamp interajam com o ensino fundamental e médio. Espera sinceramente que isso seja muito efetivo, porque se continuarem dessa forma, vão ter problemas no ensino superior, como já têm ocorrido. A primeira coisa que repara, por exemplo, nos alunos, é o silêncio deles, eles não discutem nada em sala. O professor traz um problema e eles ficam

só olhando. A segunda questão é a metodologia que estão utilizando; pergunta se ela está de 1 acordo com os tempos modernos. Essas questões são sérias, e a Unicamp pode dar soluções; 2 não sabe se ela consegue resolver tudo, nas precisam se organizar. Compreende a fala do 3 professor José Alves, acha que ele foi muito fiel aqui ao que acredita, ao que tem se dedicado, 4 mas de fato tem receio de que isso seja um desvio do problema muito mais grave que precisam 5 enfrentar. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA parabeniza o professor José 6 Alves pelas colocações e diz que o Cotil tem a preocupação colocada pela professora Silvia de 7 não só focar o aluno para o vestibular. Tentam sistematicamente criar um perfil de cidadão com 8 compromisso, também possuem políticas de inclusão, cotas. Para muitas das dúvidas que foram 9 colocadas pelos representantes discentes, também pela professora Glaucia, talvez as respostas 10 estejam aqui dentro. O Cotil possui uma estrutura muito grande, assim como o Cotuca, e 11 agradece à Reitoria pela Diretoria Executiva de Ensino Pré-Universitário, da qual fez parte no 12 início da gestão, que valoriza os colégios e a integração deles com a Universidade. Então é 13 favorável a esta proposta do provão e coloca o Cotil à disposição. O Conselheiro PETRILSON 14 ALAN PINHEIRO DA SILVA agradece muito ao professor José Alves pelas explicações, acha 15 que isso só mostra que a Comvest está em boas mãos. Está plenamente esclarecido, de fato a 16 proposta do Saresp é essa, e talvez isso possa servir para que repensem o próprio ensino médio, 17 portanto podem dar uma contribuição nesse sentido. Seu voto é totalmente favorável, apenas 18 sugere duas correções: no caput do artigo 11-A, onde consta "oferecerá vagas de graduação", 19 colocaria "oferecerá vagas em cursos de graduação"; e no parágrafo 6º do artigo 11-B, onde 20 está "cursos que tenham cinco ou menos candidatos por vagas", só tirar o "s", ficando "vaga". 21 A Conselheira AASHA HAFA MACÊDO FERREIRA informa que está mudando de nome, 22 está com o nome social Aasha, e observa que os documentos do Consu precisam ser alterados. 23 Há uma série de questões importantes a serem pontuadas nesta discussão do vestibular seriado. 24 Concorda muito com o que o professor Wagner falou, no sentido de que não é possível discutir 25 esse vestibular seriado sem entender como estão as escolas no Estado de São Paulo, e entender 26 como isso vai impactar no meio de ingresso em que estão propondo o provão. E que se estão 27 propondo o vestibular seriado, precisam combater de alguma forma a evasão, porque não faz 28 sentido ter um vestibular que vai colocar uma pessoa para fazer a prova no primeiro, segundo 29 ano e no terceiro ano essa pessoa para de estudar porque precisa ajudar a família a arranjar 30 renda. Então sai, desiste do ensino porque precisa arranjar alguma forma de subsistência. Já foi 31 muito bem colocado aqui por toda a bancada docente que essa proposta de vestibular seriado 32 entra em contradição com o novo ensino médio. É algo evidente a precarização do ensino 33 público no país, especialmente o ensino secundário, e no Estado de São Paulo está ocorrendo 34 de forma acelerada a implementação dessa proposta colocada pelo Governo Temer. Foi bem 35 pontuado que essa proposta de provão pode ser um mecanismo, uma forma de influir no ensino 36 secundário, e não seria surpresa se ele, inclusive, fosse um mecanismo de avaliação interna nas 37 escolas, utilizado para balizar o ensino, para entender o rendimento dos estudantes. Acha que 38 isso é importante, mas evidentemente sente que há um problema na forma como está atualmente 39 40 proposta a discussão. Discorda exatamente do fato de que isso não está sendo feito pela criação

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13 14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 de novas vagas; precisam entender o impacto que isso vai ter em caráter nacional, lembrando que estão tirando do Enem, que é uma prova criada em nível nacional para permitir a integração e a ida de vários estudantes de todos os lugares do Brasil para qualquer universidade. Claro que isso tem suas limitações, mas ainda assim é evidente que essa é uma das características, e estão tirando vagas dessa prova nacional e colocando em um provão paulista. O próprio vestibular da Comvest já é extremamente regionalizado, poucas pessoas fazem a prova fora do Estado de São Paulo, mas a Unicamp não só é uma universidade estadual, ela é um polo nacional de produção acadêmica. É uma universidade que impacta a ciência, impacta a formação e a qualificação de norte a sul do país. São discussões muito importantes, inclusive fala isso com orgulho, porque veio do Rio Grande do Norte para a Unicamp porque sabia, assim como qualquer pessoa que sabe um pouco sobre as universidades, que a Unicamp é uma universidade desejada em nível nacional. Esta é uma proposta que, evidentemente, tem os receios que foram muito bem trazidos aqui, existem algumas questões que precisam analisar, e aprovar a proposta vai exigir da Unicamp um acompanhamento muito sério para saber se é isso mesmo, se é uma boa metodologia, se é um bom método para ingressos ou se é melhor sair. Mas é fato que não devem colocar em contradição duas boas ideias, talvez assumindo que a ideia do provão paulista traz beneficio, porque o Enem é importante. Devem manter uma quantidade de vagas necessárias para o Enem, pois ele representa a forma de ingresso não só do povo pobre na Universidade, mas também das pessoas que vêm de todo o Brasil. Não podem com a proposta de vestibular seriado prejudicar uma ação positiva como o Enem. Deveriam fazer uma discussão mais geral sobre a ampliação das vagas, porque em toda circunstância devem ter universidades com mais pessoas, universidades mais pintadas de povo. Os vestibulares continuam sendo um funil de pobre, continuam sendo o espaço que vai impedir a maior parte do povo de entrar no ensino superior, de conseguir se formar e ter um diploma. Esse provão seriado é muito positivo na medida em que se direciona ao ensino público, mas ainda assim não vai sair dessa lógica, e nesse sentido precisam avançar. Acha que deve ser uma bandeira de todas as universidades que o ensino superior seja um direito para todo o povo, para toda a juventude, que ampliem as condições de que todos os formados no ensino médio tenham condição de poder entrar. Por exemplo, o curso de Dança da Unicamp está no limite de docentes, e se algum docente se aposentar, o curso em tese seria extinto. Com isso, além da ampliação das vagas e os meios de ingresso na Universidade, precisam debater no futuro muito próximo a necessidade de mais contratações de professores, de terem mais bolsas PED e PAD, para que consigam ampliar o ensino e fazer com que a Unicamp seja ainda mais massificada sem perder a qualidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que terão a possibilidade, no primeiro semestre do ano que vem, de comparar como foi o resultado dessa prova e como foi o resultado do Enem. É provável que haja pessoas que prestem pelos três sistemas, e dessa forma terão alguma base estatística para comparar. O passo é cauteloso; o que fizeram foi manter as vagas na ampla concorrência, separado o Enem, metade para um, metade para outro. Ressalta que atualmente 75% dos ingressantes via Enem já são do Estado de São Paulo, em uma base de 20 mil. A vantagem maior é da Unicamp, que está em três cidades, Campinas, Piracicaba e Limeira; a Unesp, como

todos sabem, está espalhada pelo Estado de São Paulo, e a USP tem campi em Ribeirão Preto, 1 Pirassununga, Lorena, Bauru, em São Paulo tem o campus principal e a USP Leste. Então quem 2 tem menos alcance no Estado de São Paulo é a Unicamp, e uma de suas preocupações deve ser 3 se estadualizarem no sentido de ter um alcance amplo de alunos estaduais. E se isso estiver 4 associado, por exemplo, a bolsas, um estudante de secundário de Ilha Solteira pode de repente 5 preferir fazer Engenharia Elétrica na Unicamp, não Engenharia Elétrica na Unesp de Ilha 6 Solteira. Então, essas opções para a Unicamp são particularmente atraentes. Também acha que 7 devem ampliar vagas, mas não é neste momento que farão isso. A Unicamp está colocando 350 8 9 vagas em disputa, a Unesp cerca de 900, e a USP quase 1.500. Defender a Instituição passa por se legitimarem cada vez mais junto à sociedade, e devem se preocupar com isso, pois é algo 10 extremamente importante. Possuem muitos problemas de contratação de docentes, de 11 ampliação de vagas, e o desafio é como fazer isso com qualidade. Acha que é esse o grande 12 desafío da inclusão; não podem duvidar da aposta da inclusão, devem desenvolver 13 procedimentos que garantam a inclusão e a qualidade, o que é um desafio para todos. Às vezes 14 fica com muito receio, dependendo do discurso, da forma como lidam com as dificuldades. A 15 lógica de toda atividade humana é resolver os problemas e criar outros, e acha que precisa tomar 16 cuidado de não querer resolver o problema antes de ele surgir. Precisam se preparar, mas devem 17 enfrentar as dificuldades, e uma delas é que talvez precisem olhar com mais carinho para esses 18 alunos que tenham uma ou outra deficiência educacional, mas enfrentar isso de forma a abrir 19 possibilidades, pensar criativamente para resolver esse tipo de problema. Caso contrário, ficam 20 parados diante das dificuldades. Aprendem fazendo, esse é um velho ensinamento nas áreas 21 tecnológicas; não é travando o processo que conseguem aprender, mas desenvolvendo técnicas 22 que permitam resolver os problemas. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR 23 submete à votação a matéria, com as correções de redação sugeridas pelo professor Petrilson 24 no caput do artigo 11-A e no parágrafo 6º do artigo 11-B, sendo aprovada com 58 votos 25 favoráveis e 01 contrário. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o 26 MAGNÍFICO REITOR passa ao item 02 do Adendo à Ordem do Dia - Proc. nº 01-P-27 11259/2022 –, que trata da proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre a implantação das 28 políticas de ações afirmativas em modalidades de cotas para ingresso na pós-graduação. Passa 29 a palavra à professora Rachel. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que solicitou o 30 destaque por dois motivos: um deles é absolutamente prático, visto que precisam corrigir uma 31 expressão no documento, porque ao digitalizar o material, houve uma inversão nas folhas. Antes 32 de fazê-lo, chama a atenção para a importância desse ponto. Os conselheiros conhecem essa 33 proposta que o GT de cotas étnico-raciais apresentou no expediente do Consu anterior. Desde 34 então, o texto sofreu algumas adições que aperfeiçoarão os termos da Procuradoria Geral, mas 35 a importância desse tema é exatamente como ele se alinha à política de inclusão desta gestão e 36 da Universidade. Esse é um ponto em torno do qual já no segundo semestre de 2021 a APG se 37 reuniu com a gestão, exatamente para solicitar que finalmente o assunto fosse encaminhado. Já 38 estavam na Universidade desenvolvendo uma política de inclusão importante na graduação, 39 40 com uma série de outras políticas de permanência, mudando razoavelmente o perfil da

Universidade. Era hora de começarem a se deter na pós-graduação, então imediatamente a 1 gestão encampou isso e a PRPG ficou responsável por encaminhar essa questão na 2 Universidade. No âmbito da CCPG, levaram essa discussão, organizaram um grupo de trabalho 3 que foi mais amplo do que a própria CCPG, que incluiu representantes da APG e funcionários 4 associados a programas onde essas cotas já estão implementadas há tempos. A discussão da 5 inclusão também na pós-graduação já existe há um bom tempo na Unicamp, e pouco menos da 6 metade dos programas da pós-graduação já possuem cotas implantadas desde 2016, 2017. 7 Tratava-se, portanto, de encaminhar essa questão de uma maneira mais aperfeiçoada, e foi o 8 9 que fizeram. Esse GT levou praticamente um ano de trabalho, fazendo seminários, trazendo especialistas, conversando com colegas aqui da própria Universidade sobre as experiências. O 10 professor José Alves foi um dos convidados nos seminários, assim como a professora Sílvia 11 Santiago da DEDH, além de colegas que trabalham com esse tema em outros laboratórios, 12 outros centros de pesquisa, para de fato socializar e aperfeiçoar o debate sobre esse tema, que 13 na verdade já é conhecido de todos na Universidade. Quando discutiram as cotas na graduação, 14 debataram também a questão da pós-graduação, sobretudo no âmbito do Consu, mas também 15 nas várias instâncias da Universidade. Fizeram um levantamento importante com os programas 16 de pós-graduação, procurando entender como eles já estavam desenvolvendo a dinâmica de 17 cotas, quantos já faziam isso, quantos estavam dispostos a entrar nessa discussão e adotar cotas, 18 e descobriram que alguns não teriam como fazer isso, por motivações distintas. Às vezes a 19 própria forma de seleção que o programa tem não permitiria uma aplicação de cotas, ou até por 20 entenderem que a própria graduação já dá conta dessa política de inclusão e que a pós-graduação 21 não precisaria replicar novamente esse tipo de medidas de ação afirmativa. São muitas as 22 opiniões, a Universidade é heterogênea, os programas de pós-graduação da Unicamp formam 23 um sistema muito bem-sucedido, com destaque inquestionável em nível nacional de sua 24 competência, de suas avaliações. Tratava-se, então, de aperfeiçoar, e foi isso que o GT se 25 colocou a discutir, propondo exatamente a deliberação que está colocada aqui para apreciação. 26 O relatório chama a atenção para as necessidades que a Universidade passa a ter com a questão 27 da permanência, com a questão da boa condução dessa política e com a questão da própria 28 avaliação. Políticas dessa natureza precisam ser sempre avaliadas para que saibam se elas 29 funcionam bem ou não. Então a PRPG também está chamando para si o apoio a essas ações que 30 vão permitir a avaliação dessa política, para cada vez mais avançarem no que entendem que 31 deve ser esse perfil diferenciado, inclusivo da pós-graduação. A alteração que precisa ser feita 32 é simplesmente prática, está logo na primeira página do documento, no parágrafo 1º do artigo 33 1º: onde está escrito "Cabe aos programas de pós-graduação da Unicamp avaliar o atendimento, 34 por meio de políticas de ações afirmativas em modalidades de cotas, a outros grupos sociais", 35 deve ser retirada a expressão "em modalidade de cotas". A CCPG já havia retirado isso, mas 36 foi mantida na versão do rascunho e foi isso que foi encaminhado, portanto é só retirar. A 37 Secretaria Geral já sabe disso, mas o destaque então é necessário por formalidade. Então, o 38 texto fica: "Cabe aos programas de pós-graduação da Unicamp avaliar o atendimento, por meio 39 de políticas de ações afirmativas, a outros grupos sociais que não apresentem condições de 40

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

competir em condições de igualdade nos processos seletivos", e há uma frase repetida, que também está sendo retirada, "devido a processos históricos e culturais de desigualdade e marginalização, devidamente justificado e documentado no processo". O texto já foi aperfeiçoado com as observações da Procuradoria Geral e ele não muda em nada substantivamente o que o GT apresentou à CCPG como proposta e que foi aprovado, mas possui alguns aperfeiçoamentos que dão maior clareza e talvez estruturação jurídica para a deliberação que está sendo proposta. O Conselheiro FRANCISCO DA FONSECA RODRIGUES parabeniza o grupo de trabalho, achou a proposta muito equilibrada, porque permite que cada programa de pós-graduação possa definir os seus critérios, se vai aplicar ou não, mas encaminha para que a Universidade caminhe nesse sentido. A Universidade já tem cotas para alunos desde os colégios técnicos, a graduação, agora recentemente para a Carreira MS, e gostaria de propor que, quando for possível, isso se estendesse para a carreira dos colégios técnicos. Fala em nível pessoal, claro, isso não foi discutido, pelo menos no Cotuca, mas solicita que, se houver possibilidade, se encaminhe para nesse sentido também. O Conselheiro RAFAEL DE JESUS SOUDRE diz que é um dos filhos das cotas na graduação, desse histórico de luta enorme. Saúda o GT das cotas, que vem desenvolvendo esse trabalho, e principalmente saúda cada um dos estudantes que foram impedidos de terminar sua graduação na luta que começou em 2016 e que deságua no que possuem hoje, que é a política de cotas dentro da Unicamp. Essa luta que se iniciou no movimento negro, no movimento estudantil, e que resulta, por exemplo, na sua presença aqui no Conselho Universitário. Sua fala vai no sentido de tentar demonstrar aos conselheiros a importância do que está sendo votado aqui. Às vezes parece mais uma minuta, mais uma pauta, mas precisam entender o que representa para a população de São Paulo, para a população do Brasil essa perspectiva de política pública dentro da Universidade. Não só o GT, mas o movimento negro como um todo tem entendimento da necessidade das políticas afirmativas e de como, para além das cotas, outras políticas afirmativas foram tentando implementar e não tiveram os resultados adequados. Entender essa perspectiva é entender que estão definindo qual é a perspectiva de futuro para a população negra no Estado de São Paulo. O artigo 2º menciona que a perspectiva da política da pós-graduação é ter um reflexo da população de São Paulo nos ingressantes da pós-graduação na Universidade. Isso é muito importante para entenderem como essa política da pós-graduação das cotas vai se dar em uma perspectiva de tentar parear e pintar a Universidade de povo, tentar pintar a Universidade de como é a população do Estado de São Paulo. Isso é importante para lembrar que não vivem em um mundo à parte do que acontece para fora daqui. E enquanto afirmam a necessidade desse reflexo, enquanto esta reunião está acontecendo, enquanto estão discutindo cada uma dessas políticas, em uma cidade do estado, o Guarujá, está acontecendo agora uma chacina. Uma chacina que já ceifou mais de 10 vidas, em sua maioria, obviamente, jovens negros. Chacina produzida pela polícia militar do Estado de São Paulo, com aval do Governador Tarcísio de Freitas. Essa chacina não é atípica, não é um caso isolado, pois nos últimos 500 anos, o local reservado para a população negra não foi as universidades, mas um local de morte, de subemprego. Quando colocam as políticas de cotas e de ampliação, estão colocando duas

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

perspectivas muito claras: a população negra hoje ocupa o local das mortes, da chacina, do subemprego, inclusive dentro desta Universidade, para servir a comida, para trazer o café e a água que os conselheiros estão bebendo, para limpar o banheiro que utilizam, ao passo que o outro lugar é o do emprego digno, de uma verdadeira cidadania. Portanto, são esses dois caminhos que estão pareando, e é o voto de cada conselheiro aqui que vai definir isso, que vai decidir o futuro da população negra de São Paulo. Cada um desses 10 jovens que morreu na chacina poderia estar estudando nesta Universidade, poderia estar produzindo pesquisa aqui, poderia estar produzindo ciência para o povo brasileiro, mas eles foram historicamente impedidos de ocupar esse lugar. As políticas de cotas vêm para reparar isso que foi feito na história, no sentido de colocar a população negra, que realmente está em todos os lugares de São Paulo, para estar em todos os lugares dentro desta Universidade. Não querem só servir café, querem estudar aqui, e não só na graduação, não só nos cursos mais fáceis de entrar; querem se tornar pós-graduandos, pesquisadores, e quando chegarem a uma reunião como esta, com vários docentes, saber que também podem ser docentes, também podem dar aula. Só vão fazer isso quando houver uma política afirmativa eficiente, que é o que o GT coloca, que a única política afirmativa eficiente é a política de cotas. Então, se algum conselheiro votar contrário a este assunto, ele vai estar condenando a população negra do Estado de São Paulo e do Brasil inteiro a esse lugar de subemprego e de sub-humanidade em que foi colocada historicamente no país. É isso o que está se colocando em cada um desses artigos que o GT está propondo. É um programa de reparação do que foi feito, que obviamente não é suficiente, pois não querem só na pós-graduação, querem para os docentes e para todos os espaços que são colocados aqui, mas não só cotas. Desejam popularizar e democratizar esta Universidade, pois é muito estranho entrar em Barão Geraldo e ver que de um lado há o bairro Real Parque, que é realmente onde os cidadãos moram, e do lado do outro a Cidade Universitária, onde a maior parte dos moradores é da comunidade da Unicamp. Não pode existir essa separação, pois a Unicamp faz parte da cidade de Campinas e não faz sentido aqui existir um feudo. É isso que as cotas vão reparar em primeira instância. Essa luta não começou aqui, não começou com um aval da Reitoria, começou com a luta de muitos estudantes que foram expulsos desta Universidade. Podem pensar que sua fala é radical, mas radical é saber que enquanto estão conversando aqui, 10 jovens negros morreram no Estado de São Paulo, jovens que poderiam estar estudando e ocupando um espaço que está ocupando aqui hoje. Um daqueles jovens negros poderia ser ele, mas por conta da política de cotas está estudando aqui, está podendo ocupar o espaço e falar, em um lugar que historicamente foi impedido de ocupar. Dessa forma, solicita aos conselheiros que levem essa discussão com seriedade. O Conselheiro BRUNO GOMES XIMENES parabeniza o GT pelo trabalho, acha que é um assunto que deveria ter sido pautado há muito mais tempo, demorou um pouco, mas a Reitoria está de parabéns. Considera a proposta um pouco tímida, gostaria de uma proposta que pudesse ir além, mas para um início, para um assunto que fazia tempo que deveria ter sido pautado, estão de parabéns. Pergunta à professora Rachel se em algum momento foi aventada a possibilidade de algum incentivo ou beneficio para os programas de pós-graduação que instituírem essas políticas de cotas. Já que não é

possível instituir de maneira global em todos os programas, que pelo menos aqueles que 1 aderirem a essa política tenham algum incentivo da Reitoria e da Universidade. O Conselheiro 2 NOEL DOS SANTOS CARVALHO parabeniza o GT pela proposta. Existe um sistema de 3 cotas em pleno andamento, que vai se ampliar. É uma luta histórica do movimento negro que 4 vem do século passado. Veio de universidade federal, e quando chegou aqui já existia o sistema 5 de cotas nas universidades federais. Chegou à Unicamp exatamente no momento em que se 6 começou a pensar de uma maneira mais profunda, com agitação e movimentação política, como 7 foi posto aqui, o que é necessário, mas andaram bastante rápido com isso, felizmente. 8 9 Parabeniza esta gestão por ter dado esse encaminhamento também. Tem uma questão técnica a fazer à professora Rachel, porque vai levar a explicação ao Instituto de Artes, ao qual pertence. 10 Pergunta o que foi aproveitado nessa resolução das implementações já em curso, se pensaram 11 em uma margem de operação para os programas poderem atuar, ampliar, diminuir ou terem 12 sistemas de bolsa de permanência para esses alunos que vêm das cotas. Porque esse talvez seja 13 o grande problema hoje, pelo menos no Instituto de Artes. Há o aluno cotista, que vem de uma 14 situação mais complicada socialmente, mas um sistema de bolsa meritocrático no sistema mais 15 antigo e tradicional. Acha que devem pensar no sistema de permanência na pós-graduação 16 também. Os sistemas já estão operando, então sua questão é se eles podem ser ampliados, a 17 partir dessa resolução, se ela não engessa esses sistemas. O Conselheiro FERNANDO 18 ANTONIO SANTOS COELHO cumprimenta o grupo de trabalho que deu origem a essa 19 proposta, e diz que particularmente fica muito contente de que estejam estabelecendo as cotas 20 na pós-graduação. Precisam cada vez mais ter quadros de pessoas pretas e pardas que possam 21 ocupar os espaços de decisão do país, e a pós-graduação é uma das maneiras de formação desses 22 quadros. Então acha que é realmente fundamental que os programas façam adesão a esse tipo 23 de cota, porque é uma forma de qualificar ainda mais os alunos que entram através de cotas, 24 para que eles mais tarde venham a ser professores desta Universidade. Já está aprovado mas 25 ainda não implementado, por uma questão de ordem jurídica, em razão do problema de vaga, 26 um concurso com cota de pretos e pardos, com o objetivo de aumentar a participação de pessoas 27 pretas e pardas também no corpo docente da Universidade. Isso já existe com os funcionários, 28 e a diversidade e a participação da população negra e parda nos espaços de decisão da 29 Universidade são algo fundamental, relevante, e acha que uma decisão do Conselho favorável 30 à implementação das cotas na pós-graduação é de fundamental importância para a vida da 31 Universidade. E isso no sentido não só da reparação, mas também pelo fato de que existe, não 32 tem nenhuma dúvida disso, uma quantidade enorme de pessoas brilhantes na população preta e 33 parda deste país, que ficaram ao largo durante muito tempo, mas tem certeza de que vão ao 34 longo do tempo recuperando e verão que a contribuição dessas pessoas é fundamental também 35 em ciência, na geração de tecnologia. Para ele isso é uma satisfação muito grande, e também 36 pelo fato de ter, no médio prazo, a possibilidade de diminuir aquela sensação de ser o único. 37 Essa é uma coisa que a grande maioria das pessoas não entende como é, mas é meio complicado 38 entrar nos espaços e se sentir o único. Ter cotas preparando, qualificando os alunos para daqui 39 a pouco serem professores desta Universidade é algo alvissareiro, então cumprimenta de forma 40

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

efusiva a professora Rachel, a equipe que esteve envolvida e obviamente o compromisso que a gestão assumiu de fazer com que esse tipo de processo pudesse evoluir. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO agradece ao conselheiro Rafael de Jesus pela exposição sobre a importância deste ponto. De fato, gostaria que todos entendessem o destaque que o acadêmico Rafael fez aqui, porque é uma mudança importante. Estão colocando para aprovação mais uma mudança para a Unicamp continuar a ter a importância que possui no país e nas políticas públicas de educação, de inclusão e todas as que estão associadas a ela. Há um problema muito sério na Unicamp, um pouco associado à discussão que fizeram de manhã sobre o atraso em algumas coisas do mundo moderno, e este é um deles: não possuem dados. É interessante dizer isso nesta Universidade, mas não possuem dados sistematizados para dar conta do que é o perfil real de sua pós-graduação, tampouco da demanda. Possuem o apoio da DAC, que tem sido parceira cotidiana da solução dessa questão; precisam aperfeiçoar o sistema de matrícula, de candidaturas, para saber qual é a demanda, qual é o perfil que possuem. A PRPG assumiu para si dar conta do que for possível, para poderem fazer lá na frente a avaliação dessa política, daqui a um ou dois anos, uma primeira avaliação da implementação que eventualmente aprovarão hoje. E isso precisa certamente de subsídios e dados. Então, esse é o primeiro ponto, e não estão sozinhos nisso: em 2016, uma portaria do MEC estabeleceu que a Capes fizesse isso, e a Capes não fez. Não há dados nacionais sobre essa população de pós-graduação que lhes permitissem inclusive se espelhar. A Capes pretende fazer, espera que faça, vai dar um enorme trabalho, mas essa também é uma meta da comissão do Plano Nacional de Pós-Graduação de investir exatamente na política de inclusão para que os programas todos assumam esse caminho de inclusão na pós-graduação e na formação de quadros qualificados. Embora já em 2016 o MEC recomendasse à Capes que ela deveria estimular as unidades federais a ter essa iniciativa, em 2021 apenas 52% dos editais das federais traziam algo como uma política de inclusão. Nesse tempo todo, as mobilizações não foram grandes no país, e acha que agora, pelo menos de sua parte, a Unicamp tem de entrar por esse caminho, e é o que estão fazendo aqui. Essas são questões importantes, lembrando uma construção de 50 anos de uma universidade bemsucedida, onde a pós-graduação sempre foi a ponta fantástica do seu desenvolvimento e produção científica, por isso tomaram o cuidado de não ferir a autonomia dos programas. O professor Francisco chamou a atenção para isso, então reforça que a autonomia está mantida, e desejam que de fato essa seja uma política absorvida pelos programas. Respondendo ao conselheiro Bruno, diz que não querem fazer política de incentivo para os programas abrirem cota. Não é uma troca. Desejam que os programas se deem conta do seu papel na formação dos cidadãos que entram aqui na pós-graduação. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação tem anualmente uma cota de bolsas emergenciais de doutorado e de mestrado que vem da Capes, que ela pode definir como faz a sua distribuição, e ela definiu: é a vulnerabilidade e o cotista. Esses são os dois indicadores com os quais trabalham na pós-graduação para fazer a distribuição das bolsas emergenciais de doutorado e de mestrado para os programas de demanda social, os Proap. Está chamando isso de uma política que permite pensar na questão da permanência, porque ela é séria na Unicamp. Sabem que terão um problema maior quando o perfil de pós-graduandos

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 mudar para aqueles mais vulneráveis, porque também são pretos e pardos os mais vulneráveis. Alguém dirá que a graduação já fez um filtro, mas fazer um filtro até a pós-graduação neste país significa um espaço enorme de esforço, de tempo e de condições adversas. Então não dá para esperar a permanência ser perfeita para fazer esse tipo de política. Não dá para esperar a moradia ter um número imenso de casas para fazer políticas de inclusão. Precisam ir fazendo, porque se não começam, nada acontece. Em relação ao que o professor Noel mencionou sobre o Instituto de Artes, acha que boa parte das questões não está exposta na deliberação porque seriam detalhes de implementação que talvez não coubessem na deliberação. No entanto, lembra que já há programas implementando cotas; 43% dos programas da Unicamp já têm cotas e outros estão implementando. Então as modalidades de cotas, as formas de ingresso, são variações que não cabia colocar em uma deliberação, mas nela está escrito que a PRPG dará apoio a essa implementação. Então se trata da conversa, de saber como farão, como serão as bancas de heteroidentificação, como elas devem funcionar, como serão as formas de ingresso de cada programa, dependendo da área, pois existem áreas que possuem formas diferentes de ingresso. Tudo isso está um pouco agora em um caminho da administração das questões, mas o que trouxeram aqui foi o princípio, que vale a pena reafirmar para darem conta de seu papel como Instituição pública. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA agradece e parabeniza a Reitoria e o GT pelo trabalho, que considera muito importante. Falar sobre a questão das cotas na pós-graduação é algo fundamental, sobretudo porque estão tentando atingir todas as etapas dentro da Universidade: possuem cotas na graduação, discutiram recentemente cotas para um programa de pós-doutorado, discutiram um edital anterior de cotas para docentes, e não conseguiria pensar nessas três fases sem cobrir a pósgraduação. Se estão pensando até em cotas para docentes, esse docente necessariamente precisa ter pós-graduação, então não faz nem sentido a Universidade não oferecer cotas na pósgraduação. Então, embora pudessem ter começado antes, o momento é de congratular. O IEL já tem cotas nos seus quatro programas e tem sido um aprendizado; é importante que continuem com essa política, vão aperfeiçoando. Já ouviu de alguns colegas de unidades que ainda não possuem cotas nos programa de pós-graduação uma preocupação em relação às comissões de heteroidentificação e heteroclassificação. Alguns têm um certo receio de serem responsáveis por avaliar se a pessoa é preta ou parda, então talvez a CCPG possa orientar ou mesmo apoiar a criação das bancas de heteroidentificação de alguma forma, para que isso seja mais tranquilo para essas unidades. Mesmo sabendo que há entrevistas, o objetivo delas tem outro caráter no processo seletivo, não é para isso. Então acha que isso precisaria ser conversado. O Conselheiro JOSÉ LEONARDO DE OLIVEIRA diz que é aluno da pós-graduação do IB, e propõe à Mesa que esta votação histórica, como colocou o conselheiro Rafael, seja nominal, para que conste na ata a posição de todos os conselheiros presentes nesta reunião. Parabeniza o excelente GT que fez esse levantamento; lendo o documento, verificam que a Universidade tem 83 programas de pós-graduação, todos foram consultados sobre as cotas e obtiveram retorno de 77, portanto há seis programas que não retornaram a solicitação da PRPG. Entre os programas que já adotam cotas, o IFCH é a unidade que possui mais programas que já contemplam essa questão das

cotas. Mas há também em diversas outras unidades, as quais saúda, destacando a importância 1 de já estarem fazendo esse trabalho antes disso tudo. Algumas outras unidades responderam 2 que não possuem ainda, mas que se dispõem a adotar esse procedimento nos próximos 3 processos seletivos ou vão encaminhar alguma discussão. Nesse sentido, como a professora 4 Rachel colocou, a PRPG está à disposição para poder ajudar a encaminhar, o que é muito 5 importante. No entanto, há 13 programas, que correspondem a 16,9% dos programas da 6 Universidade, que não consideram adotar essas cotas nos seus processos seletivos, dentre os 7 mais diversos motivos, alguns deles a professora Rachel colocou, algumas situações em que 8 não é possível, mas estão documentadas também respostas que são inadmissíveis nos dias de 9 hoje. O GT deu uma resposta brilhante para esses programas que têm um pensamento 10 retrógrado diante da sociedade em que vivem. Efusivamente parabeniza esse GT, 11 principalmente por essa resposta. Estão em um país que foi um dos últimos a ter a abolição da 12 escravatura, em uma cidade que foi uma das últimas no país, em um bairro que era uma fazenda 13 de escravos, portanto acha que é uma posição histórica muito importante vindo em consonância 14 com as cotas na graduação, agora na pós-graduação e depois nos concursos de docentes. O 15 Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI, em nome do Instituto de Economia, apoia 16 a proposta e elogia o trabalho do GT e o modo cuidadoso como ele estudou e relatou as 17 experiências e os debates na Unicamp e fora dela sobre essa questão. Concorda com o raciocínio 18 e os argumentos do conselheiro Rafael e dos outros que seguiram sobre a relevância do tema. 19 O Instituto de Economia tem cotas nos seus dois programas de pós-graduação desde o processo 20 seletivo de 2018, fruto da mobilização e pressão do movimento negro estudantil de 2016 e da 21 institucionalização disso ao longo do ano seguinte, inclusive conversando e aprendendo com as 22 experiências que já existiam na Unicamp naquele momento, que eram da FE e do IFCH, e pode 23 ser que de outros locais também. O IE possui três vagas reservadas no Mestrado em Economia 24 e três no Doutorado em Economia, quatro no Mestrado em Desenvolvimento Econômico e três 25 no Doutorado em Desenvolvimento Econômico, isso no último ano, o que talvez mude 26 marginalmente. A experiência no Instituto tem sido exitosa, ainda que precisem, como está bem 27 destacado no documento, fazer uma avaliação um pouco mais detalhada e informada com 28 números, com análises quantitativas. Como mencionou aqui o professor Petrilson, para o IE 29 também tem sido um aprendizado coletivo em várias direções, mas observa que algo que causou 30 preocupação, particularmente no último processo, da turma que entrou este ano, foi a queda 31 muito forte na demanda, que é geral, evidentemente, para todos os programas de pós-graduação, 32 mas que foi muito mais intensa entre os optantes pelas cotas. Não preencheram as vagas em 33 duas das quatro entradas, particularmente no Mestrado em Economia. Pode ser que haja 34 problemas na forma de inscrição, mas não preencheram nenhuma das vagas, e não é interesse 35 um programa de cotas que não cumpra a sua tarefa. Então reforça aqui o apoio e o cuidado na 36 avaliação e monitoramento constante. O Conselheiro ÂNGELO ROBERTO BIASI diz que 37 precisa destacar dois nomes que trabalharam muito no GT de cotas: professor Fernando Coelho 38 e professora Débora Jeffrey, que trabalharam na Comissão Assessora de Diversidade Étnico-39 Racial – Cader e na Comissão de Averiguação – Cavu. Essas comissões foram complementando 40

e implementando cada vez mais o processo. Todos costumam falar da USP, mas observa que a 1 USP está copiando o programa da Unicamp, pois ele é muito bom. Registra que a Feagri é a 2 primeira e única unidade da Unicamp a ter um coletivo negro, um espaço denominado "A Voz 3 do Morro", aberto para toda a comunidade negra. Aproveita para relatar que estão tendo 4 problemas seríssimos com a questão dos PCDs. Foi almoçar hoje no RU e verificou que foram 5 instaladas catracas; estava com um colega da pós-graduação cadeirante e ele relatou que está 6 mais difícil de conseguir adentrar e almoçar no RU. Solicita, se possível, a retirada dessas 7 catracas, porque realmente está muito difícil para os PCDs se alimentarem lá. O Conselheiro 8 9 MICHEL NICOLAU NETTO diz que está emocionado, porque o IFCH implementou cotas em 2015 e está lembrando do movimento estudantil e dos seus colegas, professora Rachel, 10 professores Wagner e André. Foi uma luta desse coletivo de pessoas, traziam o assunto à 11 Reitoria e ele não encontrava espaço de discussão. A melhor resposta que conseguiam era que 12 isso era uma coisa dos programas, não da Universidade como um todo, mas a ideia foi se 13 espalhando, com adesão de unidades como FE, IE, IA, IEL e depois os outros programas. Então, 14 poder trazer essa discussão para este ambiente é uma vitória gigantesca de todas as pessoas que 15 participaram desse processo. São 10 programas no IFCH, oito com seleção própria do Instituto, 16 todos com cota, e observa que eles foram alguns dos primeiros programas de pós-graduação no 17 Brasil a ter cotas. Se a Unicamp foi atrasada em relação às cotas na graduação, de uma certa 18 maneira, na pós-graduação, ela se adiantou, tendo iniciado isso em 2015, o que ajudou a 19 influenciar as cotas na graduação. Considera esse programa um sucesso, por vários parâmetros, 20 e se algum conselheiro estiver em dúvida em votar a favor dessa política, pede que pergunte 21 sobre isso, porque possuem respostas. Ele também foi um sucesso porque já havia cotas na 22 graduação em outras universidades. Então muitos dos primeiros estudantes negros que entraram 23 por cotas na pós-graduação no IFCH vieram de universidades onde havia cotas na graduação, 24 estaduais como a Ueri, algumas federais mais antigas, e depois a partir da lei de 2012. Observa 25 que quando falam em cotas étnico-raciais, pensam nos pardos e pretos, mas também há os 26 indígenas, que hoje possuem vestibular próprio na Unicamp. Destaca que é muito importante 27 que trabalhem com as duas cotas em conjunto. Quando se iniciaram as cotas étnico-raciais na 28 pós-graduação do IFCH, já havia cotas para indígenas e não havia inscritos. Hoje isso mudou, 29 e exatamente por conta também do sucesso do vestibular indígena, hoje os indígenas estão 30 prestando pós-graduação. Dessa forma, também devem observar que terão agora demandas de 31 alunos indígenas altamente qualificados que estão nas graduações. Por isso tem uma dúvida se, 32 no artigo 1º da minuta, não seria "e" em vez de "ou" em: "pretos, pardos ou indígenas". Entende 33 o sentido do "ou", mas acha que talvez isso indique que se possa escolher um grupo em vez de 34 outro grupo. Acha que as cotas étnico-raciais deveriam abarcar negros e indígenas como 35 orientação, e não ou um grupo, ou outro. Mas parabeniza e agradece demais ao GT, fica muito 36 feliz de estar aqui, ainda mais ouvindo da professora Rachel o resultado desse GT. A 37 Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz, respondendo ao professor Michel sobre a questão 38 do "ou", que não se trata de dividir ou de juntar tudo em uma cota só. Podem trocar o "ou" pelo 39 "e", não teria nada contra isso, mas não imaginou que desse essa conotação, o que para a cota 40

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 seria um problema. Agradece ao professor Michel pela pelas palavras de celebração e diz que, de fato, o IFCH fez bastante por esse movimento. Acha que muito do movimento na pósgraduação implantado como discussão desde então se deve à intervenção dos colegas, não só do IFCH, mas acha que começou ali um movimento que depois foi irradiado. Acha que essa proposta trazida hoje aqui é fruto dessa irradiação e fica contente que estejam todos observando essa importância. Respondendo ao conselheiro José Leonardo, diz que as pessoas pensam diferente, entendem a realidade de maneira diferente, embora às vezes a realidade seja escancaradamente problemática para todos. Mas elas equacionam essas diferenças de maneira distinta, e o equacionamento das diferenças e das desigualdades da sociedade brasileira, no caso da pós-graduação da Unicamp, está sendo dado nessa direção. É muito difícil que todos pensem a mesma maneira de equacionar os problemas, o que às vezes gera princípios distintos. Não considera aceitável, pessoalmente, que alguém diga que no Brasil todos são iguais, porque não são, sabem disso, mas convive com esse princípio porque são democráticos. Então é aquilo com que tem de conviver, não aquilo que deve aceitar ou tornar legítimo. Para trazer isso para uma política que deva ser coletiva, institucional, precisam procurar equacionar da maneira o mais ampla possível, sem ferir exatamente as formas de trabalho, as formas de entender a realidade que as pessoas têm. Todos aqui são pessoas que trabalham há muito tempo, são respeitáveis, e isso tem de ser levado em conta. Então, quando mencionou que não podem ferir a autonomia do que já existe, podem incentivar e orientar para que elas se aperfeicoem, é disso que se trata essa deliberação. Aperfeiçoar aquilo que já existe, orientar aquilo que já existe para que fique melhor. Não se trata, portanto, de mudar, jogar de lado, começar outra coisa, não é bem isso que estão fazendo aqui. Alguém dirá que talvez devesse ser, mas entenderam no GT que não, que devem trabalhar no equacionamento dessas diferenças para uma política que é institucional. Então essa ideia de uma orientação e de encaminhar nessa direção, abrindo as possibilidades de inclusão para vários grupos, está contemplada em um artigo da deliberação. Os programas que quiserem ampliar a inclusão para grupos que entenderem que foram marginalizados até hoje, não conseguiram dar conta do ingresso pelos caminhos que todos os outros vieram tendo, podem abrir. Esse é o princípio que procuram equacionar nessa política de inclusão. Outra questão, colocada pelo professor Petrilson, foi sobre como dar conta dos problemas práticos das cotas. Possuem programas muito grandes na Unicamp, como o Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, por exemplo, que recebe mais de mil candidatos. Isso é anômalo perto do programa ao qual pertence, por exemplo, que antes da pandemia tinha 80 e hoje tem 40 candidatos. Então perguntam como trata as questões das bancas e das avaliações. O indígena tem o seu documento e ele apresenta isso como tal, isso é fácil, inclusive o vestibular ajudou muito, a Comvest os ajudou muito em documentação. O preto e o pardo se autodeclaram, e confiam, evidentemente. A banca existe para saber se realmente confiam ou não, é por isso que ela gera tanto problema como interpretação na Universidade. Confiam inicialmente, mas depois conferem se fizeram bem em confiar ou não; é um problema importante e a DEDH certamente está envolvida em toda essa política. E mencionam no relatório que a própria Instituição tem de dotar a DEDH de recursos que ajudem a implantar tudo isso. Relata que no início da elaboração

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

desse GT, tinham um número estabelecido de quantos membros ele deveria ter para funcionar, mas muitas pessoas começaram a se apresentar para participar, inclusive algumas que se diziam contrárias às cotas por falta de conhecimento e queriam entrar no GT. Elas saíram dali já com um programa implantando as cotas neste semestre. Foi um efeito absolutamente positivo ver colegas que não conheciam a discussão, que não eram favoráveis e sabiam que talvez não o fossem porque não conheciam a discussão, entrar, conhecer o assunto e passar a implementar em suas unidades. Essa é a ideia do equacionamento que querem ter na Universidade no âmbito da pós-graduação. Porque é um segmento distinto até da própria graduação; não dá para fazer esse raciocínio quando se tem um vestibular nacional de milhares de pessoas prestando, é outra coisa, é outra forma de ingresso. Então, concorda com a ideia que o professor Petrilson estava colocando do apoio que a PRPG terá de fazer, certamente será necessário um apoio para entender o mecanismo das cotas, para entender quais são, porque não existe um só, e fornecer esse apoio para que tudo dê certo. O professor André Biancarelli falou da preocupação com a queda da demanda, e observa que essa é uma preocupação de todos os programas, de todas as áreas e do país inteiro o afastamento da pós-graduação. Hoje viram aqui o afastamento da graduação, que é pior ainda, mas há um afastamento da pós-graduação, e é mais complicado ver como resolvem isso no curtíssimo prazo. Acha que parte da solução está na comunicação, e em algo que vêm falando na CCPG já há algum tempo, que é a necessidade de aperfeiçoar os editais. Os editais têm de ser claros de que o aluno preto ou pardo que entra no programa que possui cota terá a possibilidade de ter uma bolsa, um apoio. Também que na Unicamp não se paga taxa, porque ainda existem pessoas, em lugares mais distantes, que entendem que na Unicamp pagam taxas ou mensalidade. Então tudo isso tem de ser aperfeiçoado. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA parabeniza o GT e a Reitoria por essa proposta. Acha que poderiam pensar um pouco nessa questão do "ou" em relação aos pretos, pardos e indígenas no artigo mencionado pelo professor Michel. Talvez melhor fosse ficar só uma vírgula, nem "e", nem "ou". Possui uma observação em relação ao artigo 2º, o qual parece mencionar apenas pretos e pardos. Se o artigo 1º se refere a indígenas também, teriam de pontuar que, no que diz respeito à população preta e parda, o interessante é atingir a meta de ingressantes com o mesmo percentual de 37%, que não é o mesmo para indígenas na população. Estão chamando a atenção para uma questão e deixando de lado outra. Ou retiram isso, o que considera ruim, ou fazem esse adendo de que, no que diz respeito à população preta e parda, gostariam que chegasse a 37%. Há uma questão de redação aqui, porque, na verdade, o artigo 2º parece estar falando só da população preta e parda e é, de fato, do ponto de vista da proporção, muito diferente. Por isso a política, inclusive, é diferente também. Em relação à questão da orientação para os programas que ainda têm muitas dúvidas sobre como implementar isso, acha que os colegas que fazem parte da Cader poderiam ser consultados. Já existe um conjunto de colegas com uma expertise para além das pessoas do GT, então talvez uma sugestão em relação aos 13 programas que são resistentes à implementação dessa política fosse fazer uma conversa com colegas do GT e colegas da Cader, da DEDH, para esse convencimento. Sabe que estão votando uma coisa que é uma normativa da Universidade, mas é importante tentar fazer esse

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 convencimento por meio de conversas com os coordenadores de pós-graduação, para ajudar a implementar a política. São muitos modelos, muitos formatos; por exemplo, no Programa de Pós-Graduação em Linguística, simplesmente fazem a alternância da concessão de bolsas. Então, tem uma lista da livre concorrência, a lista de política de ações afirmativas e vão alternando a concessão de bolsas até o término. Não há uma pontuação, por exemplo, diferente para conceder bolsa. Isso é um modo de fazer, há vários outros, e muito talvez da desconsideração dessas questões seja implementação mesmo prática e um receio de um tipo de injustiça que possa acontecer. Por isso acha que valeria a pena uma conversa desses programas com a Diretora Executiva de Direitos Humanos, trazer os colegas já envolvidos com essa discussão há algum tempo, tanto da Cader quanto da Cavu. Reforça o que disseram os representantes discentes, este é um momento histórico para a Universidade, e como colocou o professor Petrilson, não tem o menor sentido que exista um conjunto de políticas para todas as outras coisas que estão fazendo na Universidade e não tenha para a pós-graduação. Alguns consideram que essa política é tímida, mas acha que não, porque estão com um texto que fala de 25%, visando chegar a 37%, o que vai requerer uma luta de convencimento e de comunicação, como mencionou a professora Rachel, para que as pessoas compreendam que podem fazer isso, pois muitas não sabem que existem essas possibilidades de acesso. Está muito contente também, pois, como disse o professor Fernando Coelho, é muito ruim quando se está sozinho; a proporção de docentes negros nas unidades é muito pequena, e espera que não sejam tímidos na proposta para docentes, já pensando na próxima batalha. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que nos artigos 3º e 4º tratam de avaliação; o artigo 3º menciona "bem como a avaliação anual do seu desempenho, de forma a subsidiar seu aperfeiçoamento", e o artigo 4º estabelece que "fica determinada a avaliação periódica da implementação de políticas de ações afirmativas". Acha que há uma redundância aí, seria melhor ficar um pouco mais claro, talvez ter um artigo específico sobre a avaliação periódica e outro sobre a implantação da política. Parabeniza especialmente a professora Rachel, que foi designada pelo Reitor Tadeu Jorge em 2016 para coordenar três audiências públicas que foram muito importantes para o convencimento de uma boa parte da comunidade para a implantação das cotas étnico-raciais na graduação. Então não é de hoje que a professora Rachel está à frente liderando esse processo de uma maneira muito sagaz, e com muita efetividade também, conquistando aos poucos, mas de uma maneira segura. Vai se permitir fazer uma fala um pouco mais dura com relação aos programas que estão distantes dessa política, fazendo coro aos colegas que mencionaram aqueles seis programas que sequer responderam ao questionário, e aos 13 programas que negaram a implementação das cotas sob argumentos que não poderiam ser aceitos na universidade pública. Por exemplo, o entendimento de que "políticas de ação afirmativa produzem um privilegiamento de segmentos sociais, que vai contra uma ideia de sociedade democrática, baseada na igualdade de direitos". Essas pessoas deveriam ler a decisão do Supremo Tribunal Federal de 2012 sobre as cotas étnico-raciais para os cursos de graduação, onde consta muita coisa sobre o que, afinal de contas, é uma sociedade democrática, que é baseada na igualdade de direitos, só que os menos iguais precisam ser, sim, alvo de ações

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

afirmativas. Isso lhe parece muito preocupante, porque mostra que não se trata de haver diversidade na Unicamp, mas que existem pessoas malformadas que estão dirigindo programas de pós-graduação. Essa política será aprovada aqui, mas existe um certo silêncio sobre quando isso afeta diretamente os programas de pós-graduação ou as pesquisas. Isso levanta questões que não são ditas publicamente, infelizmente, porque o debate público é importante. É claro que cada área tem as suas peculiaridades, mas não podem ficar satisfeitos com um segundo grupo de argumentos que menciona critérios acadêmicos incompatíveis com tais ações por terem processos seletivos específicos e personalizados. Lamenta, mas isso lhe cheira a endogamia, que é um problema sério nos programas de pós-graduação, é um problema sério nas universidades, também nas universidades públicas. Acha que os programas que estão apresentando esses argumentos para não fazer parte da política de ação afirmativa na pósgraduação precisam rever os seus conceitos, sair da sua zona de conforto e rever os seus procedimentos de avaliação. Não podem pensar só nos programas que estão fazendo as suas políticas de ação afirmativa, mas também nos programas que não estão fazendo, verificar quais dados podem obter dos programas que não estão fazendo para que possam perceber se a graduação está dando conta ou não. Que possam perceber se esses programas não são hegemonizados por pessoas brancas e provavelmente, aqui é uma suposição, hegemonizados por pessoas que foram orientadas de iniciação científica. Então considera muito importante que possam fazer essa reflexão, e pede aos diretores e diretoras das unidades que porventura ainda não perceberam essa necessidade urgente, premente, que a fala do conselheiro Rafael, que iniciou esse debate, colocou muito bem, que façam uma reflexão nas suas unidades para que possam aperfeiçoar os seus programas de pós-graduação e fazer parte dessa política que acha que é extremamente benfazeja. Possuem 20 anos de políticas de cotas na graduação, nas universidades federais, certamente estão formando muito bem as pessoas negras, as pessoas indígenas, e talvez haja um problema de captação de quadros para os programas de pósgraduação. Então acha que precisam fazer essa reflexão também nesse momento festivo de aprovação dessa política, mas que pode avançar e muito. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que participa desde 2003 desta Casa. Esteve presente representando os servidores e servidoras desta Universidade nas discussões sobre cotas e considera muito importante esta votação de hoje. Parabeniza o GT e a gestão pelas discussões sobre cotas e inclusão. O Grupo Apesar sempre teve demandas e pautas sobre cotas, inclusão e também acessibilidade. Suas pautas estão registradas em boletins. Sobre acessibilidade, sugere que as reuniões do Consu e instâncias que são transmitidas ao vivo tenham a presença de um profissional especializado em Libras, para que os espectadores possam acompanhar as discussões desta Casa. Em seguida, parabeniza a gestão por ter assumido a retomada de um evento importante, integrador dos profissionais das três universidades estaduais paulistas, o Congresso de Profissionais das Universidades Públicas Estaduais Paulistas - Compuesp. O professor Antonio José, enquanto esteve na presidência do Cruesp, designou por portaria oficial uma comissão organizadora. E pelas informações da Educorp, órgão base do evento aqui na Unicamp, ele acontecerá ainda este ano. O Conselheiro ARLINDO ALEMÃO GREGÓRIO

parabeniza a professora Rachel mais uma vez e diz que vai trazer um pouco da história, o que 1 é importante quando discutem cotas. É a prova viva de toda essa política de assistência e 2 permanência ligada à inclusão. Quando chegou em 2019 na Unicamp, teve dificuldade com a 3 disciplina Cálculo 1 e foi buscar ajuda para além dos PED e PAD, e muitos dos que o ajudaram 4 eram parentes da Colômbia. Quis saber deles por que eram tão bons em Cálculo, em 5 Matemática, e um deles explicou que há 80 anos já havia políticas de cotas consolidadas na 6 Colômbia. Então, se existem hoje no Brasil estudantes vindo da Colômbia com uma bagagem 7 boa de Cálculo, isso significa que estão neste espaço caminhando para isso. Espera que daqui a 8 9 20 anos também possam ter indígenas recebendo outros indígenas com uma capacidade enorme de contribuir com o Cálculo 1, que foi a sua maior dificuldade. Atualmente está representando 10 os 72 mil estudantes indígenas presentes hoje na educação superior no Brasil, fazendo esse 11 diálogo junto ao MEC. Nesse sentido, as políticas de assistência e permanência têm dados não 12 muito realistas; cobraram isso do MEC, que informou que quem poderia fornecer esses dados 13 atualizados sobre o contexto da educação superior, incluindo a pós-graduação, seria o Fórum 14 Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace. No entanto, 15 foram procurá-los e eles disseram que era o MEC quem teria as informações. Portanto, 16 precisariam ter pessoas lá que entendessem um pouco desse contexto, dessa realidade, e 17 propuseram para o Fonaprace o comitê de acompanhamento de implementação dessas políticas. 18 Hoje há cinco estudantes indicados por eles, criaram uma rede de estudantes indígenas no Brasil 19 inteiro e fazem esse acompanhamento cobrando da Fonaprace. Foram ao MEC, e o MEC 20 também não tinha essas informações; cobraram do MEC a comissão de acompanhamento na 21 reformulação de implementação da portaria 389, que é da bolsa permanência. Mencionando o 22 que o professor Wagner comentou sobre o artigo 4º, sobre a determinação da avaliação 23 periódica da implementação, diz que talvez essa avaliação seja também composta por 24 estudantes, tanto estudantes que vão trazer uma realidade, a sua ótica, a partir dessa experiência 25 para poderem contribuir de fato. Acredita que hoje, com o acúmulo de debate, tenham 26 capacidade técnica também de discutir como formular, implementar essas políticas. E de pensar 27 em como podem atuar em outras populações; por exemplo, seu sonho é ter um estudante 28 quilombola a seu lado. Ainda há muito a caminhar para que isso aconteça, mas observa que o 29 modelo que mais contempla hoje os povos indígenas dentro da graduação é realmente o modelo 30 aqui da Unicamp. Como disse aqui a professora Glaucia, e ficou muito feliz, talvez a Unicamp 31 seja a universidade que o Brasil precisa. Nesse sentido, queria que tivessem a sensibilidade de 32 pensar que todos podem contribuir para consolidarem esse projeto humanitário, para além de 33 simplesmente falar de política, de inclusão, de reparação, com o que não concorda muito. No 34 seu ponto de vista, deveria ser política do bem viver. E a partir disso, estando nesses espaços 35 de formulação, acompanhando tudo isso, conseguem também acumular informações técnicas 36 para estar discutindo posteriormente em outras áreas. Hoje, como representante dos estudantes 37 indígenas, com base no resultado das políticas de cotas, das políticas de ações afirmativas, 38 defende a implantação dos vestibulares específicos no Brasil todo. Cobram isso do MEC, mas 39 com modelo parecido com o da Unicamp. Isso significa que estão em um espaço sensível, que 40

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 pode contribuir muito com a sociedade brasileira, falando dos povos minoritários que sempre foram colocados nas periferias de debate, em todos os sentidos. E quem porventura ainda pensar em votar contra, deve refletir que os povos indígenas ainda são adolescentes na universidade. Seu avô dizia que estavam indo para a universidade porque não há mais caça para caçar, não há mais peixe para pescar, está tudo destruído, tudo poluído. Precisam aprender a viver agora como os não indígenas, então a necessidade de estar na universidade hoje é exatamente para tentar entender outras formas de viver e de certa forma dar continuidade aos povos indígenas a partir daqui, pois também vão se fazer entender nos espaços em que estiverem. Solicita que todos votem a favor desse lindo projeto. O Conselheiro RAFAEL DE JESUS SOUDRE diz que vai falar um pouco sobre a questão dos programas que, em nome da autonomia universitária e de outras argumentações, ainda não implementaram o programa, além dos que já implementaram mas não conseguiram chegar nem perto dos 25%, que é o que está sendo proposto. Acha muito interessante essa expressão que está sendo usada, essa tal autonomia universitária, como forma de barrar o debate que entendem muito bem. E quando falam sobre autonomia, isso o remete muito à democracia, e a um momento de tanta efervescência da autonomia universitária, da democracia dentro da Universidade, como foi o processo de greves que gerou a implementação das cotas na graduação em 2016. Acha muito importante tentarem entender o que significa essa tal autonomia universitária, para além de um sentido abstrato, e tentar implementar de verdade uma real autonomia universitária. Precisam convocar de verdade os estudantes a se reunirem nos seus coletivos, nas suas respectivas unidades, A Voz do Morro na Feagri, o Simone Maia no IB, o NCN se iniciando no IFCH, o qual compõe, o Ubuntu na FCM, e cada um desse desses coletivos conseguiu opinar nesse processo de implementação das cotas na pós-graduação, e não só da pós-graduação, das demais implementação de cotas. O processo da autonomia universitária e incisivamente da democracia dentro da Universidade precisa se dar a partir da construção desses coletivos. Parabeniza a Feagri pelo espaço físico que cedeu ao seu coletivo, e acha que se os conselheiros pretendem votar a favor das cotas na pós-graduação, poderiam pensar em ceder em suas unidades um espaço físico para o movimento negro, pois é ele que vai conseguir dar opinião sobre como vão ser implementadas essas cotas dentro das unidades. Se a unidade tem dúvida de como identificar quem é negro, quem não é negro, como faz o processo da banca, ela pode entrar em contato com a Cader, que já realiza esse processo anualmente. A unidade pode também entrar em contato com o movimento negro, com o movimento estudantil, que acompanha esse processo. Às vezes falam de uma forma como se o estudante tivesse o papel de ele mesmo se organizar, ir atrás de tudo, lutar por si mesmo, mas pergunta como vai se reunir se não há um espaço físico. A Feagri vem tendo uma experiência muito grandiosa, onde os estudantes negros sabem onde buscar ajuda e onde se organizar. Então, pergunta por que não implementar locais físicos em todas as unidades para o movimento negro. É importante entender que todos os espaços nesta Universidade foram construídos por um perfil que não é o dos estudantes negros, então pergunta por que não implementar espaços que são construídos para seu perfil também e a partir disso conseguir elevar o debate a outro nível. Quando conseguem levar o debate a outro nível, não surgem dúvidas de como identificar uma pessoa

negra ou não, porque esse debate já está pautado diariamente pelo movimento negro. Portanto, 1 não só convoca a comunidade docente que está votando aqui, mas também a comunidade 2 discente a se reunir com seus. Há pessoas assistindo a esta reunião, pessoas que vão assistir 3 futuramente e que saberão que existe um coletivo negro que está se organizando em sua 4 unidade, ou que existe um coletivo do movimento estudantil onde se informar e ver como se dá 5 essa luta. Essa luta não saiu das quatro paredes desta Universidade, mas de cada coletivo; o 6 IFCH foi a primeira unidade a conseguir implementar, em 2015, e desde então só conseguiram 7 avançar nesse processo porque houve um acúmulo do movimento negro e do movimento 8 estudantil. Então, precisam valorizar esses espaços de conversa e espaços físicos também. A 9 existência do DCE foi muito importante como espaço físico, a existência da sala da Feagri para 10 A Voz do Morro agora vai ser muito importante e futuramente espera que a existência de uma 11 sala para NCN no IFCH e nas demais unidades para seus respectivos coletivos. Todos sabem 12 como é importante ter uma sala para se reunir, conversar e, a partir daí, avançar a política, 13 conseguir avançar o debate e conseguir implementar da melhor forma possível. O que todos 14 aqui desejam é muito simples, é avançar o processo de construção científica e de pesquisa do 15 país. E isso só é possível quando sabem quem são as pessoas que vão produzir essa pesquisa e 16 quando decidem se vão mudar a realidade dessas pessoas ou não. Convoca todos a conhecer e 17 se importar com os coletivos e além de tudo ceder esses espaços físicos para pautarem uma luta 18 de verdade. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que a fala do conselheiro Rafael 19 ilustra o quanto esta questão é importante, e o quanto ela ainda tem de caminhar para dar conta 20 das diferenças, do que estão chamando de inclusão das diversidades, dos vários segmentos aqui. 21 Acha que é tudo na base da negociação, a ideia é conversar. Não sabe se ele quis dizer isso, 22 estava achando que não ia discordar do conselheiro Rafael hoje em nenhum momento, porque 23 concordaram muito antes, mas ele falou que que autonomia é algo que serve para barrar. Não 24 concorda que autonomia seja para isso. O Conselheiro RAFAEL DE JESUS SOUDRE diz que 25 o que quis dizer foi que as unidades que se negaram a colocar as cotas utilizaram o argumento 26 da autonomia universitária como um processo de barrar, e não que a autonomia é para barrar. 27 A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que entendeu, seria uma coisa de utilizar mal 28 utilizado. Acha que hoje conseguem fazer um processo muito mais aperfeiçoado, porque talvez 29 mais organizado, sabem o que fazer. Talvez naquele momento anterior soubessem menos; 30 talvez não saibam tudo ainda, mas hoje sabem mais para dar conta dessa inclusão, desse debate 31 interno que não vem sendo feito, segundo a fala do conselheiro Rafael. Os professores Wagner 32 e Anna fizeram observações sobre as dificuldades ainda de terem todos os programas dentro 33 dessa mesma equação que estão apresentando aqui e das dificuldades que o professor Wagner 34 comentou de conviver com essas diferenças na Instituição, que deveriam dar conta de outra 35 forma. Observa que tudo isso é um processo, e vão aprendendo que só conseguem mudar uma 36 Instituição com alguma solidez se fizerem isso direito, devagar e com muita conversa. Dá muito 37 trabalho fazer isso, mas não adianta fazer mudanças repentinas que se tornam esporádicas, 38 porque vem o contramovimento, e não desejam isso. Desejam, de fato, um processo mais sólido 39 na direção dessa cultura que equacione as diferenças, as desigualdades, e haja uma política de 40

inclusão razoável. É o Consu que vai julgar, mas no seu modo de ver estão no caminho certo, a 1 política que o GT apresenta está no caminho correto de fazer isso com alguma solidez. E vão 2 conversando nas congregações; essa questão não pode sumir da CCPG, só porque o Consu 3 delibera. Não vão deixar de falar sobre cotas na CCPG, e as unidades que têm programas que 4 ainda não as adotaram estão lá, então essa é uma constante à qual procuram dar 5 equacionamento. E sobre as sugestões de mudança de texto, no caso que a professora Anna 6 mencionou, sobre o artigo 1º, acha que faz todo o sentido trocar o "ou" por uma vírgula. No 7 artigo 2°, que o professor Petrilson citou, acha que caberia um ponto final depois de "25% do 8 9 total de vagas disponibilizadas". Seria uma questão de colocar ponto e reescrever, sem retirar. No caso da observação do professor Wagner, não é o caso de repetir; o que dizem é que, no 10 artigo 3°, cabe à PRPG promover anualmente não só o apoio, mas promover anualmente a 11 avaliação desses programas. E no artigo 4°, é definido que é o Consu que fará isso, é a 12 Universidade que vai fazer a avaliação periódica. Talvez não esteja claro, mas não é uma 13 repetição de tarefas. Pode ser daqui a dois anos, cinco anos ou dez anos, se ela quiser; não sabe 14 se alguém sugerirá uma redação mais clara, mas essa é a ideia aqui, uma é a PRPG e outra é o 15 Consu. Poderia ser: "Fica determinada a avaliação periódica pelo Conselho Universitário da 16 implementação dessa política". A Conselheira AASHA HAFA MACÊDO FERREIRA diz que 17 é integrante do DCE e do Núcleo de Consciência Trans. Hoje foi um dia muito importante para 18 a Unicamp refletir sobre as formas de ingresso para a juventude, sobre como vão conseguir 19 garantir que os estudantes entrem nesta Universidade. A representação discente tem de trazer 20 as reflexões que esses estudantes tiveram para conseguir entender o que querem desta 21 Universidade. Inclusive, não só entender o que foi pautado pelo pessoal da pós-graduação, mas 22 pelo pessoal da graduação, que vai ser futuramente aspirante à pós-graduação. E nesse sentido, 23 acha que podem resgatar a eleição do DCE, que aconteceu no final do semestre passado, e que 24 conseguiu mobilizar votos de mais de dois mil estudantes que, mesmo tendo prova, trabalho 25 final para entregar, decidiram debater o conjunto da Universidade, a sua representação, e foi 26 eleita uma chapa que tinha o mote de pintar a Universidade de povo. Acha que a discussão que 27 estão fazendo aqui é exatamente essa, e veem essa expressão nesta representação discente, 28 como é o caso do conselheiro Rafael Jesus, que trouxe vários pontos importantes para a 29 discussão, representando o Núcleo de Consciência Negra. Também há o exemplo do 30 conselheiro Arlindo, que é um companheiro que representa o Coletivo dos Acadêmicos 31 Indígenas, e a sua presença representando o Núcleo de Consciência Trans, mostrando que são 32 esses coletivos que devem ocupar a Unicamp. Evidentemente, é um momento de vitória, um 33 momento de comemorar as conquistas, mas também de entender que a insuficiência dessa 34 proposta é apontada pelo próprio programa. O artigo 1º da deliberação define que "Cabe aos 35 Programas de Pós-Graduação da Unicamp avaliar o atendimento, por meio de políticas de ações 36 afirmativas em modalidade de cotas, a outros grupos sociais que não apresentem condições de 37 competir em condições de igualdade nos processos seletivos, devido a processos históricos e 38 culturais de desigualdade e marginalização, devidamente justificado e documentado no 39 processo". Pergunta o que isso diz sobre a população de PCDs, o que isso diz sobre o seu caso, 40

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 sendo integrante da população transvestigênere. Justamente essa população que muitas vezes se vê expulsa de casa porque não consegue receber apoio da família no processo de transição; que muitas vezes não consegue emprego nos espaços formais e várias vezes é colocada para fazer trabalho sexual, extremamente precarizado. São essas pessoas que têm três vezes mais chances de tirar a própria vida e que até na hora de ir para um banheiro sofre violência, como foi o seu caso. Na UPA, entrou no banheiro feminino e os seguranças foram chamados, portanto nem no banheiro pode ter um espaço de tranquilidade. Não podem demorar para aprovar também as cotas trans na Universidade e outras modalidades de cotas que já estão sendo debatidas, lembrando que esse processo foi demorado para as cotas étnico-raciais. Devem olhar o caso do IFCH e entendê-lo inclusive como uma crítica pelo fato de a Universidade ter demorado oito anos para colocar isso a nível geral. Oito anos de população negra sofrendo nos massacres, como o conselheiro Rafael Jesus colocou, oito anos da população negra em subemprego. Pergunta se é isso que vão fazer com a população trans, com os PCDs. Essa discussão vem sendo tratada nos parlamentos, estão vendo historicamente a comissão LGBTQIA+ sendo implantada na Câmara dos Deputados, vendo pessoas como a deputada Erika Hilton propondo um projeto de cota trans para as universidades federais. Como o caso da deputada Carolina Iara na Alesp, também fazendo o mesmo tipo de proposta, inclusive para as universidades estaduais, então o que resta para a Unicamp, como universidade que deve representar o que há de mais avançado e progressista para a sociedade, ou ao menos assim espera que seja, é aprovar essas cotas. Pergunta se já não bastam as duas paralisações que aconteceram no ano passado e que levantaram como bandeira as cotas trans na Unicamp, se não bastam as atividades do Núcleo de Consciência Trans, que são organizadas desde o ano passado. Precisam debater isso, para que essa discussão não seja só passada em um Consu próximo, porque o quanto antes melhor, mas também para que façam uma grande mobilização nos cursos, negociando com as unidades, como muito bem a professora Rachel colocou, para que tenham esse programa de cotas étnico-raciais aplicadas, assim como as cotas trans. A questão da autonomia é uma discussão muito importante, e sabem que ela é uma conquista política de ações progressistas contra regimes autoritários que querem intervir nas universidades, como viram recentemente no governo Bolsonaro. Mas devem exatamente pensar no que o conselheiro Rafael Jesus colocou, que muitas vezes essa autonomia universitária é utilizada para setores que estão querendo se encastelar nos seus espaços e não ouvir a demanda que é aprovada coletivamente pelo conjunto da Universidade. E se isso for acontecer em qualquer unidade, esse programa que foi aprovado como indicativo para os cursos de pós-graduação não vai ser mais um indicativo, vai ser obrigação. Porque se ele vai ser aprovado por bem ou por mal, isso vão saber pela mobilização desses movimentos negros. E eles vão conseguir garantir que a Universidade tenha em todos os cursos a população preta, a população pobre, indígena, trans, PCD, ocupando-a e pintando-a de povo. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LOPEZ agradece à professora Rachel por trazer esse assunto, e acredita que, na sua visão de universidade, precisam incorporar todos os setores, todos os recortes sociais, porque ela tem como missão fornecer ao país os profissionais que ele precisa em todas as atividades, seja na

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40

indústria, seja na formação, seja para atividades de todos os níveis de capacitação. E não ter alguns recortes na pós-graduação inviabiliza essa lógica, porque remove esses recortes de um espaço necessário para eles se constituírem em liderança, seja na indústria, seja como futuros professores universitários. Reconhece que existe uma iniquidade, por vários motivos, de diferentes fatias da sociedade, e pensa que talvez o que poderiam aproveitar, e certamente a Reitoria está de olho nisso, é a experiência que se teve na introdução das diversas ações afirmativas no campo da graduação, de qual foi o efeito disso longitudinalmente no presente. Acredita que essa falta de informação que a professora Rachel citou é muito perigosa, mas talvez localmente possa ser superada com informações que coletem através do efeito dessas ações afirmativas no campo da graduação. Em relação às unidades que se manifestaram e aquelas que não se manifestaram, diz que gostaria de estar dentro do rol de professores que teria a possibilidade de atuar para reverter esse quadro. Não se encontra nesse rol de unidades que avançaram, por diversos motivos, não está apontando falhas. Acredita que poderiam tentar compartilhar a informação que o GT coletou com os docentes, independentemente do campo interno das unidades. Ela, por exemplo, gostaria de fazer parte dessas iniciativas, muito a atrai tentar incluir setores que não estão na Universidade, e sem os quais a sociedade não terá nas suas lideranças esses setores, o que acredita que é um despropósito para o fim máximo da Universidade. Então sugere que o GT amplie esse alcance, as ações que serão feitas, para todos os docentes da Universidade, principalmente para aqueles programas que não estão listados ali. Para encerrar, gostaria de ouvir o que poderia ser feito para que houvesse uma capilaridade maior da sociedade, após a aprovação desta proposta de hoje, para haver um chamamento efetivo no nível pós-graduação. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI solicita a palavra à professora Silvia Gatti, da ADunicamp. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que esta é uma discussão muito boa e muito importante, porque ela toca a muitos deles no seu significado. Cumprimenta a Reitoria pela proposição e o Consu, antecipadamente, pela votação positiva. Também gostaria muito, assim como o conselheiro Arlindo mencionou, que tivessem uma unanimidade aqui hoje. Cumprimenta a professora Rachel, incansável na sua luta nesse assunto, e espera que em breve todos os programas de pós-graduação da Unicamp estejam inseridos dentro desse processo e que sirvam de modelo para outras universidades públicas e até mesmo universidades não públicas em seus cursos de pós-graduação, pois há muita pósgraduação no sistema privado, com valor e com qualidade. Por isso considera que essa colocação da professora Verónica é muito importante, divulgar internamente, mas a Unicamp divulgar externamente a aprovação dessa proposta é também muito importante, para que a sociedade a olhar como um lugar que traz a diversidade para o seu interior. No seu conceito, a diversidade traz crescimento humanitário, precisam disso, e é missão da Universidade ensinar isso, em um mundo hoje tão cheio de coisas feias decorrentes de um conjunto de pessoas horríveis, desumanas, que destratam as pessoas, principalmente os jovens negros. Então o seu pedido é que façam uma grande propaganda desse processo, levem essa informação para outros jovens, e até dentro do perfil de todo o Brasil a que acabaram de se referir na questão do vestibular, pergunta por que não trazer pessoas para essas vagas de todo o Brasil ou mesmo de

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

toda América do Sul. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA reitera os cumprimentos e agradecimentos ao GT por esse trabalho tão importante que foi feito. Cumprimenta a professora Rachel, e na pessoa dela todas as demais que colaboraram, estudantes, docentes. É uma honra participar de uma reunião como esta. A Faculdade de Educação já tem há algum tempo o sistema de cotas, lá existem cotas para candidatos autodeclarados com deficiência, indígenas, negros e também trans. E esperam poder também ampliar cada vez mais essa proposta. Muita coisa importante já foi dita, mas observa que esta é uma conquista do movimento negro, dos estudantes, de todos os que lutaram por isso, mas também é uma conquista da Universidade. Porque se pensarem que a universidade pública tem por obrigação e compromisso responder aos problemas mais prementes da sociedade, sociedade essa que a financia, inclusive, ter aqui estudantes e pesquisadores negros, indígenas, com deficiência e trans faz com que ela atenda melhor a esse compromisso. Sabem que muitos temas, problemas da sociedade passam despercebidos ou então são vistos como menos importantes, porque são bastante condicionados ainda pela ideologia do branqueamento, que muitas vezes determina a sua acuidade visual, metaforicamente. Então acha que a Universidade vai ganhar muito, vai ganhar tanto mais quanto mais ela ampliar a diversidade de pessoas atuando, estudando e trabalhando aqui dentro. Então esse é um primeiro ponto, a relação dialética dessa contribuição recíproca entre os que estudam e aqueles que ensinam. Um exemplo que poderia citar disso é a referência feita pelo conselheiro Arlindo ao bem viver, uma filosofia dos povos latino-americanos originários que tem a ver com a ideia de que é preciso superar a concepção antropocêntrica que coloca o ser humano como sendo o senhor, o dominador da natureza e busca substituir essa concepção por uma outra em que a vida no planeta seria mais articulada, mais harmoniosa entre todos os seres vivos. E que procura questionar a ideia de desenvolvimento, como ela está sendo colocada hoje, que vai seguramente levá-los ao esgotamento e talvez até a uma aniquilação, se não houver alguma iniciativa de contenção. Essa filosofia do bem viver foi incluída na Constituição do Equador e também da Bolívia, então pela primeira vez na história da humanidade existe essa iniciativa. Então valeria a pena estudar isso, e se tivessem aqui mais pessoas comprometidas com esse tipo de mentalidade, de filosofia, teriam condições de fazer esse estudo com mais rigor. Então, só para dar um exemplo de como essa relação pode ser recíproca. Outra observação é que o professor Petrilson fez uma listagem de iniciativas que a Universidade vem tomando na questão das políticas de ação afirmativa, muito bem notadas por ele, e aproveita para dizer que acha que falta um passo ainda para a Unicamp dar, que é olhar um pouco para o resultado que podem produzir fora da Universidade. Aquela discussão que vinham fazendo em relação às licenciaturas poderia ser também uma linha de atuação nessa mesma direção. Porque se tiverem aqui futuros professores mais conscientes e mais comprometidos com a defesa de uma outra maneira de se perceber as relações étnico-raciais, e se isso for levado para as escolas, podem também dar uma contribuição importante na superação do racismo institucional, do racismo estrutural que ainda perdura na sociedade brasileira e que foi tocado aqui sob diversas formas, em várias falas anteriores. Acha que falta para a Unicamp dar esse passo, pois é importante que pensem

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

internamente, mas podem fazer mais. Podem contribuir também tendo professores mais bem preparados para discutir essas questões das relações étnico-raciais nas escolas, o que vai favorecer a política de inclusão desses futuros alunos que entrarão na Universidade. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que as últimas colocações foram quase todas na mesma direção. Agradece à professora Silvia pela presença, lembrando que elas foram parceiras dessa discussão na graduação. Então, de fato, o significado é ampliado, de estar presente, discutir, mas destaca que esse foi o GT para tratar de cotas étnico-raciais. Procuraram, além dessa questão, equacionar algo que também reconhecem, uma questão importante que a conselheira Aasha mencionou, que é dos muitos segmentos que também são marginalizados e que tiveram seus processos de emancipação muito ceifados pela própria sociedade conservadora brasileira, que todos sabem que ela é. Procuram dar conta disso exatamente no artigo 1°, parágrafo 1°, quando afirmam que cabe aos programas avaliar o atendimento por meio de políticas de ação afirmativa a outros grupos sociais que não apresentem condições de competição em igualdade por processos culturais, históricos, de marginalização. São todos os outros grupos que reconhecem que existem, que não eram parte desse tema das cotas étnicoraciais, que tem uma outra história por trás, de séculos de escravidão, tem a ideia da política de reparação, tem ideia do processo histórico de emancipação desse segmento grande da sociedade, mas não quiseram fechar os olhos para isso. E acha que a mudança institucional tem duas vias para acontecer, é pela base e pelo alto; esses segmentos agora têm de começar a construir essa demanda. Pelo alto, está aqui, o artigo 1°, parágrafo 1°, dizendo que os programas de pós-graduação podem fazer isso, cabe a eles reconhecer essa necessidade. Pela base é exatamente a demanda que tem de aparecer desses segmentos, dentro da Universidade. É claro, o professor Renê tem toda razão, o movimento estudantil foi muito importante para dar conta dessas questões, mas para a Universidade também é importante essa mudança. Isso é que está chamando de movimento de duas vias, pela base e pelo alto. Os alunos têm toda a importância nisso, mas eles têm de aparecer com uma demanda clara para que a Universidade se transforme, não dá para colocar decreto. Mudanças culturais são institucionais, mas exatamente por serem institucionais elas foram em algum momento culturais. Mudanças culturais só acontecem assim. Acha que cabe pedir espaço para o diretor do IFCH fazer a demanda ou para qualquer outro diretor fazer a demanda da inclusão dos vários segmentos. Isso está posto para a Universidade, e a ideia é que tenham sempre mecanismos para equacionar tudo isso. A votação que virá daqui a pouco vai equacionar uma grande parte dessa demanda e uma grande parte desse problema que de fato é histórico no país e é histórico na Unicamp. Estão equacionando algo importante, e volta para a primeira fala do conselheiro Rafael, para a fala do conselheiro Arlindo, que citou a política do bem viver, foi uma bela fala que ele trouxe aqui, e acha que é isso que estão fazendo nesta votação. Fica feliz de estar presente também para poder votar nesta proposta que todos ajudaram a organizar. O MAGNÍFICO REITOR diz que estão coroando uma primeira etapa daquilo que podem chamar, e sabe que tem polêmica a respeito, de inclusão. Há vários desafios pela frente, mas a sua sensação é que passaram por uma rota que incorpora basicamente todos os principais setores da Universidade. A história é longa, começou lá atrás com o ProFIS,

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 começou com as pontuações nos processos de seleção para graduação de ampla concorrência, teve um momento importante na gestão do professor Tadeu, com a professora Rachel, como foi lembrado pelo professor Wagner, fazendo as audiências. Teve um outro momento importante, no início da gestão do professor Marcelo, onde definiram a questão das cotas na graduação. Houve também na gestão do professor Marcelo a questão dos processos de seleção de funcionários. Já nesta gestão ocorreu a aprovação da norma para a seleção docente, que ainda não foi aplicada porque existe a restrição de vagas. Aproveita para comunicar que foi publicado hoje no Diário Oficial o edital de pós-doutorado com recursos próprios da Universidade, onde está prevista também uma cota para pesquisadores pretos e pardos. E estão agora discutindo a pós-graduação, estão dando esse passo. Chama a atenção que nesse conjunto de iniciativas tiveram de adaptar a política da Universidade ao contexto específico de cada área. É mais fácil desenvolver isso na graduação do que fazer um concurso docente, que é específico de disciplinas, então tiveram de pensar em uma saída para fazer isso. Em alguns casos, quando fazem um concurso geral da Universidade, como é um processo de seleção para entrada na graduação, é algo que se traduz de forma mais fácil, e os concursos de servidores na Universidade são gerais também. Então, há uma facilidade de implementar essa política. Já no concurso docente, existe uma dificuldade, mas de alguma forma acharam uma solução que permite compatibilizar a meta com as dificuldades específicas da seleção de professores. Imagina que entram agora em uma rota para viabilizar isso. Fizeram isso com esse edital de pós-doutorado também. Na pós-graduação, possuem uma diversidade muito maior e uma autonomia dos programas de pós-graduação, que possuem um espaço maior de decisão da sua própria existência. Acha que é esse o aspecto que faz com que necessariamente tenham uma atitude mais cautelosa, mas devem se lembrar que mesmo no vestibular indígena o número de aderentes mudou com o tempo. Hoje há várias unidades que foram aderindo, e colocando duas vagas para inclusão, o que não era realidade no início. Então é essa batalha que possuem. É um momento bastante importante, completam esse ciclo de envolver basicamente todos os grandes segmentos da Universidade. E como já mencionado, esses movimentos têm uma força que vem da comunidade, da pressão da comunidade, mas eles precisam ter uma aderência também das pessoas que dirigem, das pessoas que interferem na gestão da Universidade. Sabem que é uma variedade de pessoas, então há um trabalho de construção disso, até porque acha que uma coisa bastante importante que a professora Rachel mencionou é que essas mudanças, para serem sólidas, têm de ter um efeito na cabeça das pessoas. Não é só institucional, não é só jurídica e legal, é também um movimento que mostre a sua capacidade de convencer aqueles que estão mais relutantes. Acha que já começam bem, o IFCH e a FE foram exemplos que geraram um efeito virtuoso em várias outras unidades. E este passo aqui é a materialização disso, acha que essa é a expectativa que devem ter e a ação que os estudantes, que os docentes e que a própria PRPG na implantação disso devem ter junto às unidades. Acha que isso é um movimento difícil de evitar, felizmente, e que estão aqui concluindo uma etapa que pode realmente viabilizar bem essa primeira etapa da ação. Lembra que isso foi parte dos compromissos que assumiram como proposta de gestão para a Reitoria, em relação a docentes, pós-doutorandos e pós-graduandos

terem uma política de inclusão. Isso tem um impacto grande não só internamente na 1 Universidade, mas pelo peso que a Unicamp tem no país, terá um peso também na formação 2 futura de quadros para a sociedade, que tem um papel importante em ter uma sociedade mais 3 justa. Solicita à professora Rachel que relembre as sugestões de redação que serão consideradas 4 na votação. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que no artigo 1º, onde consta entre 5 parêntesis "pretos, pardos ou indígenas", a sugestão é ficar "pretos, pardos, indígenas". A 6 segunda mudança é no parágrafo 1º do artigo 1º, com a retirada da expressão "em modalidade 7 de cotas"; a terceira mudança é no artigo 2º: após "25% do total de vagas disponibilizadas" 8 9 deve ser colocado um ponto final e começar uma nova frase: "No que respeita às cotas para pretos e pardos, cabe a ampliação do percentual em atendimento às especificidades", e segue 10 até o final. Então só dividiram o parágrafo em duas frases. E no artigo 4º, "Fica determinada a 11 avaliação periódica pelo Conselho Universitário da implementação da política de ações 12 afirmativas da modalidade de cotas". Então, incluíram "pelo Conselho Universitário" após a 13 avaliação periódica, para diferenciar do artigo 3º, que é algo da PRPG, do cotidiano da pró-14 reitoria. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA sugere uma mudança muito 15 simples, desimportante em relação a essas elencadas, apenas para fins estéticos: no parágrafo 16 1º do artigo 1º, a palavra "condições" aparece repetida; acha que a segunda não teria 17 necessidade, poderia ficar, em vez de "condições de competir em condições de igualdade", 18 apenas "condições de competir em igualdade". A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz 19 que realmente foi um equívoco de redação, então acrescentam também essa alteração. O 20 MAGNÍFICO REITOR solicita aos professores Renê e Petrilson que passem por essas normas 21 antes de chegar na reunião e já proponham as correções antecipadamente, porque eles estão 22 fazendo a revisão positiva. Informa ao conselheiro José Leonardo que a votação é aberta, porque 23 conseguem ver todos os votos no aplicativo, portanto não há necessidade de decidirem sobre a 24 votação nominal, como ele havia colocado no início. A Conselheira AASHA HAFA MACÊDO 25 FERREIRA diz que, na verdade, a proposta que o conselheiro José Leonardo colocou não é a 26 questão de ter o seu voto secreto ou não, mas de fazer o voto de forma oral. O MAGNÍFICO 27 REITOR diz que não tem necessidade, porque o sistema de votação permite que vejam como 28 cada conselheiro votou. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é 29 aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência 30 o Expediente dos seguintes assuntos: A – Comissões Permanentes do Conselho Universitário – 31 Indicação de Membros – nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 11 do Regimento Interno do Consu 32 e alínea "c" do art. 3º da Deliberação Consu-A-18/2002 - 01) Proc. nº 01-P-4124/1987, 33 indicações da Bancada Docente para compor a Comissão de Orçamento e Patrimônio, conforme 34 segue: Representação Docente - 1º ano: (a partir de 20.06.23) - Titulares: Prof. Dr. Cesar José 35 Bonjuani Pagan – Feec, Profa. Dra. Marisa Masumi Beppu – FEQ; Suplentes: Profa. Dra. 36 Verónica Andrea González-López – Imecc, Prof. Dr. Rodolfo Jardim de Azevedo – IC. 2º ano: 37 (a partir de 20.06.24) - Titulares: Profa. Dra. Verónica Andrea González-López – Imecc, Prof. 38 Dr. Rodolfo Jardim de Azevedo – IC; Suplentes: Prof. Dr. Cesar José Bonjuani Pagan – Feec, 39 Profa. Dra. Marisa Masumi Beppu – FEQ. 02) Proc. nº 01-P-4125/1987, indicações da Bancada 40

Docente para compor a Comissão de Legislação e Normas, conforme segue: Representação 1 Docente - 1º ano: (a partir de 20.06.23) - Titulares: Prof. Dr. Wagner de Melo Romão – IFCH, 2 Prof. Dr. Luis Fernando Mercier Franco - FEQ; Suplente: Prof. Francisco da Fonseca 3 Rodrigues – Cotuca. 2º ano: (a partir de 20.06.24) - Titulares: Prof. Francisco da Fonseca 4 Rodrigues – Cotuca, Profa. Dra. Muriel de Oliveira Gavira – FCA; Suplente: Prof. Dr. Carlos 5 Miguel Silva Ribeiro – FE. B - Comissão de Planejamento Estratégico Institucional – Indicação 6 de Membros – nos termos do inciso IX do art. 2º da Deliberação Consu-A-15/2001 - 03) Proc. 7 nº 01-P-25640/2001, indicações da Bancada Docente para compor a Comissão de Planejamento 8 9 Estratégico Institucional, conforme segue: Representação Docente - 1º ano: (a partir de 20.06.23) - Titulares: Prof. Dr. Marcelo de Oliveira Terra Cunha – Imecc, Prof. Dr. Rodrigo 10 Goncalves Pagnano – FCM; Suplentes: Prof. Dr. Andre Kaysel Velasco e Cruz – IFCH, Prof. 11 Dr. Andreas Karoly Gombert – FEA. 2° ano: (a partir de 20.06.24) - Titulares: Profa. Dra. Josely 12 Rimoli – FCA, Profa. Rosmari Aparecida Ribeiro – Cotil; Suplentes: Prof. Dr. Pablo Agustin 13 Vargas – FOP, Prof. Dr. Marcelo de Oliveira Terra Cunha – Imecc. C - Comissão de Atividades 14 Interdisciplinares – Indicação de Membros – nos termos do inciso V do art. 2º da Deliberação 15 Consu-A-04/2001 - 04) Proc. nº 01-P-9046/1987, indicações da Bancada Docente para compor 16 a Comissão de Atividades Interdisciplinares, conforme segue: Representação Docente -17 Mandato de 02 anos: (a partir de 20.06.23) – Titulares: Prof. Dr. Nelson Filice de Barros – 18 FCM, Profa. Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora – IFCH, Profa. Dra. Luciane Miranda Guerra 19 - FOP; Suplentes: Profa. Dra. Glaucia Maria Pastore - FEA, Prof. Sandro Dias - Cotil, Prof. 20 Dr. Peter Alexander Bleinroth Schulz - FCA. D - Comissão de Vagas Docentes - Indicação de 21 Membros – nos termos dos incisos IV e V do art. 4º da Deliberação Consu-A-18/2013 - 05) 22 Proc. nº 01-P-3969/1999 - a) Ciência de indicação de membros da Representação dos Diretores, 23 nos termos da Informação CVD-93/23. b) Ciência da indicação da representação da Bancada 24 Docente para compor a Comissão de Vagas Docentes, conforme segue: Representação dos 25 Diretores: Colégios Técnicos - Titular: Prof. Augusto César da Silveira - Cotil - mandato: 26 07.04.23 a 06.04.24; Suplente: Prof. Luiz Seabra Júnior - Cotuca - mandato: 07.04.23 a 27 06.04.24. Área de Ciências Biomédicas - Titular: Prof. Dr. Odilon José Roble – FEF - mandato: 28 26.08.23 a 25.08.24; Suplente: Profa. Dra. Roberta Cunha Matheus Rodrigues - FEnf -29 mandato: 26.08.23 a 25.08.24. Área de Ciências Exatas - Titular: Prof. Dr. Márcio Antonio 30 Cataia – IG - mandato: 09.08.23 a 08.08.24; Suplente: Prof. Dr. Ricardo Miranda Martins – 31 Imecc - mandato: 09.08.23 a 08.08.24. Área de Ciências Humanas, Sociais e Artes - Titular: 32 Profa. Dra. Andréia Galvão - IFCH - mandato: 09.08.23 a 08.08.24; Suplente: Prof. Dr. 33 Fernando Augusto de Almeida Hashimoto – IA - mandato: 09.08.23 a 08.08.24. Área de 34 Ciências da Engenharia - Titular: Prof. Dr. Dirceu Noriler - FEQ - mandato: 09.08.23 a 35 08.08.24; Suplente: Prof. Dr. Marcio Alberto Torsoni – FCA - mandato: 09.08.23 a 08.08.24. 36 Representação Docente: 1º ano: (a partir de 20.06.23) - Titular: Profa. Dra. Joana Fróes 37 Bragança Bastos - FCM; Suplente: Profa. Dra. Simone Appenzeller - FCM. 2º ano: (a partir 38 de 20.06.24) - Titular: Prof. Dr. Daniel Martins de Souza – IB; Suplente: Profa. Dra. Dirce 39 Dianira Pacheco e Zan – FE. E - Conselho Superior do Hospital de Clínicas – Indicação de 40

Membro – nos termos do inciso XII do art. 4º da Deliberação Consu-A-10/2006 - 06) Proc. nº 1 01-P-20619/2003, indicação da Bancada Docente para compor o Conselho Superior do Hospital 2 de Clínicas, conforme segue: Representação Docente - Titular: Prof. Dr. Edison Bueno - FCM 3 (mandato de 20.06.23 a 19.06.25). F -Conselho de Cultura - Concult – Indicação de Membros 4 - nos termos do inciso XXI do art. 10 da Deliberação Consu-A-17/2019 - 07) Proc. nº 01-P-5 4289/2019, indicações da Bancada Docente para compor o Conselho de Cultura, conforme 6 segue: Representação Docente - Titular: Prof. Dr. Noel dos Santos Carvalho - IA (mandato de 7 20.06.23 a 19.06.25); Suplente: Profa. Dra. Rachel Zuanon Dias – IA (mandato de 20.06.23 a 8 9 19.06.25). G - Conselho de Administração da Organização Gestora do Fundo Patrimonial da Unicamp – Indicação de Membro – nos termos do item 2 do § 1º do art. 4º da Deliberação 10 Consu-A-29/2019 - 08) Proc. nº 01-P-8679/2019, indicação da Bancada Docente para compor 11 o Conselho de Administração da Organização Gestora do Fundo Patrimonial da Unicamp, 12 conforme segue: Representação Docente - Titular: Prof. Dr. Francisco Hideo Aoki – FCM 13 (mandato de 20.06.23 a 19.06.25). H – Comissão Especial de Contagem de Tempo – Indicação 14 de Membros – Deliberação Consu-A-14/2000 - 09) Proc. nº 01-P-17837/2000, indicação da 15 Bancada Docente para compor a Comissão Especial de Contagem de Tempo, conforme segue: 16 Representação Docente - Titulares (a partir de 20.06.23): Profa. Dra. Heloise de Oliveira 17 Pastore Jensen – IQ (Presidente) Prof. Sandro Dias – Cotil, Prof. Dr. André Kaysel Velasco e 18 Cruz – IFCH. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao professor Rafael Dias, 19 representando a Deri. O Professor RAFAEL DE BRITO DIAS agradece em nome da Deri e do 20 professor Osvaldir Taranto, de quem traz os cumprimentos, pela oportunidade de falar um 21 pouco sobre algumas das recentes ações que têm feito para promover a internacionalização da 22 Unicamp. Destaca uma ação mais recente que se desenrolou na semana passada, como algo 23 ilustrativo para relatar para a comunidade um pouco das iniciativas que a Deri vem realizando. 24 Para tanto, precisa contextualizar a tarefa que coube a eles, de conduzir esse esforço de 25 internacionalização em um contexto bastante peculiar, que é o da retomada no cenário pós-26 pandêmico, que vem acompanhado de novos modelos, novos arranjos, novas formas de 27 interação entre pesquisadores, inclusive ferramentas remotas. Mas também, como é de 28 conhecimento de todos aqui, as barreiras à mobilidade de estudantes, funcionários, docentes 29 que verificaram ao longo do período. Vem sendo retomada a mobilidade gradualmente, mas 30 ainda não atingiram os patamares de antes da pandemia. Então, com esse desafio e alinhado 31 também aos objetivos do planejamento estratégico da Unicamp, a Deri desenhou algumas 32 ações. Uma delas, na qual se encaixa esta que vai relatar, está justamente inserida no contexto 33 do projeto estratégico que desenvolveram com apoio da CGU de fortalecimento da imagem da 34 Unicamp no cenário internacional. No âmbito desse projeto, estão realizando uma série de 35 missões ao exterior para retomar e aprofundar contatos, além de ampliar parcerias com 36 instituições com as quais identificam um bom potencial de relacionamento, para ensino, 37 pesquisa, extensão. A primeira dessas missões foi realizada para a Alemanha em setembro de 38 2022, encabeçada pelo professor Antonio José, da qual participaram também diretores de 39 unidades ou diretores associados, como os professores Paulo Cardiere, da Feec, Michel Nicolau, 40

do IFCH, André Freitas, do IB, e Cláudio Tormena, do IQ, além da senhora Angélica Torresin, 1 coordenadora de convênios da Deri. No contexto dessa delegação, uma série de contatos foram 2 estabelecidos, tendo sido visitadas, entre outras, a Universidade Técnica de Munique, a 3 Universidade Livre de Berlim, a Universidade Friedrich Alexander, o Centro Universitário da 4 Baviera para a América Latina e a embaixada brasileira em Berlim, onde houve um encontro 5 com o embaixador Roberto Jaguaribe e também reuniões com pesquisadores brasileiros 6 residentes na Alemanha, representantes da Universidade de Potsdam e da Universidade de 7 Münster. Portanto, foi uma agenda de trabalho bastante intensa dessa delegação que resultou 8 diretamente em uma iniciativa de aproximação com o Centro Universitário da Baviera para a 9 América Latina – Baylat, que culminou na realização desse evento, na semana passada, o 10 seminário sobre diplomacia científica coorganizado por Unicamp e Baylat. Então, nos dias 27 11 e 28 de julho receberam uma delegação de 10 professores da Baviera e uma série de convidados 12 também de instituições alemãs e brasileiras e tiveram a oportunidade de, ao longo desses dois 13 dias com palestras e mesas-redondas, discutir questões relacionadas à cooperação internacional, 14 internacionalização da pesquisa e do ensino e a importância da diplomacia científica para as 15 universidades e para os países nas suas agendas de internacionalização. No primeiro dia de 16 evento, houve 200 pessoas presentes, aproximadamente, o que consideram um público 17 expressivo nesse contexto de retomada. No segundo dia, fizeram uma reunião de articulação 18 entre esses docentes e pesquisadores da Alemanha e colegas da Unicamp e tiveram também a 19 presença de um grupo importante, cerca de 30 docentes da Unicamp que participaram dessas 20 atividades. E identificaram potencial de colaboração interessante em áreas como energias 21 renováveis, estudos sobre sustentabilidade, novos materiais e digitalização na saúde e na 22 indústria. Tiveram também como desdobramento a perspectiva de realizar um novo evento em 23 2025, com participação ampliada, envolvendo também universidades da América Latina. 24 Também discutiram a possibilidade de criar uma cátedra Unicamp-Baviera para intercâmbio de 25 pesquisadores e docentes. Então são desdobramentos ilustrativos para mostrar o potencial desse 26 tipo de ação, e acha que existe um futuro muito interessante nessa parceria que podem explorar 27 a partir daqui. O MAGNÍFICO REITOR reforça que o evento foi realmente impactante, pela 28 participação dos pesquisadores e alunos da Unicamp, direção da Deri, mas também de 29 professores alemães. Um grande número de pessoas, não só de professores, mas também da 30 embaixada, do consulado, com uma participação expressiva e tendo esses desdobramentos. 31 Precisam aproveitar o momento para retomar e estreitar as relações internacionais; há uma 32 disposição também de trazer alunos, de fazer parcerias que possam trazer mais pessoas para cá. 33 Tiveram também a presença do diretor de relações internacionais da Capes, o professor Rui 34 Oppermann, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acrescenta que também 35 fez parte da delegação o professor André Lucci Freitas, ex-diretor do IB, que foi muito 36 importante em manter um espírito muito colaborativo na equipe. O Professor RICARDO 37 DAHAB diz que pediu a palavra para falar sobre a jornada LGPD na Unicamp, desde o seu 38 início, em 2020. Faz isso para dar uma ideia ao Consu do que estão fazendo e para convidar os 39 conselheiros para um fórum da série de fóruns permanentes da Universidade, que vai se realizar 40

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 dia 9 de agosto. Por força do seu cargo na Citic, também é o encarregado de proteção de dados da Universidade. A jornada LGPD na Unicamp se iniciou em 2020, com a criação do Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados, a elaboração da política de privacidade e as primeiras oficinas em grupos formados em todas as unidades para elaboração dos relatórios de impacto à proteção de dados. Para enumerar os processos que lidam com dados pessoais e dados sensíveis em cada unidade e, posteriormente, fazer um tratamento para mitigação de riscos desses dados. Em 2021, foram feitos workshops de sensibilização e oficinas, o início do desenvolvimento pelo Escritório de Dados do sistema Privacidade, que contém todos esses processos que foram enumerados e trabalhados pelos diversos órgãos. Fizeram reuniões para uma aproximação maior, com quase todas as unidades da Unicamp, foi uma atividade que sentiram que era necessária porque houve um certo distanciamento, mas promoveram algumas palestras e workshops também com docentes, somente tratando de problemas mais relacionados a atividades docentes. Depois também na rotina administrativa e iniciaram um aumento acompanhamento maior na área da assistência, que é uma área que lida com muitos dados sensíveis, prontuários etc. Iniciaram um projeto piloto com a DGRH, DAC, Comvest e outros locais da Universidade que recebem muitos dados de pessoas que ingressam na Universidade, em um convênio de cooperação técnica entre a Unicamp e a TI Global, que é uma startup incubada na Unicamp que está praticamente doando um sistema que vão agregar aos sistemas da DAC, da DGRH e outros para fazer a gestão dos dados que adquirem de pessoas que deixam seus dados aqui. Esse sistema vai possibilitar a gestão desses dados internamente e pelos titulares dos dados. Há quatro áreas de atividade em que estão atuando; uma é certamente a área de processos, de mapear todos os processos que lidam com dados sensíveis. Outra é uma área de estruturas, para a qual precisam criar uma nomeação formal do encarregado de proteção de dados, a criação do comitê gestor e a criação dos grupos de trabalhos, isso também foi feito. Uma área de cultura com as pessoas, fazer oficinas, capacitações, treinamentos etc., e ferramentas, um outro ângulo tecnológico. Quando falam da LGPD, precisam tratar de todas essas áreas, porque sem qualquer uma dessas realmente ficam deficientes em aspectos bastante sérios. Os próximos passos são a criação e institucionalização do Escritório de Proteção de Dados Pessoais, que é algo no qual já estão trabalhando com essa denominação, mas ele precisa ser oficialmente criado e vai ser uma espécie de órgão mais executivo da área de LGPD. O comitê gestor vai continuar trabalhando, mas é preciso institucionalizar o Escritório de Dados. Vão realizar o fórum e fazer no dia 10 uma palestra para a área da Saúde, com representantes do Ministério da Saúde. O fórum terá cinco mesas, com um formato de painel, em que primeiro falam da adequação da LGPD nas três universidades estaduais. A segunda mesa é sobre a LGPD e o poder público, com representantes do poder público, como juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo, o controlador geral do Estado de São Paulo, coordenador de ouvidoria do serviço público. A mesa três é sobre a LGPD na área da Saúde, com representantes do Ministério da Saúde e do doutor João Bennini, do Caism, além da Analluza Bolivar Dallari, que é uma pesquisadora especializada nesse tema. Mesa quatro tem como tema LGPD e pesquisa acadêmica, com representantes da Fapesp, do repositório de dados de pesquisa da Unicamp e a

LGPD e a pesquisa em Humanidades do professor Thiago Nicodemo, do IFCH, que é o 1 coordenador do arquivo público do Estado de São Paulo. E finalmente, um pouco de tecnologia 2 na mesa cinco, falando desse sistema que mencionou há pouco, e um representante do Serpro 3 para contar como a jornada está indo lá. A ideia então é fazer um painel em que falam da 4 Unicamp, mas também ouvir de vários outros órgãos. Convida todos a se inscreverem neste 5 fórum, o link está na página dos fóruns, na ProEC. O MAGNÍFICO REITOR reforça que é um 6 grande desafio para a Universidade a questão da proteção de dados. É algo que já está decidido 7 legalmente e ao qual precisam se adaptar, garantindo como Instituição essa proteção. Ressalta 8 9 o convite para que os diretores, os gestores, as bancadas, se não puderem participar diretamente, indiquem, incentivem pessoas das suas unidades para poderem ter uma ação que capilarize na 10 Universidade. Viram que haverá participações importantes no evento. Em seguida, solicita à 11 senhora Lina uma fala breve sobre o desafio de implantar a nova lei de licitação. Haverá um 12 evento com o qual ela está preocupada, porque a Unicamp teve pouca adesão, embora tenha 13 sido a própria Universidade que solicitou a realização desse evento. A Senhora LINA 14 AMARAL NAKATA solicita uma atenção especial dos senhores docentes que são dirigentes. 15 Este evento faz parte de um ciclo de cinco eventos que estão sendo promovidos pelo Tribunal 16 de Contas do Estado de São Paulo, como parte de um convênio de cooperação acadêmica 17 institucional entre a Unicamp e o Tribunal. O Tribunal de Contas programou esses eventos 18 especificamente para as universidades. Por iniciativa da Unicamp, que também trouxe a USP e 19 a Unesp para participar das discussões com relação ao desafio da nova lei. O evento do dia 17 20 foi montado pela equipe do Tribunal de Contas exclusivamente para dirigentes das 21 universidades, o oficio com o convite foi enviado pelo Gabinete do Reitor dia 5 de julho, e o 22 evento é dia 17 o dia todo. Espera-se que a Unicamp leve 60 dirigentes para lá, que é a 23 quantidade de vagas reservada para esse evento. Qualquer dúvida podem ligar para a DGA, 24 também há um e-mail no oficio para confirmação de presença, pois precisam passar essa lista 25 de participantes para o Tribunal de Contas antes do evento e também programar o transporte. 26 O MAGNÍFICO REITOR diz que é um evento convocado pelo Tribunal de Contas do Estado, 27 todos sabem a importância que tem isso no contexto principalmente da nova lei de licitações. 28 Haverá desafios imensos porque precisam fazer todas as compras planejadas e centralizadas, 29 não é uma coisa fácil, e vão precisar envolver todas as unidades da Universidade. O evento será 30 presencial, dia 17 de agosto, a Unicamp motivou a realização do evento, então seria importante 31 a participação. Solicita a todos os diretores de unidades e das várias estruturas da Unicamp a 32 indicação de pessoas., sendo que a previsão é para 60 pessoas e já têm ônibus para o transporte. 33 Precisarão agir realmente como um coletivo, um conjunto de pessoas que vão estar associadas 34 à DGA na tarefa de realizar as compras. Vão enfrentar imensas dificuldades se não agirem de 35 forma coordenada, e para isso é preciso que as pessoas adquiram previamente formação sobre 36 o assunto para entender, inclusive, o desafio que vai ser fazer isso na Universidade. O 37 Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA pergunta se essa fase é para os 38 dirigentes ou envolve também os CTUs. A Senhora LINA AMARAL NAKATA responde que 39 40 primeiro o foco é para dirigentes, e os quatro eventos seguintes são voltados para o público

administrativo, CTUs, gerentes de compras e pessoas diretamente ligadas à atividade. O 1 MAGNÍFICO REITOR diz que então esse primeiro evento é destinado a diretores, diretores 2 associados e outras pessoas que tenham um posto de hierarquia importante na unidade, então 3 acha que vale a pena encaminhar novamente o convite. O professor Petrilson estava querendo 4 saber a data do evento da LGPD, e informa que será no dia 9 de agosto, no Centro de 5 Convenções. Em seguida, passa a palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro ANDRÉ 6 KAYSEL VELASCO E CRUZ registra um agradecimento que tem relação com o tema da sua 7 fala. Agradece a generosa e atenciosa acolhida da equipe da Secretaria Geral, sob a direção da 8 9 doutora Ângela Bignami, na figura da senhora Tânia Fonseca, funcionária que o ajudou hoje o dia todo com as votações e também com o seu cão guia. A senhora Tânia tem experiência como 10 educadora, tendo já trabalhado com deficientes visuais, e isso se notabilizou no seu excelente 11 trabalho no dia de hoje. Essa menção, para além de um agradecimento em relação à maneira 12 pela qual foi recebido hoje aqui, tem uma razão de ser a mais, que se relaciona com um tema 13 que dominou grande parte da agenda de hoje, começando pela questão da nova modalidade de 14 ingresso e culminando na aprovação das cotas na pós-graduação, que perpassou várias 15 intervenções, que é a diversidade na Universidade e a situação de grupos que, por diferentes 16 razões históricas, sociais, culturais etc., foram historicamente marginalizados do espaço 17 universitário, entre outros espaços da vida social. Nesse sentido, se reconhece na intervenção 18 do professor Fernando Coelho, por razões distintas das dele e do professor Noel Carvalho. Sabe, 19 por outros motivos, o que é ser único e o desconforto que isso gera. Não é o primeiro cego a ser 20 docente da Unicamp, houve outros antes dele, mas sabe, pela própria DGRH, que é o primeiro 21 a ser contratado como tal, em março de 2017. Houve pessoas que ficaram cegas durante a 22 carreira, e ele é o primeiro a ingressar nessa condição. Isso lhe trouxe uma série de problemas 23 e também uma série de problemas para os colegas que estão à sua volta, sobretudo no IFCH, 24 onde também teve uma generosa acolhida, no mais das vezes. Como puderam notar durante a 25 discussão das cotas, o IFCH é um instituto que gosta de encarar problemas, e acha que a 26 Universidade deveria apreciar isso também. Mas acha que a votação das cotas mostra que o 27 IFCH já não é mais tão diferente assim no quadro da Universidade na questão de encarar certos 28 problemas. O caso da catraca que o conselheiro Ângelo mencionou é muito ilustrativo; quem 29 colocou a catraca queria resolver um problema, mas criou outro porque não imaginava que 30 cadeirantes fossem frequentar o restaurante universitário. Assim como quem programou tempos 31 atrás o sistema da DAC não imaginava que um professor cego poderia fazer uso desse sistema, 32 entre outros casos. É claro que sempre existem pessoas como a senhora Tânia, que estão 33 dispostas a ajudar, mas a questão é mais profunda e diz respeito à garantia e ao exercício de 34 direitos, neste caso específico, de acessibilidade e inclusão. Está dizendo isso porque sabe que 35 a Unicamp está prestes a adotar uma política de cotas para PCDs, e está participando juntamente 36 com o professor José Alves do grupo que discute isso, que se reuniu pela primeira vez na 37 Comvest no início do mês de julho. Observa que a Universidade não tem ideia do tamanho dos 38 problemas que vai encarar quando isso for aprovado. O número de pessoas com deficiência na 39 Unicamp é muito pequeno, na universidade brasileira em geral, embora tenha aumentado muito 40

nos últimos 20 anos. A entrada de um número maior de pessoas deficientes visuais, deficientes 1 físicas, auditivas, deficientes intelectuais etc. gerará uma série de questões com as quais grande 2 parte deles ainda não está preparada para lidar. Mas espera que este seja o tipo de problema que 3 a Unicamp, como coletividade, queira encarar, e que vai da formatação dos sites ao formato das 4 calçadas, a ausência de elevadores, entre outros equipamentos, para além de adaptações 5 curriculares, uso de certas linguagens etc. Não pretende aqui falar pelos PCDs, até porque isso 6 seria falar por uma ausência, fala apenas, como disse Jorge Luis Borges, um dos seus 7 reacionários preferidos, em uma conferência em 1974, desde a sua modesta e pessoal cegueira. 8 E desde sua modesta e pessoal cegueira gostaria que a Universidade, para além de implementar 9 cotas, fosse mais atenta a esses aspectos para os quais já há recursos, como mencionou hoje 10 pela manhã. Que não tenha de pedir auxílio para um parente que está do outro lado do oceano, 11 literalmente, para lhe ajudar a assinar um termo de outorga no sistema do Faepex, ou que não 12 precise sempre dos secretários de graduação e de pós-graduação do seu Instituto, sempre 13 solícitos para poder lançar notas, autorizar bancas, entre outros procedimentos, como a 14 inscrição de um PED que ontem quase perdeu a vaga porque ele não podia acessar o sistema da 15 DAC. Espera que o problema que representou o seu ingresso na Universidade ajude outras 16 pessoas em um futuro breve, para que elas não tenham mais de lidar com esses problemas com 17 os quais lida cotidianamente. O MAGNÍFICO REITOR diz que é um alerta importante feito 18 pelo professor André, de que não podem querer ser uma referência para a sociedade se não 19 enfrentarem de uma forma mais ousada e mais concreta esses desafios. Mencioná-los com 20 recorrência é também uma forma de não os deixar ficar tranquilos com essa situação. Precisam 21 ser mais atentos a ela e precisam de alguma forma enfrentar esses problemas se desejam ter 22 êxito. Recebeu mensagem do senhor Juliano, prefeito do campus, informando que, no caso do 23 RA, a entrada no restaurante está prevista pelo lado inferior, pela rampa, usando o elevador que 24 está sendo consertado. Então há um problema aí. No caso do RS, a entrada é pelo acesso normal, 25 onde há tem acessibilidade. É preciso verificar se ela está bem sinalizada, se a pessoa consegue 26 localizar facilmente que há uma rota de acesso, então seria importante dar atenção para isso. O 27 Conselheiro RAFAEL DE JESUS SOUDRE observa que, no caso no RU, as catracas foram 28 colocadas este ano e se localizam em todas as saídas de comida. Não há nenhuma saída de 29 comida que não tenha catraca, então é completamente inacessível para PCDs que utilizam 30 cadeira de rodas, por exemplo. O MAGNÍFICO REITOR diz que é importante dar uma atenção 31 para isso, ver o que está causando dificuldade e como podem de alguma forma resolver. Fica o 32 alerta para a prefeitura. O Conselheiro SANDRO DIAS diz que esta é sua primeira sessão do 33 Consu, seu primeiro mandato, e não poderia deixar de registrar os seus agradecimentos aos 34 professores das demais carreiras, das chamadas carreiras especiais, pelo considerável apoio 35 recebido no Cotil, no Cotuca, Cepre, CEL, IA, FT, pessoal da prótese da FOP, e reafirma o seu 36 compromisso com a luta pela valorização e atualização das demais carreiras, sua revisão e a sua 37 atualização. Agradece também em nome do professor Francisco, do Cotuca, que com ele foi 38 eleito para este mandato. Reafirma seu compromisso com a universidade pública de qualidade, 39 40 mais inclusiva, mais justa, mais diversa e solidária. Pensa que devem utilizar a autonomia

universitária em favor de uma filosofia do bem-estar e do bem viver. O Conselheiro WAGNER 1 DE MELO ROMÃO informa que no dia 26 de agosto, a partir das 14h30, no Centro de 2 Convenções da Unicamp, vai haver uma audiência pública a respeito do projeto de lei que a 3 Prefeitura de Campinas está colocando em discussão, e que brevemente vai ser enviado à 4 Câmara Municipal, referente ao Polo de Inovação e Desenvolvimento Sustentável – Pids, que 5 guarda uma relação muito importante com a Unicamp, especialmente o campus de Barão 6 Geraldo. E também porque ele tem uma contraface no HUB Internacional e Desenvolvimento 7 Sustentável – Hids, que é uma iniciativa da Universidade. Não vai entrar no mérito da questão, 8 mas menciona que o professor Fernando Coelho possibilitou que essa audiência pública seja 9 realizada novamente no Centro de Convenções da Unicamp, a partir de uma mediação do 10 professor Mariano Laplane, porque é o espaço mais interessante para a realização dessa 11 audiência pública. Já houve uma reunião importante de sistematização do que veio a partir de 12 oficinas realizadas em Barão Geraldo ao longo do mês de maio. Houve uma reunião dia 1º de 13 julho, com participação de mais de 300 pessoas, uma boa parte de professores, técnico-14 administrativos e estudantes aqui da Unicamp também. Pelo fato de ser um projeto de lei que 15 vai incidir sobre um local contíguo ao território da Universidade, é muito importante a 16 participação das pessoas nessa audiência pública. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO 17 TORSONI informa que está sendo desenvolvido na FCA um projeto que vai ao encontro dos 18 temas abordados hoje, de novas formas de ingresso, tanto na pós-graduação como na graduação. 19 Começaram conversando com as organizações estudantis no final do segundo semestre do ano 20 passado, tiveram também uma reunião com o professor Ivan Toro sobre como aumentar a 21 procura no vestibular para os alunos das escolas públicas, e começaram a visitar as escolas em 22 Limeira. Foi pessoalmente em três escolas, em salas do terceiro ano do ensino médio, para falar 23 da Unicamp, das formas de apoio à permanência do aluno e das diferentes formas de ingresso. 24 Talvez para algumas pessoas isso seja algo bastante conhecido, e seja um "trabalho de 25 formiguinha", lembrando que contou com o apoio dos coordenadores dos cursos e das 26 organizações para isso. Nas três escolas que visitou, fez duas perguntas iniciais: a primeira foi 27 quanto eles achavam que custava a mensalidade da Unicamp, e as respostas que ouviu foi de 28 R\$1 mil para cima; a segunda pergunta foi quantos na sala iriam prestar vestibular, e somente 29 um ou dois alunos responderam positivamente em casa sala. Portanto, isso vai ao encontro do 30 que têm comentado sobre a procura. Quando começou a falar do apoio que a Universidade dá 31 à permanência dos alunos, percebeu que os olhos se abriram, porque eles estavam vendo uma 32 outra possibilidade de mudança. Esse é um projeto ao qual vão dar continuidade, estão tentando 33 fazer isso no município de Limeira, e acha que aqui em Campinas a Unicamp tem uma 34 visibilidade muito maior para o município de Campinas do que talvez a Unicamp Limeira tenha 35 para o município de Limeira. O MAGNÍFICO REITOR diz que é algo muito positivo de ser 36 feito e precisam ver como a estrutura central da Universidade pode ajudar nessa ação. É 37 importante pensarem nisso e verificar se conseguiriam envolver também as estruturas locais, a 38 FCA tem uma boa relação com a Prefeitura Municipal de Limeira, Secretaria Municipal de 39 40 Educação etc., e estender talvez para as cidades da região. O Conselheiro LEONARDO

LORENZO BRAVO ROGER diz, no mesmo sentido, que a FT foi convidada para comparecer 1 à Câmara Municipal de Limeira, e colocou o mesmo problema da falta de conhecimento dos 2 alunos com respeito à Unicamp. A Câmara se disponibilizou a ajudar no que for necessário para 3 inserir mais as unidades na cidade de Limeira. O MAGNÍFICO REITOR diz que é importante 4 capilarizar, contar com esses outros atores, porque é dramático imaginar que as pessoas achem 5 que vão pagar mais de R\$1 mil de mensalidade aqui. Realmente a desinformação é impactante, 6 e é difícil aceitar o quanto deixam de formar profissionais, de mudar a vida das pessoas por 7 causa desse tipo de situação. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que em 2019, o 8 governo Bolsonaro, através de uma portaria feita pelo ministro Paulo Guedes, implantou o 9 ponto eletrônico para os servidores federais. Essa portaria impactou as universidades federais, 10 os institutos, que chegaram a implantar o ponto eletrônico, e agora, com a mudança do governo, 11 essa semana saiu a portaria 24/2023, que desobrigou o servidor público federal de bater o ponto 12 eletrônico, no sentido de que a qualidade do trabalho será pela produtividade, pela meta, pelo 13 plano de trabalho, e não mais pela medição do tempo por si só. Diante desse fato novo, sugere 14 que a Universidade – que é progressista, que teve aqui o primeiro evento público do Lula, em 15 5 de maio de 2022, que foi trazido pelo sindicato e a Universidade abraçou – reveja o TAC com 16 o Ministério Público, chame o sindicato para negociação da pauta específica, que tem esse tema 17 em discussão. Por isso acha importante essa evolução na visão do que a Universidade tem, de 18 como medir o trabalho, de como medir os resultados dela. Hoje a Unicamp é a segunda melhor 19 universidade do Brasil, pelo ranking QS, e isso sem ponto eletrônico. Foi membro da 20 congregação do Instituto de Artes e em 1988 queriam implantar o relógio ponto, mas o professor 21 Paulo Renato, Reitor na época, decidiu que não ia implantar. E nem por isso o Instituto de Artes 22 parou de funcionar em nenhum momento. Então pensa que é uma evolução e sugere essa revisão 23 do TAC e dessa implantação. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI diz que em 24 2023 estão comemorando os 35 anos de autonomia das universidades estaduais paulistas. Esse 25 26 é um evento que precisa ser trazido, discutido, apresentado, inclusive para os docentes que às vezes nem entendem o que significa uma abrangência de toda essa questão da autonomia. Ao 27 mesmo tempo, são 32 anos de Fórum das Seis. Vão comemorar isso de alguma maneira no dia 28 25 com um evento que se dará no período da tarde e no começo da noite. Estão convidando 29 todos, farão convites formais, obviamente, mas solicita que agendem a data e possam ir até a 30 ADunicamp, onde trarão algumas figuras da autonomia, não só obrigatoriamente ligadas à 31 diretoria da ADunicamp, mas do universo acadêmico. Estão programando falas, vídeos, e acha 32 que será um momento importante para a Universidade. Então convida os conselheiros a essa 33 participação. O MAGNÍFICO REITOR diz ao senhor José Luis que não vão polemizar sobre 34 esse assunto, até porque terão oportunidade de discuti-lo na próxima CAD. Só duas 35 observações: são menos de 5% dos funcionários federais que se encaixam nisso; e o Ministério 36 Público, que tem ponto eletrônico, permite até dois dias de trabalho remoto, no qual a pessoa 37 checa a produtividade. Portanto, existe o fato e a narrativa do fato, então a interpretação dessa 38 norma está sujeita a discussões, que serão feitas no momento adequado. O Conselheiro LUIZ 39 40 SEABRA JUNIOR diz que tem uma correção a fazer nos itens 03 e 04: a professora Rosmari é

do Cotil e não do Cotuca. Em seguida, agradece ao professor Fernando Coelho pelo apoio dado 1 ao evento Expo Cotuca, que tem como objetivo apresentar o Cotuca aos alunos de escolas 2 públicas das redes municipal e estadual. A fase 1 foi realizada agora na última semana do mês 3 de junho e primeira semana do mês de julho para os alunos da rede municipal de Campinas. E 4 no próximo dia 5, o Expo Cotuca será destinado aos alunos da rede estadual de Campinas, com 5 apresentação dos cursos técnicos. Agradece o apoio também da professora Cristiane Megid, da 6 Diretoria Executiva de Ensino Pré-Universitário. Em relação à Citic e a proposta aqui trazida 7 pelo professor Dahab, respeitosamente solicita que esse processo de atualização e 8 modernização seja estendido também aos colégios técnicos. O Conselheiro BRUNO GOMES 9 XIMENES agradece aos professores Antonio José e Maria Luiza, que na última reunião lhe 10 responderam sobre o trabalho remoto, deixando claro que não é uma prioridade no momento, 11 mas acha que é uma sinalização importante. É importante alinhar as expectativas com os 12 servidores, então agradece. Acompanha o senhor José Luis e destaca a notícia de que o Governo 13 Federal publicou nesta segunda-feira as novas regras do programa de gestão de desempenho de 14 servidores, que entre outras coisas possibilita o controle de produtividade baseado em 15 resultados, em vez do registro de ponto. É uma possibilidade. E novas regras para o teletrabalho, 16 reforçando essa como modalidade de trabalho válida e vantajosa para as duas partes. Fica triste 17 ao ler essa notícia e identificar que na Unicamp estão andando na direção oposta, são resistentes 18 ao trabalho remoto ou híbrido e avançam em um controle de ponto que desconsidera essa 19 produtividade, ainda que involuntariamente. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE 20 CARVALHO informa que dois docentes do Instituto de Biologia, Carlos Alfredo Joly e 21 Gonçalo Amarante Guimarães Pereira, foram agraciados com a Grã-cruz da Ordem Nacional 22 do Mérito Científico do Presidente da República. Em seguida, diz que de 17 a 21 de julho 23 sediaram na Unicamp o Congresso Aberto dos Estudantes de Biologia, que está na sua 26ª 24 edição. Ele é totalmente organizado pelos alunos e possui lotes sociais que contemplam pessoas 25 pretas, pardas, pessoas indígenas, pessoas trans e pessoas de baixa renda. Talvez os alunos 26 sejam muito mais educados do que os docentes em muitas ações aqui. Outro assunto, que já 27 teve a chance de comentar com o professor Sarti, é que estão passando por ações que levam à 28 ressignificação dos espaços das bibliotecas, e algo que diz respeito às bibliotecas são essas 29 antigas coleções de periódicos impressos. Solicita da Universidade um direcionamento do que 30 fazer com essas coleções e a elaboração de estratégias para que otimizem o armazenamento do 31 que for essencial para ser mantido e tentar eliminar o que for possível de ser eliminado, porque 32 isso ocupa um espaço muito valioso dentro de cada unidade. Se os colegas diretores estiverem 33 trabalhando com isso ou tiverem ideias, pede que compartilhem com ele, pois é algo que o deixa 34 angustiado, já que possui uma memória emocional muito forte ligada a toda essa coleção. O 35 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA informa que amanhã haverá aula inaugural e 36 a cerimônia de abertura do curso de especialidade profissional chamado "Educação infantil e 37 os direitos fundamentais da criança e da infância", que será oferecido em parceria entre a FE e 38 a Educorp para as professoras da DEdIC e também para alguns professores das redes municipais 39 de Campinas e Valinhos. Contarão com a presença do professor Antonio José, da professora 40

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

Maria Luiza, de uma coordenadora geral de educação infantil do MEC, a professora Rita de Cássia de Freitas Coelho, do professor José Tadeu Jorge, do senhor William Leite da Silva e do senhor Edison Lins, da Educorp. Acha que é uma iniciativa importante no sentido de que dá também à Educorp um outro escopo de formação, um pouco mais ampliada. Em seguida, pede licença para ler uma manifestação que a Faculdade fez e solicitou que ele lesse, em relação àquela fala infeliz do deputado Eduardo Bolsonaro sobre os professores: "Manifestação da Faculdade de Educação em repúdio ao discurso de ódio aos professores do deputado Eduardo Bolsonaro. A Faculdade de Educação da Unicamp repudia veementemente a desrespeitosa e descabida comparação dos professores a traficantes de drogas feitas pelo deputado Eduardo Bolsonaro, no domingo dia 09.07, durante um ato pró armas em Brasília. A comparação, que não vale repetir, é absurda, leviana e mentirosa, e constitui um brutal e inaceitável ataque a professoras e professores e à atividade docente, em geral realizada em condições adversas e as quais o discurso de ódio e intimidação do deputado parece querer dificultar ainda mais. Mas esse ataque serve também para alertar que, apesar da derrota nas urnas e da inelegibilidade de seu principal líder, o neofascismo não está morto. Muito pelo contrário, os seus adeptos seguem atuando em sua luta por hegemonia, por meio da doutrinação ideológica de extrema direita, valendo-se, para tanto, dos mais variados veículos e instrumentos de comunicação. Isso requer de nós, educadoras e educadores, atuando dentro e fora das escolas, mas também de todos os segmentos sociais verdadeiramente comprometidos com o aprimoramento da nossa democracia e com o desenvolvimento do país, uma resposta contundente de luta e resistência contínuas para conter a ameaça totalitária representada pelos grupos de extrema direita alinhados a esse deputado e para criar as condições necessárias à construção de uma sociedade com mais equidade e justiça social. Essa luta passa também, necessariamente, pela garantia de respeito aos profissionais da educação e de sua efetiva valorização. Por isso, conclamamos as autoridades competentes dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo a apurar com rigor mais essa conduta indecorosa do deputado Eduardo Bolsonaro e a tomar as medidas judiciais e políticas cabíveis. Basta de agressão e desrespeito às professoras e aos professores. Por uma educação de qualidade, democrática, antifascista e libertadora para todas as pessoas". A Conselheira KARINA GONZALES SILVÉRIO RUIZ registra que hoje foi iniciada a parceria entre a FOP e o Cecom. Todos os dias estão vindo 10 alunos da graduação mais alguns alunos PED, que estão prestando atendimento odontológico com alguns procedimentos que não vinham sendo realizados pelo Cecom agora para toda a comunidade. O segundo assunto é que estão enfrentando um problema muito sério na FOP que é o aumento significativo no furto de instrumentais entre alunos na sala de expurgo. Semana passada a representante discente na comissão de graduação fez um levantamento e os informou que cerca de 40% dos alunos já tiveram instrumentais furtados dentro da sala do expurgo e não conseguiram recuperar. Esse é um ambiente onde somente os alunos e os servidores que trabalham na esterilização estão presentes. Isso era algo que não era comum dentro da FOP, mas que vem aumentando ao longo dos anos, e sabem que isso está associado ao aumento do número de alunos carentes, em função do custo do curso de Odontologia. Hoje, um aluno que ingressa em Odontologia precisa investir

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

por volta de R\$83 mil só no instrumental para cursar os cinco anos. Essa situação tem sido recorrente, já conversaram com o professor Ivan Toro, e sua fala é mais no sentido de pensarem em alguma ação conjunta entre a Reitoria e a FOP para tentar minimizar esse problema. O MAGNÍFICO REITOR parabeniza a FOP pela questão do Cecom, que permitiu que chegassem a um bom termo. Nessa outra questão, a gestão tem analisado a possibilidade de atender a questão dos equipamentos, mas basicamente para os vulneráveis. Há critérios, então precisaria haver uma ação mais específica, pois não possuem condições de atender a todas essas necessidades de equipamento, o que inclusive pode gerar uma série de problemas também nas outras unidades. No entanto, em relação aos vulneráveis, há essa disponibilidade de fazer isso, então precisariam ver os critérios que usam normalmente, que já estão estabelecidos, e havendo alunos vulneráveis na FOP teriam a disponibilidade de atender. Além disso, precisariam estudar medidas de segurança como câmeras, para inibir os furtos. Seria importante a FOP formular uma proposta mais detalhada, tanto em relação aos que seriam atingidos pela possibilidade de financiamento dos instrumentos, que seriam instrumentos da Universidade para uso dos alunos durante a graduação, quanto de ampliar de alguma forma a vigilância. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA agradece o número de votos que recebeu e agradece aos seus colegas do grupo Unicamp em Movimento pela companhia nessa nova jornada de dois anos de representação no Consu. Informa que estão preparando modos de se comunicar com a comunidade docente em relação aos assuntos que são tratados aqui. Uma parte da comunidade assiste às reuniões, isso é bom, mas tem uma parte que não assiste, e portanto vão precisar comunicar bastante o que fazem por aqui. Observa, em relação à fala da professora Karina, que é muito complicado fazer a ligação direta entre alunos carentes e problemas que acontecem dentro da Universidade em relação a roubos. Sabe que a FOP conhece bem a sua comunidade, e exatamente por isso acha importante protegê-la de qualquer tipo de discriminação. Todas as providências que puderem ser tomadas vão ser tomadas em relação à comunidade, não a um grupo específico de pessoas, que em geral são sempre acusadas desse tipo de coisa. Então devem tomar muito cuidado com essas relações. Em seguida, manifesta sua alegria de estar hoje aqui na primeira reunião do semestre aprovando tantas matérias importantes. Foi uma reunião muito especial e espera que possam ter reuniões especiais assim a cada 40 dias. O Conselheiro PETRILSON ALAN PINHEIRO DA SILVA diz que faz coro com o que o professor André Kaysel levantou em relação à questão das pessoas com deficiência, e chama a atenção especificamente para algo que está vivenciando recentemente com um aluno surdo na pós-graduação e a demanda crescente por intérpretes. São sempre as mesmas intérpretes que vão às reuniões, elas são muito demandadas, então talvez devem pensar a necessidade de contratação de mais intérpretes, porque é uma demanda crescente. E elas sempre trabalham em dupla, porque não dá para trabalhar só um intérprete em um evento, há necessidade de revezamento, então a própria contratação tem de ser sempre em par. Em seguida, compartilha que esteve representando a Unicamp, no final de junho, no 32º Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que aconteceu em São Tomé e Príncipe, e foi um encontro muito interessante. São universidades lusófonas da Europa, de países africanos, Goa, Timor

Leste, Macau. Foi uma experiência incrível, fez vários contatos e pôde perceber que há um 1 interesse muito grande das universidades portuguesas, obviamente, mas sobretudo das 2 universidades africanas de língua portuguesa em fazer acordos com a Unicamp. Conversou 3 particularmente com o Reitor da Universidade de Luanda, da Universidade de Maputo, eles se 4 mostraram muito interessados em fazer parcerias, em enviar alunos, inclusive porque não há 5 nem a barreira da língua. Eles querem mandar alunos para estudar no Brasil, obviamente 6 também querem receber professores e alunos lá, mas existe um interesse particular de vir para 7 o Brasil. E acha até que se tiverem uma política de moradia e de alimentação no restaurante 8 universitário, já seria suficiente para que eles se interessassem ainda mais em vir, mas já estão 9 muito interessados. Vai conversar com o professor Oswaldir a respeito, para estreitarem mais 10 as relações, e conclama aos colegas que tiverem interesse em fazer parcerias com essas 11 universidades africanas, que o chamem para conversar, pois ele tem vários contatos. O 12 MAGNÍFICO REITOR diz que um desafio grande que possuem na internacionalização é a 13 fragilidade da Unicamp de trazer pessoas para cá. Precisam agir na mudança do perfil, como 14 no sentido de dar aula em inglês, por exemplo. Essa é uma iniciativa, mas podem no curto prazo 15 tomar iniciativas mais ousadas com relação aos países da América Latina e também africanos, 16 pois a barreira da língua é menor, e isso permitiria também terem um upgrade nos processos de 17 avaliação. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO diz que na semana passada 18 aconteceu a 75^a Reunião Anual da SBPC, em Curitiba, que teve mais de nove mil participantes. 19 Esteve presente, foi eleito recentemente como secretário regional da Região São Paulo 2 da 20 SBPC, e conforme as palavras do próprio presidente da Sociedade, o professor Renato Janine, 21 a Região São Paulo 2 é a Unicamp. A região tem da ordem de 120 membros na SBPC e desses 22 somente uma fração são membros daqui da Unicamp propriamente dita. Acha que é um número 23 pequeno em relação à maior sociedade científica do país e também em relação ao impacto que 24 a SBPC tem e como podem atuar junto. Nesse sentido, coloca-se à disposição como ponte para 25 as pessoas que quiserem fazer iniciativas junto com a SBPC e também na outra direção, de 26 trazer iniciativas da SBPC para cá. Em especial eles têm, nos últimos anos, feito muitas 27 atividades com escolas e também eventos de ciência. Em breve trará algumas propostas aqui, 28 mas fica à disposição para fazer ponte também. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz 29 que tiveram no dia de hoje uma agenda bastante importante, com avanços fundamentais, veem 30 que terão de fazer bons investimentos, a questão das cotas étnico-raciais na pós-graduação é 31 um passo importante, mas sabem que não é suficiente só esse elemento para a questão da 32 permanência. Não podem julgar mal um aluno que, após tanto tempo de vulnerabilidade, 33 preferiu ir para o mercado de trabalho do que vir para a pós-graduação, quase que fazendo um 34 voto franciscano de pobreza. Então, existem mais demandas que surgirão, sem dúvida nenhuma. 35 E tudo isso discutiram aqui como se estivessem divididos, mas acha que estão muito mais 36 coesos do que imaginam. No entanto, gostaria de uma palavra de tranquilidade da parte da 37 Administração, porque vê uma ameaça muito maior fora daqui chamada reforma tributária. 38 Sabe que existe um movimento, houve uma carta tentando tranquilizar via Cruesp, mas nada 39 40 desses avanços que têm feito vão poder ser garantidos se não tiverem uma ampla atenção de

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 toda a comunidade neste assunto. Negociar cota-parte de qualquer imposto que seja não é fácil junto ao Governo; e também lhe custa crer um pouco que isso só vá ser discutido talvez após aprovação federal. Imagina que já existam grupos discutindo como vai ser o mecanismo da lei estadual, mas gostaria de ouvir aqui que as três universidades estejam agindo e trabalhando muito mais fortemente na construção dessa lei. Essa preocupação é compartilhada por vários outros colegas que a procuraram para falar sobre o assunto. Porque a autonomia é um elemento importante para todos os avanços que a Universidade tem obtido, não só autonomia científica, didática, mas a autonomia financeira é algo que lhe dá boa parte dessa liderança e desse protagonismo. O MAGNÍFICO REITOR diz que já no ano passado houve, durante o processo eleitoral, conversa com os três principais candidatos ao governo estadual, e em todas essas conversas, com variados graus de ênfase, todos se comprometeram em manter o financiamento das universidades. Tiveram recentemente, quando foi assinado o termo de convênio sobre o Provão Paulista, uma reunião em que estavam o Governador do Estado e o professor Vahan, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, e os três reitores. A reunião durou cerca de 1h30 e por mais de uma vez o Governador mencionou que considera o sistema de ensino superior estadual paulista completamente exitoso, e que não tem nenhuma intenção de colocar qualquer problema para o financiamento desse sistema, ou seja, há o compromisso de renovar esse financiamento. Obviamente a reforma tributária traz complicações, e a proposta dos reitores junto ao governo estadual é usar o mesmo procedimento da Fapesp, que conta em torno da base total de impostos. Então, reajustam o valor para manter o mesmo patamar de financiamento, essa é a proposta, e, obviamente, a tentativa de constitucionalizar. Em relação ao segundo ponto, o Governador não se colocou contra; ele não assumiu que vai defender a constitucionalização, mas não se expressou absolutamente contrário a isso. Obviamente, esse tipo de coisa depende de um ajuste político que não está só na mão do governo, depende da Assembleia etc. Na questão do financiamento ele foi bastante categórico de que será mantido. A expectativa do Governo do Estado é que haja uma pequena queda da arrecadação no início da implantação em nível estadual, mas que ao longo do tempo a arrecadação vai melhorar, porque vão cobrar imposto no mercado de destino, e a tendência é se reatrairem as empresas para o Estado de São Paulo, em função de ser o maior local de consumo do país. A reforma terá implantação em duas etapas, a primeira vai até 2029, em nível federal, e só de 2029 em diante é que ela vai ter impacto estadual. Ela foi negociada dessa forma para conseguir construir algum nível de consenso, e a implantação é prevista gradualmente também. Uma coisa que aprenderam na pandemia é a importância da Universidade para a sociedade, e não podem deixar essa importância diminuir. Além da iniciativa do Provão Paulista, fecharam um convênio de desenvolvimento de políticas e de tecnologias assistivas com a Secretaria dos Direitos das Pessoas com Deficiência, há outras iniciativas, e esse é um padrão de abertura. Precisam se abrir para essa interação, é isso o que pode também trazer para as suas mãos uma influência nesse processo, mostrar que fazem a diferença aqui. A questão da inovação, do Hids, acha que é parte desse projeto também. Podem fazer muita diferença em termos de dar assistência ao desenvolvimento do estado e do país. Existe uma conjunção de fatores positivos, voltou-se a discutir industrialização, política

industrial, fazer isso em torno de inovação; TI, por exemplo, é uma coisa essencial, mas não 1 abstratamente, é ela aplicada à saúde, à agricultura, e podem fazer diferença nisso. Possuem 2 força para fazer diferença nisso, precisam aproveitar esse tipo de oportunidade. A questão do 3 hospital regional é a seguinte: mudou, obviamente, quem está no poder e a nova estrutura está 4 tomando pé da situação, é um governo recente. Existem várias vagas ociosas em pequenos 5 hospitais espalhados pelo Estado de São Paulo, então o que o governo está fazendo é mapear 6 isso, é tentar fazer a regionalização da Cross, do processo de referenciamento. O grupo da 7 Unicamp, chefiado pela Deas, com participação da FCM, avalia que, de fato, a região de 8 Campinas é das mais mal atendidas do ponto de vista de vaga hospitalar. Só que o Governo do 9 Estado quer ter esse mapa do estado inteiro para confirmar isso, portanto não foi negada a 10 possibilidade de construir uma nova estrutura, que seria importante para a Unicamp, mas o 11 governo está adiando um pouco em função desse levantamento. Há um tempo, o governo fechou 12 um acordo com a Opas para fazer esse trabalho de regionalização da Cross; consideram 13 importante a questão para colocar o HC basicamente para atendimento terciário e quaternário. 14 A esperança é que a iniciativa seja retomada, nesse contexto de um hospital secundário, mas há 15 esforços de fortalecer a área de oncologia, de como vão resolver a questão das áreas de 16 otorrinolaringologia e da oftalmologia etc. Então, há iniciativas que são importantes e uma 17 delas, que considera muito importante para toda a comunidade, é que podem, envolvendo as 18 áreas de engenharia elétrica e de computação, toda área básica, as engenharias em geral, fazer 19 uma diferença no atendimento à área da Saúde. Não é só assistência, devem pensar que se 20 desenvolve tecnologia, e o CQMED é um bom exemplo aqui dentro da Unicamp, é uma unidade 21 Embrapii, uma das maiores, e é voltada para desenvolvimento de fármacos, de testes. Então 22 precisam pensar nessas coisas, porque isso passa pela Fiesp, passa pelo Governo do Estado e 23 passa pelo Ministério da Saúde. A Ministra esteve aqui, acompanhada do professor Carlos 24 Gadelha, e é projeto deles puxar uma parte da industrialização brasileira em torno da assistência 25 médica à saúde. Devem olhar para isso e focar um pouco as pesquisas também nessa direção. 26 O Conselheiro MARCELO ALVES DA SILVA MORI solidariza-se com a família do professor 27 Marcelo Villalva, expressa a sua profunda tristeza e a de vários colegas por seu falecimento, de 28 ter a vida abreviada tão precocemente. Não o conheceu, mas é notório o comprometimento que 29 ele tinha com a Unicamp e com a sua atividade profissional. Acha que mereceria uma 30 homenagem a ele, um minuto de silêncio agora ou ao final da reunião. O MAGNÍFICO 31 REITOR segue a sugestão do professor Marcelo Mori e pede um minuto de silêncio aos 32 conselheiros, manifestando os votos de pesar à família do professor Marcelo Villalva, docente 33 da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, que faleceu no último dia 21 de julho. 34 O Conselheiro DIRCEU NORILER diz que é tranquilizante escutar do senhor Reitor o 35 compromisso do Governador do Estado em manter o financiamento e não trazer nenhum tipo 36 de prejuízo para o financiamento do sistema de ensino superior do Estado de São Paulo. Pediu 37 a palavra para apresentar a nova identidade visual da FEQ, aprovada mais cedo, é uma 38 identidade visual que traz elementos importantes: a letra F e a letra E ligadas têm o sentido de 39 40 fluxo de conhecimento; a letra Q aberta representa que a unidade está aberta à sociedade, e as

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

cores também trazem elementos importantes. O azul de estabilidade, o verde de inovação e essa transição é justamente para trazer o conceito de mudança, que tem tanto discutido, saindo do azul petróleo para o verde. Todo ele foi pensado baseado no planejamento estratégico, que pretende, entre outras coisas, formar engenheiros e pesquisadores inovadores, empreendedores e com responsabilidade social e ambiental. A partir de agora a FEQ vai se apresentar com essa identidade visual. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que nos últimos dias o Instituto de Economia foi vítima de uma série de insinuações, a propósito da indicação de um colega aposentado para a presidência do IBGE. Agradece o apoio da Reitoria à indicação do professor Márcio Pochmann, em uma nota conjunta que divulgaram semana passada, e reafirma a satisfação do IE em ter mais alguém ligado a ele em um cargo importante, independentemente das avaliações pessoais e políticas sobre as pessoas envolvidas. Não costumam vir a público saudar os egressos ou professores que assumem cargos, até porque são vários, ou voltaram a ser vários, felizmente. Hoje mesmo, por exemplo, durante esta sessão, recebeu do seu colega e antecessor Paulo Fracalanza a informação de que um colega dele de graduação do Instituto acabou de ser indicado presidente do Banco Central do Paraguai. Não precisaria dizer isso, porque é óbvio, mas registra que ninguém nesses casos fala pelo IE ou pela Unicamp. As pessoas nessas posições têm nome e sobrenome, responsabilidades e compromissos etc. Mas no caso do professor Pochmann, o ataque, além de pessoal e político, era institucional, por isso a Unicamp e o IE se manifestaram. Reafirma aqui, como dito na nota conjunta com a Reitoria, que as opiniões e os preconceitos destilados aos montes nos últimos dias são a repetição de um padrão constante nas redes sociais. Talvez a novidade é que tenha saído um pouco das redes sociais, movido a desconhecimento e outros interesses que não exatamente o progresso do conhecimento. Uma das "acusações" recorrentes ao IE é uma suposta falta de internacionalização ou contato com produção de ponta no exterior. Não vai evidentemente entrar aqui no debate sobre o que é fronteira nas Ciências Humanas, mas se inscreveu principalmente para compartilhar com a Universidade dois eventos importantes no IE, justamente nessa área. O primeiro deles é que estão recebendo hoje e amanhã uma das economistas que maior destaque tem tido no debate acadêmico e público no mundo, que é a professora Isabela Weber, da Universidade de Amherst. Ela é muito jovem ainda, mas fez bastante sucesso com seu livro sobre experiência chinesa com as reformas liberalizantes, cuja edição em português ela lançou hoje no Instituto. E amanhã ela apresenta suas ideias e artigos sobre aceleração recente da inflação nos Estados Unidos, o que rendeu a ela muitas críticas, mais ou menos do mesmo tipo que sempre recebem, mas grande destaque e influência. Estão fazendo parceria, inclusive de cooperação, pois há dois coautores da professora entre os professores do IE. O segundo informe é que na semana que vem o Instituto vai sediar a 4ª edição da Escola Internacional sobre Desafios do Desenvolvimento, este ano, com o tema específico "Mudanças no capitalismo global e impactos no Sul Global". Serão cinco dias a partir de segunda, com 11 aulas de professores brasileiros e estrangeiros de vários lugares do mundo. Há quase 40 estudantes de pós-graduação regularmente matriculados no curso, mais ou menos a metade de outras instituições brasileiras e, principalmente, estrangeiras, da África, da América

Latina e da Europa. E sobre isso agradece o apoio da Deri e do Faepex, internamente da 1 Unicamp e do Inet internacionalmente, que apoiaram financeiramente o evento. O Conselheiro 2 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO agradece pela acolhida novamente 3 no Consu para mais um tempo como diretor. Agradece a todos os que estavam presentes na 4 posse da direção e diz que vai comunicar aos membros do Consu e também à comunidade um 5 evento muito importante para o Instituto de Artes, que vai ocorrer dias 9 e 10, na semana que 6 vem, que é o Seminário Almeida Prado. Almeida Prado é um compositor da maior relevância, 7 foi diretor do Instituto de Artes do princípio do IA, já falecido, infelizmente, e comemorando 8 80 anos em uma comemoração que não é local. Por exemplo, a Osesp, a principal orquestra do 9 país, lançou um CD pelo selo Naxos com as obras completas do Almeida Prado este ano, um 10 lançamento internacional. A "Sinfonia dos orixás" é uma obra representativa da produção do 11 professor Almeida Prado, então convida para nos dias 9 e 10 participarem desse seminário, que 12 tem toda a parte acadêmica, mas também tem apresentações musicais a partir das 19h, no 13 auditório do Instituto de Artes, para comemorar junto com eles a produção e a vida do professor 14 Almeida Prado, que foi muito importante e continua sendo importante para o Instituto de Artes. 15 A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz que está aqui com os servidores do HC 16 Elaine e Rafael e com o professor Coy para mostrar que fizeram um relatório de atividades cujo 17 motivo principal foi mostrar toda a capacidade de produção do Hospital, a importância dentro 18 da região, como até já foi comentado aqui várias vezes. Principalmente no fórum financeiro, no 19 fórum político, para que mais verbas venham, uma vez que todos sabem que vivem dentro da 20 área da Saúde com subfinanciamento. Mas também achou importante trazer aqui hoje porque 21 com certeza tudo isso que aconteceu, além da participação da Reitoria, teve a participação de 22 todos os conselheiros, que apoiam o HC em todos os momentos em que há necessidade de 23 aportes financeiros. Então é muito importante que reconheçam e deem o retorno para toda a 24 comunidade da Universidade, pois são todos parceiros do que o HC vem fazendo. Ainda não 25 disponibilizaram isso no site, porque todos ali estão querendo contribuir com alguma lembrança 26 do que foi feito nesse momento, e os principais que costumam mostrar foi que no momento da 27 pandemia e pós pandemia voltaram a abrir os leitos. Os leitos que não estão abertos são os que 28 estão em reforma; vem sendo feitos mutirões de cirurgia, portanto, além da questão dos 29 anestesistas, que conseguiram adicionar um número maior e fazer uma produção que saiu de 30 37% para 56% das salas cirúrgicas, mas ainda há pouco mais do que 40% para galgar. E é o 31 objetivo. Aumentaram também o número de cateterismos, e há o planejamento estratégico, 32 dentro do qual estão batalhando bastante em relação a indicadores para que o Hospital trabalhe 33 de uma forma mais autossustentada. Estão fazendo parceria inclusive com o professor Bacic, 34 que os está auxiliando para ajudar na questão financeira, enquanto especialista, por sugestão do 35 professor Fernando da PRDU. Então isso vem trazendo uma expectativa muito grande de que 36 possam ser mais autossustentáveis. Há vários indicadores, que vão estar online em breve, estão 37 fazendo uma parceria grande com o pessoal também da Citic, e outra coisa importante que estão 38 fazendo é a telemedicina, tentando institucionalizá-la. E com a telemedicina também fazer a 39 40 capacitação de hospitais ao redor para que o HC, junto ao Estado de São Paulo, possa fazer a

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 regionalização de uma forma sustentada, para que o Hospital de Clínicas, neste momento de crise, possa ser realmente de competência de alta complexidade. Vêm fazendo vários projetos junto com a equipe multiprofissional de projetos Lean para otimizar as áreas dos recursos, e o mais importante é mostrar o reconhecimento, isso vai estar disponível online em breve, e deixar bem claro que essa visão que o professor Antonio José acabou de falar, de que precisam se integrar para crescer, é muito importante. Mesmo com o número atual de leitos que o HC possui, conseguem crescer, porque há boa vontade de todas as equipes e também das equipes fora da área da Saúde. E juntos podem ser cada vez melhores enquanto Universidade, que é o objetivo, divulgar a Unicamp e crescer como um todo. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que entre o último Consu e hoje, o que de importante aconteceu no âmbito da pós-graduação foi a portaria 133 da Capes, que permite o acúmulo de bolsas e começa a valer em 1º de outubro. Vão amanhã na CCPG iniciar essa discussão, porque embora a portaria permita esse acúmulo, ela também dá às instituições e aos programas a capacidade de regular internamente. Isso não é fácil, mas vai apresentar amanhã na CCPG um ponto lhes parece importante: que os programas apenas permitam o acúmulo se não houver alunos descobertos de bolsa. Acha que isso é o mínimo que a Instituição tem de garantir. Só poderá acumular desde que o programa não tenha alunos descobertos de qualquer financiamento, de qualquer apoio financeiro. Hoje há na Universidade por volta de 40% de cobertura das bolsas, são 3.026 bolsas entre Capes e CNPq, e claro que a Capes é a maior parcela disso. São mais de 2.200 bolsas que vêm da Capes e mais de 760 que vêm do CNPq, e parecido com esse número do CNPq é o número de bolsas da Fapesp; o relatório que pegaram ontem na própria Fapesp mostra que possuem hoje 666 bolsas Fapesp de mestrado e doutorado, o que entendem que é pouco. Então a cobertura é pequena e entendem que esse acúmulo de bolsas deixa os alunos felizes em alguma medida, porque eles poderão trabalhar, poderão ter um rendimento maior, poderão ter condições melhores de se sustentar. No entanto, uma avaliação preliminar aponta que no médio e no longo prazo isso vai ter um impacto negativo na pós-graduação, pois o perfil da dedicação à pós-graduação vai mudar. Sempre entenderam, não só aqui na Unicamp, mas em outros lugares, que a pós-graduação é um lugar onde a pessoa se volta para a pesquisa, se volta para o seu trabalho, e ali sai uma contribuição importante. É possível que isso mude muito e é possível que esse seja o caminho que o país esteja tomando. Não possuem ainda essa clareza, a portaria acabou de sair e é cedo ainda para ter essa avaliação. Então precisam regular e tentar ver como dar conta dessas novas condições; pessoalmente entende que a Capes abriu mão de um valor mais decente de bolsas para esse tipo de mecanismo, que é de permitir o acúmulo. Mesmo com o aumento que já houve, ele não foi suficiente para dar conta da economia do país. Então a Capes vem tentando dar conta dos seus problemas que foram acumulados, mas ainda é necessária uma certa reflexão sobre isso. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO agradece aos professores Márcio e Leonardo a divulgação dos cursos e vestibulares da Unicamp, acha que é muito importante divulgar também a capacidade da Universidade de auxiliar na permanência estudantil, mas essas iniciativas têm de ser de todos. Solidariza-se com a professora Karina em relação à

necessidade da Universidade de apoiar a compra de instrumentação para os cursos de 1 Odontologia e talvez alguns outros cursos para alunos carentes. Acha que isso é um fator muito 2 limitante para o aluno que tenha condições econômicas ruins. O professor Petrilson comentou 3 da necessidade de intérpretes de Libras e informa que dobraram o número de intérpretes; em 4 vez de dois, agora são quatro, o que é totalmente insuficiente, porque eles trabalham em pares, 5 como comentado. A Universidade vai ter de pensar de uma maneira muito importante sobre 6 essa questão de intérpretes de Libras. Finalmente comunica que o vestibular da Unicamp está 7 com as inscrições abertas, elas começaram dia 29 e vão até o dia 29 de agosto. Estão muito 8 esperançosos que o número de inscritos aumente, porque aumentaram o número de pedidos de 9 isenção de inscrição. Isso pode ser um lado bom, que tem mais gente, e pode ser um lado ruim 10 porque todos estão ficando mais pobres. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS 11 ROMANO diz que devido ao horário vai transmitir só os avisos mais essenciais. Um deles diz 12 respeito ao edital Pind, o Programa de Incentivo a Novos Docentes da Unicamp, cujo resultado 13 saiu e está sendo divulgado aos proponentes. Ainda estão recebendo alguns recursos; das 208 14 propostas individuais, foram aprovadas 180, das 12 propostas interdisciplinares foram 15 aprovadas nove. E o segundo edital Pind está previsto para 14 de agosto. Quanto aos editais 16 Faepex, abriram hoje o edital na linha de extensão, com submissão de propostas até 31 de 17 agosto. Outra tarefa difícil mas importante é a seleção do projeto multiusuário a ser enviado 18 para a Finep pela PRP. Só podem enviar uma proposta, receberam sete propostas de peso, pelo 19 conteúdo, pelas unidades que estão por trás, pelos pesquisadores que estão por trás. Estão 20 formando uma pequena comissão de pessoas muito sêniores, a maioria de fora da Unicamp, 21 porque não é fácil evitar os conflitos de interesse, e vão divulgar o resultado entre quinta e 22 sexta-feira de qual a proposta vencedora para ser enviada à Finep. Sobre iniciação científica, 23 chama a atenção de que será realizado o congresso Pibic de 25 a 27 de outubro, tendo recebido 24 um total de 1.461 inscrições, que ainda devem aumentar um pouco, porque estão sendo 25 processadas. E o mesmo time que se ocupa do Pibic realizou, de 10 a 14 de julho, o Caffin, 26 Ciência e Arte nas Férias de Inverno, envolvendo 90 estudantes de 8º e 9º ano do ensino 27 fundamental da rede municipal de Campinas. Foi um evento muito bacana, do qual participou 28 da abertura. Informa que no encontro de dois que ocorreu com o Centro Universitário da 29 Baviera para a América Latina, a assessora especial do Grand Office, professora Marilda 30 Bottesi, recebeu uma homenagem muito carinhosa, muito bonita, com certificado, flores e 31 presente. Agradece à Deri pela organização desse evento. Agradece a menção do professor 32 Marcelo Mori ao docente da Feec que faleceu; manifesta também a sua tristeza profunda pelo 33 falecimento desse colega jovem e muito promissor que foi o professor Marcelo Vilalva. O 34 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO cumprimenta a diretoria da FOP 35 pela atividade realizada na última sexta-feira, chamada FOP Kids Day, que reuniu na FOP os 36 filhos dos funcionários e docentes. Foi convidado para participar dessa atividade e foi 37 extremamente agradável, uma manhã muito reconfortante de ver a criançada toda brincando e 38 tendo contato com as atividades profissionais. Acha que seria interessante que outras unidades 39 pensassem nessa alternativa. É realmente uma coisa muito interessante, bem agradável, é óbvio 40

que depende de alguns lugares, pode ter alguns perigos, mas isso é fácil de contornar. 1 Cumprimenta também o professor Antonio José e junto com ele os 66 colegas que foram 2 indicados como pesquisadores mais influentes do Brasil. Informa que no último dia 13 3 participou, representando a Reitoria, de uma atividade que foi organizada pela Universidade 4 Zumbi dos Palmares, em São Paulo, e a atividade basicamente era para apresentar um projeto 5 chamado Mover. Esse projeto é organizado por um *pool* de empresas brasileiras, que tem como 6 objetivo abrir vagas ou fazer movimentos para abrir vagas para alunos cotistas. E a ideia do 7 movimento é exatamente ter espaços para colocar esses alunos cotistas em posições de comando 8 e de decisão em grandes empresas brasileiras. O movimento hoje tem uma adesão de 49 9 empresas de grande porte, começando pela Ambev, passando pela Coca-Cola, e eles estão agora 10 com uma adesão que vai chegar a 89 empresas. Esse movimento quer vir se apresentar à 11 Universidade, e eventualmente abrir um espaço para se apresentar também aos alunos. Trata-12 se de uma plataforma em que o aluno se inscreve e ela oferece oportunidades em todas as áreas 13 de conhecimento, então realmente é uma coisa bem interessante. No último dia 27, a Prefeitura 14 do campus, o GGBS e a ProEC, através de sua Diretoria de Cultura, organizou uma festa julina 15 no estacionamento atrás do Santander. Foi uma festa bastante interessante e vão planejar que 16 isso se repita em outros campi. Ela reuniu uma banda de forró de ex-alunos da Unicamp, e 17 recebeu um público de 1.000 pessoas, estava bem cheio. A ideia é realmente fazer com que esse 18 tipo de evento possa acontecer em outros espaços da Universidade, tentando recuperar a ideia 19 de pertencimento, juntando cada vez mais as pessoas em grandes atividades que juntem 20 funcionários, alunos e docentes. Havia muita gente dançando no espaço, então foi muito legal, 21 e agradece a colaboração e a parceria do pessoal da prefeitura e do GGBS por essa atividade. 22 No dia 21 de agosto, farão a assinatura do contrato com os Patrulheiros para o oferecimento de 23 várias atividades, inclusive novamente agradece à Faculdade de Odontologia de Piracicaba que 24 vai se juntar à atividade prestando assistência odontológica para os patrulheiros, no espaço dos 25 Patrulheiros. Trata-se de uma alternativa em que os Patrulheiros vão participar de várias 26 atividades de formação no campus. Eles estão aqui prestando serviço, e a ideia é fazer com que 27 nesse tempo de prestação de serviço haja também uma parte dedicada à formação desses 28 estudantes. Uma das atividades que estão prevendo é montar na sede dos Patrulheiros um curso 29 de preparação pré-vestibular e pré-vestibulinho, que começará já a partir deste mês. Informa 30 também que no próximo dia 8 vão dar início a uma atividade oriunda do projeto Memorial 31 Covid, de pintura de um mural em homenagem à vida, que vai ser feito no muro do Cotuca. O 32 muro do Cotuca tem 107 metros de extensão, e esse mural vai ser pintado por um artista plástico 33 chamado Gustavo Nénão, que é bastante conhecido, e vai envolver também a participação dos 34 alunos do Cotuca e alunos da comunidade em algumas atividades que ele vai fazer para 35 treinamento na arte de fazer pinturas em grafite. E também vai se fazer, por demanda do Cotuca, 36 o grafite do professor Rafael, um docente muito jovem do Colégio que faleceu de Covid. Vão 37 organizar um sistema que vai acompanhar todo esse processo. A professora Glaucia saiu um 38 pouco antes e pediu a ele que avisasse que vai acontecer agora no dia 18 de agosto a conferência 39 40 da Regional de Segurança Alimentar, que vai ocorrer pela primeira vez aqui na Unicamp, e as

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

2526

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39 40 pessoas estão convidadas. O Conselheiro FERNANDO SARTI reforça o que o professor João Romano já colocou, primeiro em relação ao Pind: já foram comunicados todos os projetos aprovados, mas também estão na fase de recurso. Foram 31 projetos denegados, mas cabe recurso, e enquanto esses recursos não saírem, não sabem exatamente o valor total aprovado; por enquanto, foram R\$11,9 milhões do que estava previsto para R\$24 milhões. A PRP e a PRDU têm recebido muitas ligações já dos docentes, fizeram uma reunião ontem com a Funcamp para avançar no processo, sendo que a assinatura dos termos de outorga já começou. Além disso, a própria Funcamp vem informando como vai ser a utilização dos recursos, que será basicamente como fazem com o Faepex: no caso de passagem, inscrições em congressos e publicações vai ser na forma de ressarcimento e nas demais através do sistema todo informatizado que a Fundação tem para a solicitação de compras. Então, com isso avançam. Há alguns projetos que colocaram bolsas, e existe um formulário específico que a Fundação oferece para ser preenchido, se a bolsa vai ser de mestrado ou doutorado dentro dos projetos. Fazendo referência às áreas, diz que um dos incentivos que imaginavam seriam os projetos interdisciplinares, mas do total aprovado por enquanto, de 189, apenas nove foram interdisciplinares. Esperam na próxima rodada, no segundo edital, que aumentem esses projetos interdisciplinares, que eram uma das pretensões do programa, evidentemente abarcando ensino, extensão e pesquisa. A próxima chamada vai ser dia 14 de agosto, o edital vai sofrer uma pequena alteração, uma melhoria em relação ao primeiro, até a partir das sugestões e críticas que vieram dos próprios docentes. Já estão circulando o documento dentro da gestão e dia 14 vão divulgar esse novo edital. Ele vai contemplar, como estava na deliberação inicial, 60% dos recursos restantes, o que vai depender dos recursos em relação aos projetos que foram negados e esse valor vai variar entre R\$24 milhões e R\$28 milhões para o segundo edital, e o restante todo fica para o terceiro edital, em fevereiro de 2024. Com relação à reforma tributária, diz que estão realmente se dedicando ao tema, inclusive com muito apoio dos colegas do Instituto de Economia. Lembra que a reforma tem várias fases, a primeira delas começou pelo consumo, que foram os vários impostos indiretos, ICMS, IPI, e a partir daí terão o IVA estadual e o IVA federal. Isso vai ser um processo lento, de aumento paulatino do IVA, tanto estadual quanto federal e, ao mesmo tempo, a redução dos demais impostos, no caso o ICMS. Lógico que isso os preocupa, mas esse é um processo que vai ser bastante gradual e lento, o que não impede a Universidade de adotar ações e pleitos, como o professor Antonio José já colocou, entre eles, que certamente ajudaria muito, é o fato de isso vir para dentro da Constituição Paulista. E talvez o principal: vir com relação a toda a base de arrecadação, pois o levantamento que está sendo feito a partir dos trabalhos de várias instituições, a começar pelo Ipea, é de que São Paulo deve ser um dos beneficiados com a reforma. Então, desse ponto de vista, isso pode ser ruim para o país, mas talvez seja bom para a Universidade. Com isso, se conseguirem o mesmo sistema que é aplicado à Fapesp, que é em cima da base total tributária, e ao mesmo tempo constitucionalizada, isso daria à Universidade uma tranquilidade jurídica e financeira muito maior. São exatamente essas ações que os reitores têm feito junto ao Governador e terão de fazer também junto à Alesp. Até agora não viu nenhum estudo que tenha apontado para uma

redução da arrecadação dos estados, não apenas mais industrializados, mas também que vão ser 1 onde se dará o consumo final, o destino das mercadorias. A Conselheira MARIA LUIZA 2 MORETTI informa que estão na 18^a edição da Unicamp Portas Abertas e neste ano o tema é 3 "A Educação Transforma". Lembra que essa atividade é totalmente voluntária, tem o 4 envolvimento de todas as áreas, unidades, órgãos, centros de pesquisa. Ela será realizada no dia 5 19 de agosto, das 9h às 17h, e fecharam as inscrições com 36.194 inscritos, mais de 800 ônibus, 6 e não tinham mais onde colocar os ônibus. Gentilmente a PUC cede o seu estacionamento para 7 que esses ônibus escolares estacionem lá, então eles deixam os alunos aqui no campus e 8 9 estacionam lá. Lembra que este é o segundo ano depois da pandemia que a UPA é presencial; no ano passado tiveram um volume aproximado de 36 mil pessoas, e provavelmente vão chegar 10 a mais de 40 mil pessoas presentes este ano, incluindo a comunidade universitária, os alunos 11 que vêm ajudar e os visitantes. Sem dúvida esperam que essa atividade, que é uma das maiores 12 atividades da Universidade, traga alunos e concorrentes para o vestibular. Portanto, a ideia é 13 divulgar a Unicamp para a comunidade, e essa atividade foi feita durante a pandemia por dois 14 anos via online. E isso, entre outros motivos, pode ter sido um dos fatores que influenciaram na 15 redução do número de alunos que se inscreveram no vestibular da Unicamp. Têm investido 16 muito na UPA, ano passado foi uma atividade muito intensa e querem que este ano se repita 17 pelo menos o que foi o ano passado. O interesse é que novamente tragam o ensino universitário 18 como um dos objetivos para a população. Informa também que a CGU, dentro do programa da 19 governança de dados, está propondo a criação do comitê de governança de dados, que vai ficar 20 dentro da CGU no novo modelo de governança dos dados. Esse comitê fará, dentro do seu 21 programa, um programa de avaliação institucional, que está sendo produzido em conjunto pela 22 equipe do Edat da CGU e órgãos da Administração Central. Esse trabalho deve formar um 23 painel de monitoramento, para que cada unidade, centro, núcleo ou órgão possa acompanhar 24 continuamente a evolução dos seus dados que compõem a avaliação institucional de cada 25 unidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que já propuseram os votos de pesar para os familiares 26 do professor Marcelo Villalva, da Feec, que faleceu no dia 21 de julho. Complementa os votos 27 de pesar aos familiares de Carlos Rodrigues Brandão, professor emérito da Unicamp e docente 28 aposentado do Instituto de Filosofía e Ciências Humanas, que faleceu no dia 12 de julho. Foi 29 um docente que marcou bastante a história da Universidade desde o seu início. Parabeniza o 30 IB, os professores Carlos Joly, Gonçalo Pereira e parabeniza a Unicamp. Os dois docentes 31 receberam a Ordem Nacional do Mérito Científico, como foi informado pelo professor 32 Hernandes. A professora Simone citou que vai haver um edital da Fapesp de iniciação científica 33 para cotistas, é uma demanda dos cotistas, e talvez seja importante, não sabe como podem agir, 34 pois a Unicamp é a única das três estaduais que possui vestibular indígena, então deveriam 35 tentar que as bolsas de IC também incluam os estudantes indígenas. Solicita à PRP e à PRG 36 uma iniciativa junto à Fapesp em relação a isso. Informa que foi publicado hoje no Diário 37 Oficial, depois de várias idas e vindas, porque tiveram de fazer o ajuste de alguns detalhes, o 38 edital de pós-doutorado, com 153 bolsas e valor líquido igual ao da Fapesp. A interpretação, 39 consultando outras universidades também, é que existe uma diferença no caso, porque o agente 40

2

3

4

5

6

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

que concede os recursos é o próprio agente onde a atividade é desenvolvida, então isso caracteriza uma situação diferente. Há o caso de instituições externas que financiam uma atividade desenvolvida na Universidade e o financiamento feito pela própria Universidade. Então, no primeiro caso incidiria imposto de renda, no segundo não. Para evitar qualquer problema em relação à ideia inicial, fizeram uma modificação do valor, de forma a garantir o valor líquido no mesmo patamar da Fapesp. A distribuição já foi discutida em algum momento anterior, e lembra que há bolsas de cotas nesse caso também. No dia 6 de setembro a Unicamp 7 estará em uma audiência com a comissão de educação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. É uma apresentação pública, que a USP e a Unesp já fizeram, e uma coisa que precisam pensar bem é que estão nesse contexto da reforma tributária, em que provavelmente se levantarão questionamentos sobre o financiamento das universidades. Como disse, a conversa com o Governador foi tranquilizadora, mas a Universidade tem a sua parte a fazer, e essa parte envolve não só uma boa apresentação no dia 6 de setembro, mas essa disponibilidade de irem ao encontro das demandas da sociedade paulista. Mais do que nunca a Unicamp tem de mostrar o seu papel no estado e no país. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 1º de agosto de 2023.

> NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **183ª SESSÃO ORDINÁRIA** DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 26 de setembro de 2023, sem alterações.